

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

TITO LUIZ PEREIRA

AUTORITARISMO E CHOQUE:

A violência como forma de aplicar políticas neoliberais na ditadura Pinochet

Florianópolis (SC), 2014

TITO LUIZ PEREIRA

AUTORITARISMO E CHOQUE:

A violência como forma de aplicar políticas neoliberais na ditadura Pinochet

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:



Prof.º Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis (SC), 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 (dez) ao aluno **TITO LUIZ PEREIRA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Orientador – CNM/CSE/UFSC

Prof. Dr. José Antônio Martins
Membro 1 - CNM/CSE/UFSC

Prof. Ms. Daniel Piassa Giovanaz
Membro 2 - HST/CFH/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2014

À angústia

AGRADECIMENTOS

Agradeço, é claro, meus pais, dona Dadá e seu Aristo, mamãe e papai, eles que até hoje não entendo como conseguiram me dar suporte inimaginável, que, acima de tudo, me ensinaram a amar e a lutar intensamente, a eles devo tudo.

Ao meu orientador Alvim, pela paciência, confiança e ajuda na monografia.

Ao Andrey, meu melhor amigo.

À Jaque, minha melhor amiga.

À Tamara pela insistência em me fazer amá-la, pelas fofocas, pelas brigas, pela cumplicidade e por ter me acompanhado por toda minha jornada.

À Glenda pela insistência em me amar, mesmo quando eu não merecia. Pelo encanto, pela inteligência e pela paixão. Nunca realeza foi mais legítima, mais natural, mais aclamada pelo reconhecimento, mais confirmada pela impotência da rebelião. Por ser quem é, e por me amar do jeito que sou.

À Iô, pela parceria, por nunca me deixar ficar infeliz, por me entender e por ser essa mulher única que é.

À Renata, pela convicção, inteligência, rebeldia e paixão. Por ter decidido meu tema e minha referência bibliográfica, por atrasar em um mês a conclusão da minha monografia. Por acreditar na minha inteligência, e me incentivar a usá-la.

Ao CALE, o melhor Centro Acadêmico da história da humanidade. Ao DCE e ao ME o ponto crucial de transformação na minha vida, lugar onde fiz meus melhores amigos, onde aprendi quase tudo que sei, onde vivi tão intensamente que mal consegui respirar, onde sofri e amei todo momento, onde cresci. Ao Ufsctock, maior festival de bandas independentes de Santa Catarina e melhor experiência da minha vida universitária. Ao Coletivo Maruim, pelo potencial e promessa de futuro.

Ao Reino da Babúcia, à Manacéia e todos os lugares onde morei ou considerei meu lar.

Às minhas irmãs, Domi, Lívia e Clarice, por aprendermos a nos amar. À Arlete, que é muito mais do que família. À toda família Pereira e de Pieri.

E finalmente, às Brigadas Populares, a alternativa socialista para a realidade brasileira, a chama revolucionária sempre acesa, a todos os companheiros que partilham do mesmo horizonte e amam intensamente o povo brasileiro.

A todos meus amigos. A todos que esqueci. A meu próximo. A meu distante. A quem me incendeia.

— *Calma, pequeno louco, rosnou o lobisomem. Quando chegar a sua vez de saltar para o Nada, você se transformará também num servidor do poder, desfigurado e sem vontade própria. Quem sabe para o que vai servir? É possível que, com sua ajuda, se possa convencer os homens a comprar o que não necessitam, a odiar o que não conhecem, a acreditar em quem os domina ou a duvidar de quem os podia salvar. Por seu intermédio, pequenos seres de Fantasia, fazem-se grandes negócios no mundo dos homens, desencadeiam-se guerras, fundam-se impérios...*

Gmork para Atreyu (Michael Ende, A História Sem Fim)

RESUMO

PEREIRA. Tito Luiz. **Autoritarismo e Choque:** a violência como forma de aplicar políticas neoliberais na ditadura Pinochet. Florianópolis, 2014. 99f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

A tese da doutrina do choque, elaborado por Naomi Klein em seu livro *A Doutrina do Choque: Ascensão do Capitalismo do Desastre*, definida como um estado de terror e choque coletivo de complexo social é usado pelo Estado para conseguir aplicar políticas neoliberais que vão contra os interesses da classe trabalhadora. Este trabalho então, busca analisar através da experiência chilena a veracidade do conceito, tentando, ao mesmo tempo, inseri-la dentro de um arcabouço teórico marxista através da discussão da Teoria Marxista da Dependência de André Gunder Frank e Rui Mauro Marini, a ontologia do ser social e ideologia proposta por György Lukács e hegemonia proposta por Antônio Gramsci.

Palavras chave: Doutrina do Choque; Lukács; Naomi Klein; Chile; Pinochet; Friedman; Gunder Frank.

ABSTRACT

PEREIRA. Tito Luiz. **Authoritarianism and Shock:** the violence as form of applying neoliberal politics in the dictatorship Pinochet. Florianópolis, 2014. 99f. Monograph (Undergraduate) - Federal University of Santa Catarina, Socio-Economic Center.

The thesis of the Shock Doctrine, written by Naomi Klein in her book *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*, defined as a state of collective terror and shock of a social complex is used by the State to to apply neoliberal policies that go against the interests the working class. This paper then seeks to analyze through the Chilean experience the truth of the concept, trying at the same time, insert it within a Marxist theoretical framework through discussion of Marxist Theory of Dependence by André Gunder Frank and Rui Mauro Marini, the ontology of social being and ideology proposed by György Lukács and hegemony proposed by Antônio Gramsci.

Keywords: Shock Doctrine; Lukacs, Naomi Klein, Chile, Pinochet, Friedman; Gunder Frank.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	1
CAPITULO I. DOCTRINA DO CHOQUE: ASCENSÃO DO CAPITALISMO DO DESASTRE.....	11
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Tema e problema.....	11
1.2. Objetivos.....	14
1.2.1. Objetivo Geral	14
1.2.2. Objetivos Específicos	14
1.3. Metodologia	14
CAPITULO II. NAOMI KLEIN E A TESE DO CHOQUE	16
2.1. A tese do choque	19
CAPITULO III. AS DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS.....	27
3.1. Divisão Internacional do Trabalho.....	27
3.2. Teoria Marxista da Dependência	32
3.2.1. Origens do Subdesenvolvimento na América Latina.....	32
3.2.3. A Superexploração da Força de Trabalho	39
CAPITULO IV AS DETERMINAÇÕES IDEOLÓGICAS	43
4.1. O Problema da Ideologia	43
4.2. Ideologia para Lukács e Gramsci.....	47
4.2.2. Ideologia para Lukács.....	53
4.2.3. Ideologia e Hegemonia em Gramsci	61
CAPITULO V. BRUTALIDADE INOCENTADA: O CASO DO CHILE	72
5.1. Os Primeiros Passos	72
5.2. O Projeto Chile	75
5.3. O Caso da Argentina	87
5.4. Brutalidade Inocentada: liberalismo e violência separados.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

CAPITULO I. DOCTRINA DO CHOQUE: ASCENSÃO DO CAPITALISMO DO DESASTRE

1. INTRODUÇÃO

Em 2007, a jornalista Naomi Klein lança o livro intitulado Doutrina do Choque: ascensão do capitalismo do desastre. Nesta obra, aclamada internacionalmente, a jornalista faz um mapa do desenvolvimento das políticas neoliberais durante toda a sua história, desde sua primeira experiência no Chile, até o processo de privatização da segurança nos Estados Unidos pós 11 de setembro e, conjuntamente, cria uma nova tese: toda aplicação das políticas neoliberais só se deram em períodos de choque, ou seja, momentos que por causa de alguma calamidade política, social, econômica ou natural - uma ditadura, hiperinflação, um atentado terrorista, um tsunami - a população não tinha condições de reagir ativamente às políticas que prejudicariam a capacidade de reprodução de sua própria vida. Assim, ela propõe que os "arquitetos econômicos" destes movimentos - isto é, Friedman, a Escola de Chicago e teoria econômica liberal - sejam também responsáveis pela destruição que causaram - no caso, fome, violência, desigualdade e repressão.

1.1. Tema e problema

Embora a tese do choque isoladamente sofra de alguns inquéritos lógicos e de certa falta rigor metodológico mais rebuscado, como por exemplo, quais são as determinações estruturais e históricas que permitem a ascensão das políticas neoliberais em detrimento do descenso de uma ordem política keynesiana e socialista na esfera global, parecendo em certos momentos que os avanços neoliberais foram frutos apenas do desejo individual de um grupo de intelectuais, em especial Friedman e a Escola de Chicago, de convencer retoricamente os agentes de poder da qualidade de seu programa – ou seja, um pressuposto fortemente idealista. Quando as descrições epifenomênicas expostas pela jornalista Naomi Klein - sob uma base essencialmente empirista – são vistas sobre o prisma metodológico marxista, em especial dentro da esfera da luta ideológica proposta por Lukács e Gramsci e determinada

economicamente sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência, esta tese pode assumir feições interessantíssimas, em especial no caso latino americano.

Começando a partir da lógica da divisão internacional do trabalho, onde o papel dos países periféricos é garantir a reprodução ampliada de capital via mecanismos de superexploração dos países centrais, conseguimos perceber mais claramente quais são os interesses de classe que forçam a burguesia a buscar nos mercados dependentes uma economia mais desregulada possível, pois isto facilita o achatamento dos salários (ampliando a superexploração), o aumento das remessas de lucro para o exterior e o controle sob a produção de tecnologia e produtos de alto valor agregado. Portanto, o interesse da desregulamentação do mercado internacional pós-crise econômica (que obriga o Estado a salvar a economia capitalista de sua própria desregulamentação) se mostra como um interesse de classe, mais que um interesse de Estado, governo, nação ou intelectual específico.

Continuando através da concepção de Gramsci de Estado hegemônico, que nos indica como um Estado pode ser portador de uma ideologia de livre mercado de maneira relativamente consensual em uma nação central (como se deu na no governo de Reagan nos Estados Unidos), mas, mesmo nestes casos, é muito raro que esse projeto de livre regulamentação consiga se concretizar de maneira integral dentro de sua própria nação, pois a determinações econômicas fazem com que as políticas de desregulamentação do trabalho não tenham tanta eficácia, visto que as mesmas abrem caminho para um processo de interesses contrários a classe trabalhadora e parcelas da classe detentora dos meios de produção. Isto não impede, entretanto, que essas mesmas nações não queiram dar cabo deste projeto em seus países vizinhos, como forma de aumentar a transferência de valor para os países centrais.

Isso quer dizer que, na impossibilidade de aplicar políticas neoliberais em sua própria nação – em vistas de não perder sua capacidade hegemônica -, esta política se volta para fora na busca da ampliação da reprodução de capital. Acontece que, se em sua casa o Estado precisa recuar para se manter hegemônico, esta necessidade não se aplica na política econômica internacional. Impossibilitado de afirmar consensualmente seu projeto ideológico de sociedade nas nações estrangeiras, por questões de cultura, linguagem, e obviamente, econômicas, mas ao mesmo tempo necessitando implementá-la a qualquer custo, o Estado recorre a sua outra feição ideológica, sem controle relativo da sociedade civil, o Estado é obrigado a recorrer a seus mecanismos de coerção e violência como forma de forçar a sua política ideológica mesmo contrariando os interesses das nações a que ele se impõe.

Gramsci também nos dá o instrumental para entender como o arcabouço teórico não somente da Escola de Chicago, mas também a própria corrente keynesiana não é formada espontaneamente, mas é sim fruto da produção de intelectuais tradicionais, é resultado da própria produção capitalista como forma de garantir a manutenção de sua própria estrutura em diferentes conjunturas históricas, seja para proteger da crise, seja para ampliar sua escala de reprodução de capital. Embora, como Friedman, alguns sejam mais culpados que outros, é o capital o verdadeiro responsável pela elaboração e implementação da própria doutrina de choque.

Assim, a doutrina do choque assume caráter novo quando imersa no complexo ideológico. O Estado imperialista, aliado a burguesia nacional da qual possui interesses aliados, ao mesmo tempo em que impõe objetiva e violentamente a sua ideologia de livre mercado, transforma-se no processo, e assume um caráter ideológico também diferenciado. O resultado da violência ideológica objetivada é a formação da ideologia do medo, do choque, onde o povo revela uma postura - posterior a luta pela resistência - de passividade, desânimo. Sua nova “visão de mundo”, é a de que é “resistir é inútil”, resultado da ação ideológica sangrenta contra àqueles que realmente resistiram. Assim, em estado de choque e com seu estado de espírito quebrado, o povo, passivamente e sem defesas, se volta contra seus próprios interesses.

Desta forma, a tese da doutrina do choque, como ação ideológica organizada pelas lideranças capitalistas pode se mostrar muito mais convincente. Quando resgatamos a história do Chile de forma minuciosa, estas ações ideológicas antes abstratas assumem uma realidade material incrível dentro dos complexos sociais onde estão inseridas. Os processos da transferência de valor expresso nos interesses das multinacionais inseridas no país, a burguesia nacional e suas contradições, a ação ativa e constante do governo norte-americano em impedir a qualquer custo o processo de revolução democrática popular de Allende, assim como o resultado dos trabalhos objetivados de destruição ideológica do pensamento emancipatório do povo chileno – via violência e coerção - e como isto se externaliza e generaliza formando novas complexidades de sociabilidade, além de como o processo sendo expresso não de maneira mecanicista ou economicista, mas sim resultado de uma luta de classe feroz, e um processo sofrível de construção de hegemonia através do medo e do terror nos mostra como existe coerência entre o episódio chileno, a tese de Naomi Klein e, por fim, a teoria marxista.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é investigar a relação entre a aplicação de políticas liberais da Escola de Chicago e ações ideológicas do Estado Chileno, em especial a ditadura Pinochet, a primeira grande experiência da Escola de Chicago.

1.2.2. Objetivos Específicos

1. Sugerir uma aproximação entre a tese da doutrina do choque e o pensamento marxista;
2. Utilizar o conceito de ontologia do ser social proposta por Lukács para uma análise marxista totalizante;
3. Revisar os conceitos da Teoria Marxista da Dependência;
4. Identificar a relação entre a ditadura chilena de Pinochet com Friedman e a Escola de Chicago.

1.3. Metodologia

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa por ter um objeto de pesquisa basicamente histórico e por buscar aprofundar a compreensão das relações referentes ao objeto, a saber, a tese da doutrina de choque, proposta por Naomi Klein, e sua relação com a teoria marxista da dependência e o conceito de ideologia proposto por Lukács e Gramsci.

O conjunto de procedimentos básicos utilizados no âmbito de uma pesquisa qualitativa é composto pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica se centra, principalmente, sobre livros, artigos, teses e dissertações referentes ao tema e

problema estudados expostos no Capítulo I, ou que, por sua ligação ao nosso referencial teórico contribuiriam de alguma maneira à compreensão do fenômeno estudado por nós.

Assim, o Capítulo II apresentará o objeto de pesquisa, a doutrina do choque, aprofundando-se em seu significado, sua origem e seu contexto histórico. Apresentará também os limites da tese, e o porquê da necessidade de sua aproximação com a teoria marxista para sua apreensão mais ampla.

O Capítulo III fará uma revisão teórica da Divisão Internacional do Trabalho, da Teoria Marxista da Dependência e do conceito de superexploração do trabalho a partir das teses de Ruy Mauro Marini, para assim entender a determinação econômica da doutrina do choque, ou, em resumo, de onde surge a necessidade da aplicação de políticas neoliberais no contexto latino-americano.

O Capítulo IV se encarregará de resgatar o conceito de Ideologia na perspectiva de Lukács e Gramsci. Assim, iniciaremos através da ontologia do ser social proposta por Lukács para entender a dimensão do conceito de ideologia dentro do marxismo, passando ao conceito de ideologia proposta tanto por Lukács quanto por Gramsci, para enfim apresentar o conceito de Hegemonia proposto por Gramsci. A importância deste capítulo se dá para entender como a ideologia opera dentro da lógica do capitalismo, da sociedade civil e, mais importante, da luta de classes, assim, conseguindo entender quais são, como fazem e porque operam os mecanismos públicos na aplicação de políticas neoliberais e sua resistência, conseguindo assim dar mais densidade a tese do choque e seus mecanismos.

Por fim, o Capítulo V resgatará a história da implementação de políticas neoliberais no Chile, desde a ascensão do governo popular de Allende, passando pelo golpe militar chileno e durante toda a ditadura militar chilena, assim indicando como foi feita a política do choque na nação chilena, as suas determinações econômicas do porque do choque econômico e os mecanismos ideológicos necessários para a sua aplicação, assim dando um retrato vívido da atuação da tese do choque em sua primeira grande experiência.

Os principais autores utilizados neste trabalho serão Naomi Klein, por introduzir o objeto de pesquisa da tese do choque, Ruy Mauro Marini, por sua importante contribuição para a teoria marxista da dependência, Lukács e Gramsci, por suas teses sobre ontologia do ser social, ideologia e hegemonia. Valdés e Gunder Frank, pelos escritos sobre a história do Chile.

CAPITULO II. NAOMI KLEIN E A TESE DO CHOQUE

- Eu nunca esperei isso de você. A coisa que eu não entendo é por quê? Por que você fez isso? Você sabe as consequências.

- Eu acho que você não conhece as pessoas tão bem quanto pensa. Você calculou errado, eu amo o Zuko mais do que eu temo você.

- Não, você calculou errado! Você deveria me temer mais!

(Azula e Mai, Avatar: A lenda de Aang)

Nas inúmeras notícias, reportagens e entrevistas a respeito de Milton Friedman, em geral organizadas pela grande mídia, raras foram as vezes em que suas responsabilidades nas ditaduras que assolaram a América Latina foram mencionadas. O inverso disto na realidade parece ter acontecido. Em razão de seu falecimento, uma onda de produção midiática ressurgiu na tentativa de nomeá-lo como a mais importante peça na reestruturação e salvação do capitalismo, dizendo que Friedman foi um dos atores culpado por fazer o capitalismo voltar ao seu eixo de crescimento virtuoso e pungente, uma espécie de messias do capitalismo contemporâneo. Para a autora Naomi Klein, entretanto, este movimento de elevação de Friedman e do neoliberalismo contemporâneo, nada mais é que “uma versão fantasiosa, depurada de toda a violência e coerção tão intimamente relacionadas à sua cruzada, e representa o golpe de propaganda mais bem-sucedido das últimas três décadas (KLEIN, 2008, p. 27).

A história “oficial”, noticiada calorosamente no mainstream midiático, e também em diversos departamentos de Economia do país e do mundo, coloca Friedman como um lutador pacífico pelas ideias do livre mercado e contra todos que acreditavam que o Estado deveria agir de alguma forma pela regulação da produção capitalista. Enquanto a crise de 1929 irrompia nos Estados Unidos e no mundo, e o New Deal e o Estado de bem-estar social começam a se elevar, no campo econômico e ideológico, como os melhores instrumentos dentro do capitalismo para garantir o desenvolvimento humano e econômico, a antiga ideologia dominante, que versava sobre a imperatividade do *laissez-faire*, parecia sepultada e acabada; o novo consenso social nos parecia ser que sim, a única maneira da sociedade coexistir com o capitalismo era através da regulação via Estado da distribuição da riqueza e da ambição das corporações. Mesmo sob este cenário catastrófico para o livre mercado,

Friedman (1998, p. 594), quase sozinho, ainda bradava que a história “tinha tomado um atalho equivocado”.

Mesmo com o avanço do comunismo no leste do mundo, a ascensão tremenda do estado de bem-estar na Europa, o keynesianismo estadunidense e a ascensão de um nacionalismo econômico nos países latino-americanos, Friedman permaneceu tranquilamente na defesa de um tipo de capitalismo essencialmente puro, totalmente diferente do que o marxismo e o keynesianismo tentavam pregar.

Não por acaso, em carta para Pinochet, o mesmo afirma que “em minha opinião, o maior erro foi acreditar que é possível fazer o bem com o dinheiro dos outros” (FRIEDMAN, 1998, p. 594). Mas poucas pessoas eram como Pinochet, e a economia parecia estar respondendo bem as regulações do Estado – ao menos, melhor que o cenário trágico da crise de 29 que ainda permanecia vivo na memória de tantos – e o livre-mercado ainda estava em baixa. Nesta época, até mesmo revistas de cunho altamente conservador como a Time, cunhou Friedman como “um duende ou uma praga” (“The Rising Risk”, Time, 19 de dezembro de 1969, apud KLEIN, 2008), o cenário econômico e a disputa ideológica ainda não estavam favoráveis às suas ideias.

Foi apenas depois de décadas no esquecimento, que, na chegada da década de 80, os ventos viram a seu favor, os governos de Thatcher (que considerava Friedman um “batalhador intelectual pela liberdade” (George Jones, “Thatcher Praises Friedman, Her Freedom Fighter”, Daily Telegraph, Londres, 17 de novembro de 2006, apud KLEIN, 2008) e Reagan (que foi visto com o livre Capitalismo e Liberdade, de Friedman, empunhado no braço) (FRIEDMAN, 1998, p. 388-389) começaram a ser simpáticos a suas ideias e a querer implementá-las na economia real.

De acordo com essa história oficial, depois que Reagan e Thatcher liberaram democrática e pacificamente seus respectivos mercados, a liberdade e a prosperidade dali surgidas se tornaram tão desejáveis que, quando as ditaduras começaram a cair, de Manila a Berlim, as massas demandaram, junto com seus Big Macs, a economia reaganiana. (KLEIN, 2008, p. 28)

Com o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, e o fim da União Soviética, a narrativa dominante alega que mesmo estes países suplicavam participar dessa nascente economia totalmente livre e próspera. O liberalismo finalmente derrotara o perigo vermelho, não só na Rússia, mas também na China, e em diversos países do leste europeu. Assim:

Isso demonstrava que não havia obstáculo possível ao avanço do livre mercado global, no qual as corporações, desimpedidas, expandiriam sua

ação por todas as fronteiras, levando a prosperidade para o mundo todo. Fora criado então um duplo consenso a respeito da organização da sociedade: os líderes políticos deveriam ser eleitos e as economias deveriam ser administradas segundo as regras de Friedman. Como alegou Francis Fukuyama, era o “fim da história” – “o ponto final de uma evolução ideológica da humanidade”. Quando Friedman morreu, a revista *Fortune* escreveu que “ele trazia a maré da história consigo”; foi aprovada, no Congresso dos Estados Unidos, uma resolução louvando-o como “um dos mais importantes campeões da liberdade no mundo, não apenas no campo econômico, mas em todos os sentidos”; o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, decretou oficialmente o dia 29 de janeiro de 2007, como o Dia de Milton Friedman, e muitas outras regiões e cidades fizeram o mesmo. Uma manchete no *Wall Street Journal* resumiu essa narrativa bem-arrumada: “O Homem liberdade”. (KLEIN, 2008 p. 28)

Este retrato dramático nos mostra a capacidade feroz da classe dominante em fincar suas garras no próprio entendimento da história e de seus personagens. O que a autora Naomi Klein propõe na sua obra “Doutrina do Choque” é justamente contestar esta versão ‘oficial’ da história, de que “o triunfo do capitalismo desregulado nasceu da liberdade, de que mercados não-regulados caminham passo a passo com a democracia” (KLEIN, 2008, p28). Em seu livro, ela traz fatos aterrorizantes acerca da inserção do neoliberalismo – a política de Friedman – em todo mundo, da América Latina a União Soviética, da Inglaterra a África do Sul, mostrando que as políticas econômicas neoliberais só conseguiram ser implementadas “pelas formas mais brutais de coerção infringidas tanto sobre o corpo político coletivo quanto sobre os incontáveis corpos individuais” (KLEIN, 2008, p 28). Sua tese, então, ousa afirmar que a “história do livre mercado (...) foi escrita com choques”.

No atual cenário político e econômico mundial, onde os governos ditos democráticos buscam cada vez menos qualquer tipo de consentimento público para privatizar serviços fundamentais, Onde ações cada vez mais violentas são utilizadas sem justificativas para alcançar estes objetivos, onde qualquer tipo de contestação a ordem dominante é taxativamente tratado como terrorista ou qualquer tipo de caracterização que os remova da esfera dos direitos humanos, esta tese vem se demonstrando cada dia mais potente. Exemplos não nos faltam, partindo das ações cada vez mais violentas dos avanços tirânicos protagonizados pelo governo dos Estados Unidos ao mundo do petróleo no Oriente-Médio, a dita “Guerra ao Terror”, ao financiamento e ataque ideológico ao governo democraticamente eleito da Venezuela. Até mesmo o recente episódio do leilão do pré-sal e as leis que proíbem qualquer tipo de máscara em manifestações políticas no Brasil, ou o discurso violento do “Sem Violência” que só serve para criminalizar movimentos sociais e taxar os Black Blocs como a nova feição do terrorismo na nação brasileira, todos fazem parte desta lógica.

A obra de Klein, então, tenta retomar a história do neoliberalismo e mostrar que este tipo de discurso, e este tipo de prática violenta e desorientadora não são nova ou inédita, mas remonta o avanço do neoliberalismo em toda a sua história, o choque é o seu componente essencial.

2.1. A tese do choque

Durante todo o período de ascensão do capitalismo neoliberal, Friedman e seus seguidores se concentraram na elaboração de sua estratégia para implementação do livre mercado em todos os cantos do globo. A tese se resume em: no momento em que uma grande crise eclodir no interior de uma economia, é preciso aproveitar este momento para privatizar atribuições do Estado à entes privados enquanto a população, ainda traumatizada com o choque da crise, não tem condições de reagir a estas mudanças.

Friedman (1984) afirma esta tese em sua própria obra, analisando que

somente uma crise – real ou pressentida – produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável. (FRIEDMAN, 1984, p. 16)

Assim se forma a tática de avanço do capitalismo do livre-mercado, que chamamos aqui de doutrina do choque. Para os economistas da escola de Chicago, então, assim que uma economia sofria de uma crise, “uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual” (FRIEDMAN, 1984, p. 16 , apud KLEIN, 2008).

O primeiro cenário sob o qual Friedman conseguir aplicar a estratégia do choque, foi durante o governo chileno de Pinochet, do qual Friedman trabalhou como conselheiro econômico do ditador. O cenário, que será mais aprofundado posteriormente, foi o de choque, pois, enquanto o povo se recuperava do trauma do golpe, o país ainda começava a entrar em um severo caso de hiperinflação. Neste momento, Friedman e outros economistas da Escola de Chicago indicaram que a única solução seria a implementação de uma reforma econômica ultra acelerada. Assim, inicia-se um processo de corte de impostos e de gastos sociais,

privatização de serviços, abertura comercial, privatização da educação, etc. Nunca antes um movimento de apropriação do capital havia sido realizado de forma tão severa e aprofundada em qualquer outro país. Não por menos, esta ação foi reconhecida como “revolução da Escola de Chicago”. (KLEIN, 2008, p 16). O próprio Friedman, em suas memórias, afirma que a velocidade e força destas mudanças iram causar reações psicológicas que facilitariam o ajuste (FRIEDMAN, 1998, p. 592). Este movimento ficou então conhecido como “tratamento de choque” econômico.

Este choque, entretanto, não surge sozinho. Junto a ele, Pinochet garantiu que todos aqueles que se opusessem às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, protagonizadas pelo seu governo, receberiam seu tratamento de choque próprio: foram incontáveis prisões, assassinatos, torturas e repressão que acompanharam o choque da Escola de Chicago. Não é por menos que o resultado desta parceria fez com que Eduardo Galeano declarasse: “¿Cómo salvar esa desigualdad si no es a golpes de picana eléctrica?” (GALEANO, 1983, p. 81)

Não pode ser tratado como coincidência, então, quando a própria doutrina militar do Choque e Pavor, criada na Universidade de Defesa Nacional dos Estados Unidos, diz que a ação do choque tem como objetivo “controlar a força de vontade, a percepção e o entendimento do adversário, tornando-o literalmente impotente para ação ou reação” (ULLMAN; WADE, 1996, xxviii, tradução nossa).

Esta parceria, entretanto, estava longe de ser única. No decorrer da história do capitalismo, foram muitos os encontros entre o choque econômico e o choque “do corpo”. Este estado de inanição traumático do choque fruto do pavor (seja da violência do Estado, ou de uma crise econômica ou um desastre natural) sempre foi terreno fértil para que a doutrina de Escola de Chicago pudesse ser implementada das mais variadas formas.

Para Klein,

olhando pelas lentes dessa doutrina, os últimos 35 anos parecem diferentes. Algumas das violações mais infames dos direitos humanos de nossa era, que tenderam a ser encaradas como atos sádicos perpetrados por regimes antidemocráticos, foram cometidas com a intenção clara de aterrorizar o público, ou ativamente empregadas a fim de preparar o terreno para a introdução das “reformas” radicais de livre mercado. Na Argentina da década de 1970, o “desaparecimento” de trinta mil pessoas sob o governo da junta militar, muitas delas ativistas de esquerda, fez parte da imposição ao país das políticas da Escola de Chicago, do mesmo modo que o pavor foi parceiro para um tipo similar de metamorfose econômica no Chile. Na China, em 1989, foram o choque do massacre da Praça Tiananmen e as prisões subsequentes de milhares de manifestantes que facilitaram ao Partido

Comunista a conversão de amplas partes do país em uma grande zona de exportação, suprida com uma força de trabalho excessivamente aterrorizada para reivindicar seus direitos. Na Rússia, em 1993, foi a decisão de Boris Yeltsin de enviar os tanques para bombardear o Parlamento e prender os líderes da oposição que abriu caminho para a escalada de privatizações e criou os notórios oligarcas do país.

A Guerra das Malvinas, em 1982, serviu a um propósito similar de Margaret Thatcher no Reino Unido: a desordem e a exaltação nacionalista resultantes da guerra lhe permitiram empregar uma força descomunal para derrotar os mineiros em greve e deslanchar a primeira onda de privatizações realizada numa democracia ocidental. O ataque da OTAN a Belgrado em 1999 criou as condições para as privatizações na antiga Iugoslávia – um objetivo que antecedeu a guerra. Razões econômicas não foram as únicas motivações dessas guerras, mas em cada uma delas um grande trauma coletivo foi explorado com intuito de preparar o terreno para a terapia de choque econômico. (KLEIN, 2008, p. 19-20)

É evidente, entretanto, que nem todos os governantes que afirmaram a cartilha econômica da Escola de Chicago estavam fora de um real processo democrático. Casos como este existem, o principal exemplo é provavelmente Reagan nos Estados Unidos. O que precisa ficar marcado, entretanto, é que nestes cenários onde a intenção de uma política neoliberal coexista a um processo democrático – ou mesmo relativamente democrático – nunca essas políticas conseguiram ter feições próximas às acalentadas pelo seu guru Milton Friedman. Pelo contrário, o processo democrático sempre deu força às classes subalternas e mesmo parcelas da classe dominante de participarem ativamente da luta contra políticas que prejudicariam a reprodução de sua vida ou retirariam seus direitos fundamentais – como, por exemplo, o achatamento dos salários, retirada de direitos trabalhistas, privatizações de serviços fundamentais públicos, ou até mesmo políticas protecionistas à produção nacional. Esta pressão contra aplicação de políticas liberalizantes sempre fez as intenções de governos recuarem radicalmente em seus projetos liberais, forçando-os apenas a pequenos avanços nas políticas de livre comércio. As terapias de choque de maior intensidade e profundidade – como o caso do Chile de Pinochet, da China de 80 ou a Rússia da década de 90 – sempre foi necessário uma associação irrestrita a políticas que cerceassem a liberdade parcial ou completamente. Nestes países, aliás, esta lógica violenta de ação do Estado, em geral, continua existindo até hoje. (KLEIN, 2008, p 20).

Para descrever com mais precisão o que viria ser a “tese do choque”, Naomi Klein usa a tortura como metáfora que melhor descreve o processo que um choque ideológico gera a toda uma população, e mais que isso, que tipo de vazio que ocupa o lugar, sob que coordenadas. A tortura, segundo a autora, é uma forma sistemática de violência física e

psicológica que, ao gerar uma colossal desorientação e choque no torturado, força-o a abdicar de sua própria convicção, ceder a sua própria vontade.

Produzido e utilizado pela CIA, o Kubark, manual de tortura estadunidense revela a seus leitores que a maneira mais eficiente de conseguir com que o torturado ceda a sua própria vontade é através de rupturas violentas de sua capacidade de apreender a realidade em seu entorno (CIA, 1963). Para tal, as técnicas mais aconselhadas é a privação de qualquer tipo de capacidade sensorial, tentando eliminar ou reduzir os cinco sentidos o máximo humanamente possível, ou seja, tapando os olhos, ouvidos, isolando-o do mundo, impedindo qualquer tipo de movimento, etc. e, após isso, fazendo-o experimentar estímulos sensoriais extremos, através de alta intensidade de som, luz, violência física, etc.

Neste ponto, antes, é preciso fazer uma parte. O *Kubark Counterintelligence Investigation*, ou apenas Kubark, é manual de treinamento de tortura lecionado aos agentes da central de inteligência dos Estados Unidos. O que se insere neste manual, entretanto, não são técnicas sádicas de privação da dignidade humana, nele estão inscritas técnicas científicas embasadas precisas e cirúrgicas com o propósito de no longo prazo “conseguir da fonte toda informação útil que ele tiver. O propósito no curto prazo é garantir a sua cooperação para tal fim ou, caso a fonte seja resistente, destruir sua capacidade de resistência e trocá-la por uma atitude mais cooperativa.” (CIA 1963, p. 38, tradução nossa).

O mesmo ano da sua publicação, 1963, foi o último ano de funcionamento do programa criado e financiado pela CIA conhecido como MKUltra, programa que segundo memorando tornado público da CIA tinha finalidade de “examinar e investigar numerosas técnicas novas de interrogatório, inclusive assédio psicológicos e outras como ‘isolamentos total’ e ‘uso de drogas e produtos químicos” (CIA, 1975, p. 45, apud KLEIN, 2008), o MKUltra era o esforço da CIA em transformar tortura em ciência; e são os resultados da pesquisa feita por esse projeto que estão impressas no Kubark. Importante ressaltar também que na década em que funcionou ativamente, o projeto “MKUltra gastou 25 milhões de dólares em pesquisas que visavam encontrar novas maneiras de destroçar as vidas dos prisioneiros suspeitos de serem comunistas ou agentes duplos”. E não o fez sozinho, dentro das mais de oitenta instituições que participaram diretamente do programa, 44 delas foram universidades e doze delas foram hospitais (KLEIN, 2008, p. 45).

As pesquisas organizadas pelo MKUltra eram lideradas pelo psiquiatra Ewen Cameron, quando chefe do Allan Memorial Hospital em Montreal e tinham como finalidade descobrir mecanismos para fazer com que os pacientes (ou prisioneiros) ficassem mais

sugestionáveis às informações externas. Sua metodologia de pesquisa, no entanto, era inédita no campo de conhecimento da psiquiatria, a tese levantada pelo psiquiatra era que, em processos de privação de liberdade, total isolamento e eletrochoques, os pacientes-vítimas de doenças mentais (e, como veremos a seguir, prisioneiros de guerra) regrediam a sua fase infantil, todas estas técnicas serviam então na tentativa de apagar a mente do paciente, tornando uma tabula rasa que pode ser sugestionada.

A intensidade utilizada nas cobaias pesquisadas (sua maioria doentes mentais) era realizada a níveis colossais, enquanto, na época, a “recomendação” de eletrochoques diárias totalizavam 24 choques individuais, O número de choques que Cameron aplicava alcançava um total de 360 choques por paciente. Mas os eletrochoques não eram suficientes para regredir um paciente, era necessário todo um conjunto de técnicas para conseguir diminuir as resistências dos pacientes (KLEIN, 2008, p 48).

Os relatos acerca dos processos utilizados por Cameron são aterrorizantes, os pacientes, além dos eletrochoques, eram submetidos a doses de LSD e PCP (*lysergsäurediethylamid e fenilciclidina*, respectivamente, duas poderosas drogas alucinógenas e dissociativas), com intuito de alterar ainda mais o estado mental e sensitivo dos pacientes. Ainda, nas câmeras de isolamento, foi colocada “forração à prova de som, instalou emissores de ruído branco, apagou as luzes e providenciou óculos escuros e “tapa-ouvido de borracha” para cada paciente, e também tubos de papelão nos braços e mãos, “impedindo-os de tocar o próprio corpo – assim interferindo em sua auto-imagem” (KLEIN, 2008, p 38). Este sentido de completo isolamento chegavam a durar até 35 dias diretos.

Junto a isto, os pacientes eram submetidos a remédios que induziam processos de sono por 20 a 22 horas diárias, permanecendo neste tratamento em média de 15 a 30 dias consecutivos mas chegando a casos de até 65 dias ininterruptos. Não obstante, os trabalhadores do local eram orientados a não fornecerem qualquer tipo de informação relevante a estes pacientes e ainda, eram designados a medicar os pacientes com curare, remédio que gera paralisia corporal (KLEIN, 2008, p 38).

Para Cameron, responsável pelo projeto MKUltra, seu objetivo era destruir a capacidade dos sujeitos de conseguirem perceber onde estão e quem são. Para ele, os principais condicionantes que dão esta percepção de espaço e tempo aos sujeitos são “(a) nossa contínua informação sensorial e (b) nossa memória”. O primeiro condicionante, a informação sensorial, era reduzida e aniquilada por estes quartos de isolamento enquanto os eletrochoques davam conta de destruir a memória destes pacientes. Para garantir que qualquer

requisito de informação sensorial fosse completamente negada, Cameron, ao se dar conta que alguns pacientes conseguiam distinguir horários e dias através dos horários e tipos de refeições, determinou que o horário e tipo de refeições acontecessem de maneira completamente desordenada, forçando pacientes em diferentes refeições em curtos períodos de tempo (intervaladas de remédios fortíssimos) ou fazendo pacientes ficarem bastante tempo se consumir algum, trocando almoço por café da manhã, café da manhã por janta e assim por dia, Cameron concluiu que “Ao variar esses intervalos e ao modificar o cardápio dos horários previstos, nos capacitávamos a quebrar essas estruturas” (CAMERON et AL, apud KLEIN, 2008, p. 49).

Qualquer pessoa que esteja familiarizada com os testemunhos dados por sobreviventes de tortura sabe que esse detalhe é doloroso. Sempre que lhes perguntam como conseguiram sobreviver a tantos meses ou anos de isolamento e brutalidade, respondem que ouviam os sinos distantes de uma igreja, ou a chamada islâmica para as preces, ou crianças brincando num parque próximo. Quando a vida está encerrada nas quatro paredes de uma cela de prisão, o ritmo desses ruídos que vêm de fora acaba se transformando numa espécie de linha da vida, prova de que o prisioneiro ainda é um ser humano, de que existe um mundo além da tortura. “Eu ouvi os passarinhos cantando ao amanhecer por quatro vezes – é assim que sei que são quatro dias”, disse um sobrevivente da última ditadura do Uruguai, lembrando uma extensão particularmente brutal de tortura. Aquela mulher não identificada no porão do Allan Memorial Institute, se esforçando para ouvir o motor de um avião em meio ao tormento da escuridão, das drogas e do eletrochoque, não era uma paciente sob os cuidados de um médico; era por todos os propósitos e objetivos, uma prisioneira sofrendo tortura. (KLEIN, 2008, p. 49)

A função desta pesquisa, expressa no próprio manual de tortura da CIA é, então, criar um ruptura dentro da percepção de mundo do sujeito torturado, regredindo as vítimas a um estado de vida tão primário que eles não mais são capazes de proteger o seu próprio interesse. No livro, então, afirmam que:

Há um intervalo - que pode ser extremamente breve - de animação suspensa, uma espécie de choque psicológico ou paralisia. É causado por uma experiência traumática ou sub-traumática que destrói o mundo que é familiar ao sujeito assim como sua auto-imagem nesse mundo. Interrogadores experientes reconhecem este efeito quando ele aparece e sabem que é este o momento que a fonte está mais suscetível a sugestionamentos e mais apta a cooperar que no momento anterior ao choque. (CIA, 1963, p. 66, tradução nossa)

Para Naomi Klein, a tese da doutrina do choque segue fielmente esta metáfora, aplicando às grandes massas aquilo que as salas de tortura tentam produzir nos sujeitos individuais. Vivemos num período em que exemplo de momentos onde milhares ou milhões

de pessoas parecem estar sobre uma profunda ordem traumática, em estado de ausência de ânimo, choque ou paralisia nos parece muito mais presente do que deveria. O aterrorizante episódio do 11 de setembro americano, as torturas nas celas de prisão iraquianas, os tsunamis, enchentes, adolescentes assassinos em série, bombas no metro de Madri, as guerras no oriente médio, a ameaça nuclear da Coreia do Norte, as armas biológicas na Síria, centenas de jovens queimados vivos em uma festa no Rio Grande do Sul, centenas de momentos tremendamente chocantes que parecem cada dia mais constantes, articulados, organizados e apresentados pela mídia tradicional, cada dia mais aptos a retirar a nossa essência humana e nos deixar em estado catatônico, impotentes para reagir contra tudo aquilo que nos faz mal.

É esta a tese da doutrina do choque e é assim que ela trabalha:

O desastre original – golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furacão – põe toda a população em estado de choque coletivo. Os bombardeios, as explosões do terror, os ventos destruidores são tão úteis para amansar sociedades inteiras quanto à música estridente e as pancadas servem para enfraquecer os prisioneiros nas salas de tortura. Como o preso aterrorizado que entrega os nomes de seus companheiros e renuncia à própria fé, as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força. (KLEIN, 2008, p 26-27)

Apresentada desta forma, entretanto, a tese ainda apresenta alguns limites para sua compreensão mais ampla e deixa algumas questões em aberto. Por exemplo, quais são os interesses das nações e dos diferentes extratos de classe na aplicação de políticas públicas liberalizantes, e como isso se vincula ao processo de desenvolvimento do capitalismo a nível global? Como e por que há resistência a essas políticas e dificuldades em aplicá-las quão mais democráticos são os países em que se tenta aplicá-los? E, por fim, qual é a composição e os interesses dos Estados que os incentivam a criar esse tipo de aliança e estratégia de governo?

Para responder essas questões, faz-se necessário um estudo mais aprofundado da dinâmica da economia em escala global, e, em especial, do caso latino-americano; também precisamos nos aprofundar no estudo da conformação do Estado, sua função e interesse que os atravessam, e, por fim, analisarmos com mais profundidade a primeira experiência real da política do choque: a Ditadura Pinochet.

Escolhemos assim, fazer um resgate da teoria marxista da dependência, para conseguirmos indicar o quão essencial é, para o capitalismo, garantir mecanismo de livre-mercado nos países latinos e que função eles cumprem dentro do desenvolvimento do capitalismo global e da divisão internacional do trabalho, assim conseguindo entender as

determinações econômicas que levaram a aplicação desse tipo de política econômica e seus intrínsecos interesses de classe.

Também partiremos em seguida analisando como se formam as ideologias e os Estados, para conseguirmos mostrar de que maneira operam e como funcionam os instrumentos utilizados na aplicação de políticas liberalizantes (no caso, a violência e o medo), assim como a sua consequente resistência.

Resta-nos, por fim, analisarmos a história na busca de corroborar ou rechaçar esta tese. É isto que pretendemos fazer no próximo capítulo, quando analisaremos mais profundamente a primeira real experiência da política da Escola de Chicago: o choque econômico da ditadura chilena.

Assim, remontaremos como se deu o processo de desregulamentação do estado Chileno; sob quais coordenadas agiu; como foi a resistência e por que; como a ditadura de Pinochet contornou sua oposição; qual foi o papel dos Estados Unidos, da burguesia nacional e da burguesia internacional neste episódio; qual era e como se deu a relação entre a violência da ditadura e a violência do choque econômico; quais foram os resultados políticos, culturais e econômicos do governo Pinochet; e como a ideologia liberal conseguiu ser absolvida de seus crimes.

CAPITULO III. AS DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS

"The worker will overthrow absolutism and lead the proletariat to a victorious communist revolution, resulting in socio-economic paradise on earth. It's common sense, really."
(Anyanka, Buffy: A Caça Vampiros)

3.1. Divisão Internacional do Trabalho

Ao adentrarmos a temática do presente trabalho, faz-se necessário primeiro resgatar conceitos fundamentais acerca da estrutura econômica da América Latina e sua relação com a economia em escala global, somente desta forma, os interesses econômicos por trás das aplicações das políticas neoliberais através da doutrina do choque conseguirão ser desvelados. Por isso, portanto, começaremos recuperando o conceito da Divisão Internacional do Trabalho a partir da tese elaborada por Nikolai Bukharin (1984). Para introduzirmos o conceito, primeiro fazemos uma alusão a como, da mesma forma que a economia da nação é constituída de diversos setores - indústrias e empresas concorrendo entre si - em uma economia em escala global estas mesmas relações se repetem; neste caso a concorrência entre as economias nacionais. A composição da economia da nação é dada pela produção de diferentes tipos de bens úteis ao dispêndio social, assim:

Formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, - classificáveis por ordem gênero, espécie subespécie e variedade,- a divisão social do trabalho. (MARX, 2012, p.49)

A divisão social do trabalho, desta forma, encontra-se em todos os setores da vida produtiva e social de uma nação, mas também se projeta a nível mundial, e esta esfera que denominamos Divisão Internacional do Trabalho.

Em “A Economia Mundial e o Imperialismo” (1984), Bukharin apresenta duas maneiras pelas quais as trocas são feitas entre nações. A primeira versa sobre as mercadorias as quais um país não tem condições naturais de produzir internamente, por questões geográficas ou agrícolas. Para o autor, as trocas advindas deste tipo de condição vão se tornando cada vez mais insignificantes historicamente conforme o desenvolvimento econômico das nações avança. A segunda é a forma social de troca entre as nações, ou seja,

relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, quando as nações não têm condições internas de produção de dada mercadoria. Esta segunda, por ser dependente do desenvolvimento desigual das forças produtivas em diversas nações acaba assumindo historicamente centralidade no comércio internacional, assim ampliando a divisão internacional do trabalho. Deste avanço da centralidade de troca entre países via capacidade produtiva, Bukharin afirma:

O trabalho social do mundo, em seu conjunto, está dividido entre países. O trabalho de cada país em particular torna-se parte do conjunto do trabalho social por meio da troca que se realiza no plano mundial. Essa interdependência dos países no terreno da troca não é absolutamente casual, ela é a condição necessária da evolução social ulterior, mediante a qual a troca internacional se torna um fenômeno regular da vida social econômica. (BUKHARIN, 1984, p. 21-22)

Bukharin determina a economia em escala global “como um sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade” (BUKHARIN, 1984, p. 24). Assim, o comércio entre nações não se dá apenas entre mercadores de origens diferentes, ele se dá também por questões relacionadas à capacidade produtiva, ou seja, quando um país não possui capacidade produtiva suficiente para dar conta de sua própria demanda interna, ele se vê forçado a recorrer ao comércio internacional. Países diferentes, então, concorrem entre si para a venda de um mesmo tipo de mercadoria. O preço, no caso, é determinado pelo custo de produção de cada país, sendo o salário (ou seja, o trabalho socialmente necessário para reprodução da vida dos trabalhadores) o fator determinante.

Foi a evolução do comércio europeu, a partir do descobrimento e da exploração dos territórios das Américas, que fez com que o comércio internacional se expandisse, fazendo com que diferentes regiões do globo se especializassem em determinados tipos de produção do capitalismo mundial. Assim estipulando que partes do planeta ficariam responsáveis, por exemplo, pela produção de mão de obra, matérias-primas ou mercadorias com alto valor agregado, assim expandido e efetivando a Divisão Internacional do Trabalho.

Não por menos que Marx afirma:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. (MARX, 2005, p. 864)

Assim é o papel de cada território dentro da produção de mercadorias a nível global, suas especializações e suas relações com o comércio internacional que nos dão as coordenadas do que significa a Divisão Internacional do Trabalho.

Para nos aprofundarmos um pouco mais no papel que o comércio internacional cumpre dentro do capitalismo, é importante antes apresentar os aspectos ideológicos da dita teoria econômica “oficial” que justificam as políticas de comércio internacional. Em outras palavras, buscar identificar porque e como o discurso econômico corrente continua a reafirmar o papel do comércio internacional como um ambiente de trocas vantajosas para todos os países que participam da mesma, desde que livres de qualquer ação do Estado. Para tal, vamos apresentar as ideias gerais presentes na obra “Teoria das Vantagens Comparativas” do pensador econômico David Ricardo, entendendo que mesmo as teorias atuais ignorando sua utilização da lei do valor-trabalho, ela ainda nos dá os argumentos fundamentais que o atual mainstream econômico usa para justificar as políticas internacionais não intervencionistas.

A premissa fundamental que parte David Ricardo é a que o trabalho materializado na mercadoria que determina o valor pela qual a mesma é trocada no mercado, seja no mercado nacional ou internacional. Desta forma, chega-se a um único resultado teórico, que a produção de riqueza a nível mundial será maior quanto mais cada país se especializar na produção da qual obtém maiores vantagens em relação à concorrência. Complementa-se a tese afirmando que, a partir da troca firmada no valor, o próprio comércio assegurará a apropriação de maneira mais vantajosa a todos. Assim, criar qualquer mecanismo que prejudique indivíduos ou setores de garantir suas vantagens relativas só prejudicará o sistema de maneira geral.

Para tal, o autor exemplifica a tese através da análise do Tratado de Mathuen (SODRÉ, 1957) quando há a queda de algumas barreiras alfandegárias para o comércio de vinho e tecido entre os dois países. Seguindo o exemplo, Ricardo afirma que para a produção de certa quantidade constante de tecido e vinho, é necessário o trabalho de 90 e 80 homens por ano, respectivamente, para Portugal; enquanto para Inglaterra os valores seriam 100 e 120 homens por ano, respectivamente também.

Desta forma, observa-se que a maior produtividade de vinho e tecido advém de Portugal, assim nos fazendo assumir que o país deveria se especializar nas duas produções ao invés de voltar-se à importação. A virada teórica de Ricardo se dá quando o mesmo afirma que, mesmo possuindo uma produtividade maior nos dois setores, Portugal deveria relegar a produção de tecido à Inglaterra, onde a vantagem relativa é menor; e mais: afirma que cada

país se voltaria naturalmente àquele mercado do qual possui maior vantagem comparativa caso estivesse livre de políticas intervencionistas por parte de ambos os governos. Para Ricardo “Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra” (RICARDO, 1996, p.53).

A debilidade deste argumento se dá justamente em considerar que o comércio entre as nações se dá através da troca de mercadorias de mesmo valor. David Ricardo mesmo alerta:

A utilização de maquinaria num país nunca deveria deixar de ser incentivada, pois, se não for permitido ao capital obter o maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior e isso representará um desestímulo muito maior à demanda de trabalho do que a generalização mais completa do uso de máquinas, uma vez que, enquanto o capital é aplicado no país, alguma demanda de trabalho deverá ser criada: as máquinas não funcionam sem a intervenção do homem, e também não podem ser construídas sem a contribuição do seu trabalho. Investindo uma parte do capital em maquinaria aperfeiçoada, haverá uma redução na progressiva demanda de trabalho; exportando-o para outro país, a demanda será totalmente eliminada. Além disso, o preço das mercadorias é determinado por seu custo de produção. Com a utilização de maquinaria aperfeiçoada, o custo de produção das mercadorias se reduz, e, conseqüentemente, será possível vendê-las no mercado externo por um preço mais baixo. Se, no entanto, rejeitássemos o uso da maquinaria, enquanto os demais países o encorajassem, seríamos obrigados a exportar dinheiro em troca dos produtos estrangeiros até que o preço natural de nossos produtos baixasse para o mesmo nível de preço dos demais. Trocando mercadorias com aqueles países, estaríamos entregando uma mercadoria que custa aqui dois dias de trabalho por uma mercadoria que custa um no exterior, e essa troca desvantajosa seria a consequência de nossos próprios atos, pois a mercadoria exportada e que nos custa dois dias de trabalho, custaria apenas um, se não houvésssemos rejeitado o uso da maquinaria, cujos serviços nossos vizinhos souberam aproveitar mais inteligentemente. (RICARDO, 1996, p.94)

Esta contradição apresentada de que, por um lado se defende a produção de manufaturas exclusivamente na Inglaterra e, por outro, afirma que países que não investirem em maquinaria serão, no decorrer do tempo, prejudicados no comércio internacional, pode ser vista com mais acuidade quando a analisamos sob a ótica marxista o problema fundamental que ela apresenta: o monopólio das forças produtivas de alta tecnologia e suas conseqüências no mercado mundial e na Divisão Internacional do Trabalho.

O aumento da produtividade gerado pelas grandes indústrias, pelas tecnologias e ainda seu constante aperfeiçoamento - que faz com quem este mesmo aumento de produtividade avance em passos mais largos se comparados aos países com outros nichos de produção - faz com que diminua o valor individual das mercadorias. Assim, a tese de Ricardo que afirma que

as trocas se dão através do valor não acontece realmente, pois não há real livre concorrência, o que existe é o monopólio da tecnologia (da qual os outros países, por terem papéis diferentes na Divisão Internacional do Trabalho não conseguem alcançar). É através deste monopólio que os países com maior capacidade tecnológica conseguem evitar a queda no preço de suas mercadorias que ocorreria proporcional à elevação da produtividade.

Em tese, as mercadorias deveriam se trocadas balizadas em seu valor-trabalho, mas, firmada a Divisão Internacional do Trabalho, diversas maneiras são utilizadas como forma de fazer com que o valor da mercadoria e seu preço no mercado internacional se distanciem. Os países capitalistas industriais possuem inúmeros instrumentos que garantem o não repasse os aumentos de produtividades alcançados aos preços das mercadorias.

Um dos instrumentos para a realização do não repasse do aumento da produtividade aos preços se dá – de maneira análoga aos capitalistas individuais – quando se reduz o valor individual da mercadoria enquanto o valor socialmente médio da produção permanece inalterado, desta forma, o capitalista (ou a nação capitalista) obtém vantagem de lucro sob os capitalistas (ou nações capitalistas) rivais. Esta forma garante a obtenção da chamada mais-valia extraordinária, ou seja, a mais-valia retirada quando a mercadoria vendida possui um valor menor que o valor médio de produção. Esta forma de obtenção de mais-valia se dá através da deterioração da distribuição equânime de excedente entre os capitalistas que concorrem em certos setores de produção, dando mais mais-valia àqueles capitalistas com maior produtividade e menos mais-valia àqueles com menor produtividade, este tipo de mais-valia se cessa ao passo que o fator que gera o aumento da produtividade (seja novas formas de produção, tecnologias, etc.) se generaliza e a produtividade média se aproxima. (MARINI, 1979^a).

Assim, este mecanismo se projeta para a economia mundial, onde o setor (ou setores) de maior produtividade se apropria do excedente daqueles de menor produtividade. Entretanto, na dinâmica global, poucos são os países com condições de desenvolverem alta capacidade produtiva, ou seja, com poder de não transferir a queda no valor aos preços das mercadorias. O monopólio por parte destes países mais avançado no âmbito da produção consegue, desta forma, retardar ou impedir que esta capacidade produtiva se generalize, fazendo que com que os países menos desenvolvidos sejam impedidos de tornar parelhos os custos de produção não mais temporariamente, como ditaria a teoria, mas de forma perene. Em resumo, o aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho faz com que os países centrais absorvam o valor produzido pelos países menos desenvolvidos de maneira fixa e

infundável – e não intermitente -, devido ao descompasso gigantesco de produtividade de ambas as nações e os mecanismos de mercado que garantem a manutenção deste descompasso.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 2000, p 109)

Como sabemos, a própria Revolução Industrial inglesa foi em grande medida financiada pelo desembargo agrícola precedente da América Latina. Devido ao alto custo da renda da terra europeia, o país Bretão obtinha baixo lucro com o investimento em agricultura, transferindo assim seu investimento ao setor industrial e se especializando no mesmo. Ao passo que a indústria europeia crescia, a América Latina continuava como fornecedora de alimentos de matéria-prima necessária para o desenvolvimento europeu. Assim, a América Latina passa a cooperar “para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p. 112-113).

Isto se dá, pois a Divisão Internacional do Trabalho que se estabelece desta forma dá aos países latinos a atribuição de fornecedores de gêneros alimentícios para o operariado britânico, isto, somando-se a queda generalizada nos preços da produção primária, que garante a baixa do valor da força de trabalho nas nações que se industrializavam, faz com que o aumento da produtividade se manifeste no aumento constante das cotas de mais-valia relativa (MARINI, 2000).

3.2. Teoria Marxista da Dependência

3.2.1. Origens do Subdesenvolvimento na América Latina

Entendido o processo que desenvolve a Divisão Internacional do Trabalho, passamos a nos aprofundar nos aspectos e especificidades próprias que se manifestam no seu

desenvolvimento dentro da América Latina, para tal, começaremos expondo acerca da origem do subdesenvolvimento dos países latinos, que é em grande medida produto histórico do passado, mas que permanece nos dias atuais entre as relações econômicas dos países metropolitanos desenvolvidos e seus satélites subdesenvolvidos (FRANK, 1973). Acerca disso, Gunder Frank afirma que:

O subdesenvolvimento não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à escassez de capital em regiões que permanecem isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico [...] dentro da estrutura metrópole-satélite que abarca o mundo capitalista, as metrópoles tendem a desenvolver-se e os satélites a subdesenvolver-se. (FRANK, 1973, p. 31)

Assim, percebe-se o componente estrutural do desenvolvimento e subdesenvolvimento das nações, ambas enraizadas na própria dinâmica totalizante do capitalismo, onde desiguais desenvolvimentos entre as nações são parte imprescindível para a reprodução e avanço do sistema capitalista como um todo.

Foram de três formas que a supremacia dos países centrais reteve o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Primeiramente retirou o lucro da produção local e os repassou a metrópole, estancando o processo de acumulação primitiva que foi necessário, por exemplo, para o desenvolvimento destas mesmas metrópoles, expropriando, assim, o produto social local latino americano que serviria para a nossa própria acumulação primitiva. Além disso, garantiu a manutenção e investimento naquilo que se transformaria nas particularidades próprias do subdesenvolvimento, como a propriedade da terra o comércio externo, etc. E, finalmente, assegurou a manutenção de castas da classe dominantes no poder e manteve grande parte da população fora da esfera da produção, o que significava diminuir ainda mais a capacidade da acumulação primitiva de capital (MANDEL, 1982).

Foi a maneira de investimento dos países metropolitanos a seus subsidiários subdesenvolvidos que deu forma a uma dinâmica de desenvolvimento da qual os países latino-americanos se transformariam em parte integrante do desenvolvimento dos países centrais, ou seja, foi este investimento que determinou aos países subdesenvolvidos o crescimento econômico voltado à produção de matérias-primas. Assim, o comércio internacional se formou ao juntar o crescimento de excedente de capital nos países centrais que buscavam grandes taxas de lucro e matérias-primas advindas dos países periféricos. (MANDEL, 1982).

Como “o enorme volume de força de trabalho a baixo preço, tornou não lucrativo o emprego de capital fixo em grande escala: a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato” (MANDEL, 1982, p. 39) passou-se a existir intervenções das metrópoles a fim de coordenar esta mão-de-obra barata latino-americana com intuito elevar a produção de matérias-primas a escalas globais. Isto se deu, pois o acréscimo da participação das matérias-primas no valor das mercadorias na Europa incentivava a procura por novas e mais baratas fontes de produção na América Latina.

Desta forma, a produção de matérias-primas, que na América Latina era arcaica e com baixíssimos custos de mão-de-obra fizeram com que não houvesse incentivos ao processo de desenvolvimento e modernização das nossas próprias forças produtivas, assim, o abismo que já existia entre a capacidade produtiva dos países periféricos e dos países centrais apenas se acentuou. Este abismo acentua-se, pois o controle do capital estrangeiro sobre a nossa acumulação de capital exportou o nosso capital para as nações desenvolvidas, forçando os países periféricos ao seu papel na Divisão Internacional do Trabalho e assim continuando a reforçar esta mesma lógica de expropriação de capital. Assim, foi a organização desta lógica da Divisão Internacional do Trabalho, onde os próprios países periféricos eram forçados a garantir a manutenção da lógica que expropriava seu próprio capital e o reinvestia nos países desenvolvidos, que transformou e separou estes países entre dependentes (América Latina) e metropolitanos (Europa).

Foi o crescimento do capital comercial e bancário europeu que garantiu a expansão do sistema monetário e o estabelecimento da grande indústria na Inglaterra. Este capital só se deu como consequência do crescente comércio entre América e Europa, em especial dado a produção de alimentos e metais preciosos do novo mundo. Este comércio, ainda sim, não se deu num vácuo, ele foi se desenvolvendo concomitantemente ao processo de industrialização inglês e, não por coincidência, os processos de independência latino-americanos. A consequência de ambos os processos foi a vinculação econômica entre os países recém independentes e a Inglaterra, fazendo assim que estes países exportassem produtos primários para abastecer a crescente população inglesa e em contrapartida importasse manufaturas necessárias para a reprodução da vida na América.

Mas, como vimos anteriormente, ainda existe um abismo entre a capacidade produtiva dos países periféricos e centrais, portanto, para dar conta de assegurar a capacidade de importação os países dependentes primeiramente são forçados a buscar empréstimos externos; com o tempo, entretanto, os produtos primários começam a galgar espaço nas trocas

internacionais, tornando-se então, superavitários nos países do Novo Mundo. Estes saldos de superávit são então transferidos às metrópoles via lucro.

No decorrer do tempo, entretanto, há uma queda acentuada no valor das manufaturas em relação aos alimentos, já que estes se mantêm relativamente fixo. Por conta do monopólio dos países mais desenvolvidos, ou por uma capacidade de desenvolvimento das forças produtivas mais avançadas que dos países subdesenvolvidos, se dá o processo de transferência de valor, visto que o monopólio de produtos manufaturados faz com que eles possam manter o preço acima do valor (que vai diminuindo com o desenvolvimento produtivo), ou via concorrência caso não haja monopólio, pois com maior capacidade produtiva, os países desenvolvidos conseguem vender as mercadorias ao mesmo preço que dos países subdesenvolvidos, mesmo as mercadorias tendo valor menor, pelo valor médio. Este é um dos determinantes da transferência de valor no comércio internacional, de maneira que os produtos manufaturados têm seu valor na economia mundial sempre decrescente. (MARINI, 2000)

A conclusão que Marini tira acerca desta lógica de funcionamento do capitalismo global, então, é:

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2000, p. 118)

Ainda acerca dos mecanismos pelos quais havia este descompasso de valores entre as nações, Mandel afirma que: “troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho). (MANDEL, 1982, p. 244)

Com o aprofundamento da economia internacional, o desenvolvimento do capitalismo e do fluxo internacional de capital no decorrer do tempo, em especial no pós-guerras, uma série de mudanças da economia mundial faz com que a transferência de lucro perca espaço na lógica da economia global e, com isso, as trocas desiguais passam a se tornar central no processo de troca internacional, sobretudo na América Latina. As principais mudanças ocorridas podem ser resumidas em quatro grandes questões: primeiro, a transformação do fluxo de capitais não mais no molde colônia-metrópole, mas entre Estados metropolitanos; segundo, a mudança das coordenadas do investimento estrangeiro não mais para produção de

matéria prima e sim para bens de consumo; terceiro foram as políticas antiimperialistas seguida por parte dos países subdesenvolvidos a fim de diminuir a transferência de lucros para os países centrais e, por fim, a busca das burguesias nacionais das nações periféricas em aumentar sua própria extração de mais-valia em relação as empresas dos países centrais (MANDEL, 1982).

No caso do Chile, este é o momento da ascensão dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais, expressa na eleição de Allende e no processo de reformas e nacionalizações de multinacionais do país, assim, começando a diminuir a transferência de lucros dos países centrais e diminuindo o lucro e o domínio destas empresas e de seus países afiliados na economia da nação chilena.

Neste momento, faz-se necessário resistir ao impulso de avançar no debate das causas do subdesenvolvimento latino-americano para resgatarmos a ortodoxia do método histórico e dialético e entender como funciona de maneira um pouco mais minuciosa a dinâmica de uma economia dependente, na tentativa de chegarmos à essência dos interesses que constituem a circulação capitalista e nível global. Fazemos isto, pois é a melhor forma de entendermos como se deu e dá a dinâmica de interesses que faz com que os países centrais, a burguesia internacional e parcelas das burguesias nacionais latinas tenham interesse imperativo na aplicação de políticas liberalizantes (e, conseqüentemente, a doutrina do choque) para os países latino-americanos, desta forma demonstrando que a ascensão das políticas de Friedman não são resultados apenas de um convencimento retórico, mas sim de uma necessidade do capitalismo em ampliar sua transferência de valor assim como manter a divisão internacional do trabalho.

Assim, a apropriação do produto social por parte do proletariado (*ie* salários) só pode ser visto a partir da disputa de interesses antagônicos entre trabalhadores e patrões que forçam o preço da força de trabalho a diminuir ou aumentar em relação ao valor do trabalho. É, então, o resultado da disputa de classe que baliza a repartição do produto social, tendo como base o valor da força de trabalho. Desta forma, o antagonismo de classe se caracteriza na medida em que, enquanto os trabalhadores buscam melhorias na condição de sua reprodução da vida, os patrões visam diminuir o salário ao máximo em vias de aumentar sua própria taxa de lucro.

No entanto, dentro da complexidade da lógica capitalista moderna, outros fatores inerentes ao capitalismo também precisam ser sensivelmente considerados dentro desta disputa de elevação ou rebaixamento salarial. Primeiramente, é importante perceber que o lucro por parte dos capitalistas só se realiza a medida que os consumidores comprem os

valores de uso materializados na mercadoria. Parte deste consumo advém da Mais-Valia não-acumulada - aquela que não é reinvestida na produção -, ou seja, é a fração do consumo correspondente a burguesia onde estão inseridos os bens não consumidos pelo proletariado (Marini os insere no subsetor IIb). Outra parcela se diz do consumo advindo do capital variável (salários), ou seja, os bens necessários por parte da massa trabalhadora para a sua própria reprodução e subsistência (Marini os denomina subsetor IIa). Assim, para o autor, os produtos que são adquiridos diretamente pelo proletário e pela burguesia para o consumo fazem parte do setor II da produção. De forma análoga, o consumo pode advir do reinvestimento de Mais-valia para obtenção de capital constante (indústrias de produção de equipamentos e máquinas), ou seja, reinvestir no próprio processo produtivo. Igualmente, elas se separam em produção de capital constante para produção de bens voltada ao proletariado ou à burguesia, neste caso, setores Ia e Ib respectivamente (MARINI, 1979a).

Desta forma para o consumo do produto materializado pelo setor IIb e Ib (pois o segundo depende do primeiro para efetuar sua produção) a burguesia é sujeita apenas a capacidade de realização do consumo da sua própria classe. Portanto, não apenas incentiva o interesse na redução dos custos de mão-de-obra aos menores possíveis, como também quanto menor os salários da massa trabalhadora, maior relativamente será a fração do produto social dada à classe burguesa, fazendo, assim, que estes subsetores forcem a queda do salário com o dobro de intensidade.

De maneira inversa, apresenta-se uma clara contradição para os empresários que investem nos subsetores Ia e IIa, pois ao mesmo tempo em que a redução do custo da mão-de-obra se mostra imperativa, é de vital importância que o proletariado, como classe, tenha condição de consumo, ou seja, salários elevados. Esta dualidade não consegue ser percebida olhando este subsetor de maneira individual, através de disposição individual de cada capitalista, pois eles ainda buscam, como o restante da classe, o aumento imediato da exploração de mais-valia e lucro, mas, dentro da esfera de políticas públicas, este subsetor de classe pode se comportar de maneira ambígua na relação de dispositivos que favoreçam a capacidade de consumo da classe trabalhadora.

Configura-se desta forma, um descompasso dentro da luta da própria burguesia em relação aos direitos dos trabalhadores para além do antagonismo clássico entre a burguesia e o proletariado. Dada as diferentes constituições das capacidades produtivas e das classes sociais, este antagonismo clássico, onde ao mesmo tempo em que o proletário cria toda a

riqueza ele é apenas uma fração de seu consumo se configura de forma diferente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Aqui, é necessário perceber que mesmo sendo crucial o método marxista apresentando n'O Capital, pressupor a igualdade entre preço e valor na dinâmica capitalista tem como função perceber quais são os elementos essenciais das leis que estruturam o capitalismo. Entretanto, dentro da complexidade totalizante do funcionamento real do capitalismo, as trocas não se equivalem de acordo com este modelo teórico, embora, novamente, ele seja demasiadamente necessário para entendermos a relação fundamental de funcionamento do capital. Assim, as mercadorias – entre elas a força de trabalho -, podem ter seu preço em unidade acima ou abaixo do seu valor real. O salário, em especial, é determinado nesse caso não apenas pelo mínimo necessário para a reprodução da vida (isto, determinado historicamente), mas outros fatores no emaranhado complexo da totalidade capitalista podem pressionar o salário a níveis mais baixos ou mais altos que seu valor.

O próprio Marx nos dá uma definição cruamente dramática da lógica que se incorpora na lógica do empresariado e suas tentativas de forçar a atividade da força de trabalho para além do seu limite material:

[...] em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. [...] O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. (MARX, 2008, p. 306)

Ou mesmo em relação ao trabalho e a saúde dos trabalhadores, Marx alerta que:

Do mesmo modo, esse trabalho coletivo em massa, em recintos fechados e em condições que não consideram a saúde do trabalhador, destinando-se a facilitar a fabricação do produto, essa concentração maciça no mesmo local de trabalho, é fonte de lucro crescente do capitalista e, além disso, quando não compensada por redução da jornada ou por medidas de precaução adequadas, arruína a vida e a saúde dos trabalhadores. (MARX, 2008, p. 125)

Marx então compreende que o pagamento da força de trabalho (e de qualquer outra mercadoria) pode estar parcialmente descolado de seu valor, mas, como este era um tema relativamente marginal ao que se propunha em O Capital (entender as leis estruturantes do sistema capitalista), o mesmo não se aprofundou na temática da oscilação dos valores e do preço da força de trabalho.

3.2.3. A Superexploração da Força de Trabalho

O conceito de superexploração nasce, então, na obra de Ruy Mauro Marini como forma de interpretar a configuração histórica dos países dependentes através do método marxista de análise, entendendo suas especificidades acerca do tema. Ele versa sobre a violação da força de trabalho ou sua aquisição por um preço abaixo do seu valor histórico, podendo se expressar ou pela violação do fundo de consumo do proletariado ou do seu fundo de vida.

A primeira diz respeito à aquisição de uma fração do capital variável em forma de mais-valia, impedindo que a massa trabalhadora tenha condições de consumo dos valores-de-uso indispensáveis a reprodução da sua vida ou da vida de sua família em condições normais, podendo se apresentar na forma de queda de salário ou aumento do valor histórico do trabalho sem que aumento proporcional do salário ocorra.

Já a segunda acontece através da ampliação da jornada de trabalho ou sua intensidade para além da natural, fazendo com que as forças físicas e espirituais dos trabalhadores sejam consumidas de forma precoce, de forma que o aumento do valor consequente deste maior desgaste não consiga ser suprido pelo aumento do consumo.

Como a exploração é a razão entre o total de horas próprias à mais-valia e o total de horas próprios do capital variável, percebe-se que estas medidas de salários abaixo do valor da força de trabalho têm como função aumentar a qualidade da exploração. Existem, ainda, diferentes determinantes sob o nível de exploração: o desenvolvimento das forças produtivas dos setores Ia e IIa, como apresentado antes, pressiona o valor da força de trabalho para baixo, assim, o aumento da produtividade nesta produção faz, concomitantemente, aumentar o grau de exploração do trabalhador, embora isto não denote fatalmente a superexploração da força de trabalho.

Devemos esclarecer então a confusão que existe, onde se percebe a superexploração não como um conceito, mas como uma mera adjetivação do conceito de exploração (ou seja, diferente apenas quantitativamente e não qualitativamente). A superexploração define-se, portanto, como o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor histórico real, podendo, desta forma, existir uma menor taxa de exploração para o trabalhador superexplorado que para o explorado, dependendo das circunstâncias de cada país ou setor, já que não é a

superexploração que define a quantidade de Mais-Valia ou de Capital Variável (que determinam o grau de exploração).

A partir disso, Marcelo Carcanholo conclui que:

O rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo superexploração da força de trabalho, uma vez que explorar – no sentido de usar, utilizar, consumir, realizar – aquilo que já é o resultado desta exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido. (CARCANHOLO, 2013, p.75)

Entretanto, enquanto a superexploração significa para as metrópoles maneiras de conseguir fraudar a lei do valor na sua busca por lucros extraordinários, no caso da América Latina, como parte do nosso excedente social é transferido para os países centrais, a superexploração é a maneira com a qual a burguesia nativa consegue contrabalancear sua taxa de lucro, à custa da classe trabalhadora, Marini acerta então que:

O problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, [...] incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. (MARINI, 2005, p. 154)

Como a única forma de manter altas taxa de lucro além da superexploração seria impedir o processo de transferência de valor aos países centrais (e estes não o fazem, pois são dependentes deste sistema para a manutenção de sua própria acumulação), o que as burguesias nativas fazem é então voltar-se sempre para o mecanismo da superexploração, reduzindo salários, estendendo a jornada de trabalho, tornando-o informal ou mesmo aumentando o exército industrial de reserva de forma a pressionar a diminuição salarial.

Como o papel dos países dependentes, em especial na América Latina, na Divisão Internacional do Trabalho é o de exportadores de bens de consumo aos países centrais, as perdas causadas pela diminuição da capacidade de consumo das classes subalternas é irrisório. Como então é o comércio mundial que determina o padrão de produção dos países dependentes, os incentivos da burguesia nacional são o de manutenção dessa lógica de superexploração e transferência de valor, fazendo com que as economias dependentes continuem nesta lógica exportadora e não no caminho da industrialização, assim:

[...] o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p.144)

As análises de Marini, então, vêm no sentido de entender que é necessário um olhar específico do processo de produção nos países dependentes para além da análise do capitalismo estruturada por Marx. As especificidades do capitalismo dependente, como demonstrado, nos obriga a entender como a estrutura econômica se configura na nossa realidade, tendo, neste caso, o conceito de superexploração como resultado trágico do processo de transferência de valor entre a colônia e a metrópole. Justamente por estas razões, Carcanholo conclui que:

É preciso ressaltar que, no nível de abstração do livro I de O capital, no qual a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isto aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isto porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraído-se da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor produzido, temática dos outros livros. Assim, no livro I desta obra, supõe-se que todo o valor produzido será realizado; ou melhor, que as mercadorias serão vendidas no volume e na magnitude de valor em que foram produzidas. Em termos da mercadoria força de trabalho, isto significa que os salários corresponderiam ao valor da força de trabalho. (CARCANHOLO, 2013, p. 80)

E finalmente que:

Como se viu, a superexploração da força de trabalho não pode ser considerada uma categoria em Marx, até em função do nível de abstração em que ele estava em O Capital. Ao contrário, para a teoria marxista da dependência, em um menor nível de abstração em relação a Marx, trata-se de entender a especificidade do capitalismo dependente. Como afirmamos antes, pretendemos demonstrar agora que a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central - aliás a mais importante - da teoria marxista da dependência. (CARCANHOLO, 2013, p. 83)

Assim, concluímos que a acumulação de capital sob forma de superexploração não é apenas uma qualidade singular de algumas economias específicas, é a força-motor do desenvolvimento latino-americano, não é espontâneo ou fenomenológico, é parte da estrutura dependente e está imbricado no nosso próprio processo de formação histórico.

Dessa forma, conseguimos ter um novo olhar sobre o porquê da necessidade de políticas liberais na América Latina. O avanço do liberalismo, neste caso, não se deu por um avanço autônomo dos intelectuais liberais, mas sim esteve imerso no processo de desenvolvimento do capitalismo a nível global. Primeiramente, pós-crise de 1929, onde a lógica das políticas liberais entrou em descenso, há um avanço de políticas de Estado, em especial um avanço em políticas nacionalista e antiimperialistas na América Latina. Isto fez

com que se diminuísse a transferência de valor aos países centrais e as multinacionais perdessem espaço dentro do território latino. É o interesse em aumentar extraordinariamente os lucros, assim como manter a Divisão Internacional do Trabalho, que impele os países centrais e parcelas das burguesias latinas a buscarem as políticas liberais, para assim, através da superexploração do trabalho, a aumentar seus lucros em troca de um rebaixamento do poder de compra da classe trabalhadora dos países latinos.

Ainda falta nos aprofundarmos em como se operam os mecanismos para aplicação dessas políticas liberais e de transferência de valor, ou seja, por que é necessária uma doutrina do choque político juntamente ao choque econômico? Por que os processos de liberalização não conseguem ser aplicados de forma democrática nos países latinos, ou seja, por que esse discurso não convence a população latina a aplicar essas medidas e por que a única solução é o choque? Para tal, seguiremos analisando no próximo capítulo como se formam os discursos ideológicos, como ele se insere no Estado, porque há resistência e, por fim, como essa resistência é quebrada.

CAPITULO IV. AS DETERMINAÇÕES IDEOLÓGICAS

“- Uma vez expulsos do Paraíso, o Homem não teve escolha a não ser escapar para esta existência terrena, lado a lado com a morte. É o nosso paraíso, criado pelo trabalho que este mais fraco dos seres foi forçado a desenvolver.

- Para nos proteger do medo da morte, para saciar nossa sede pelo prazer, um paraíso que nós mesmos criamos. Esta cidade é verdadeiramente um paraíso. Uma cidade armada para nos defender.

- Uma cidade de covardes fugindo do mundo exterior, recheado de inimigos.

(Ikari para Fuyutsuki, Neon Genesis Evangelion)

4.1. O Problema da Ideologia

Não é de hoje que o estudo da ideologia vem sendo alvo de intensos debates dentro da comunidade científica, a ponto de poder facilmente ser considerado o conceito de definição menos precisa de todo arcabouço teórico marxista. Isso se deve, como afirma Terry Eagleton em sua obra *Ideologia: uma Introdução*, não porque “as pessoas que trabalham nessa área sejam notáveis por sua pouca inteligência, mas porque o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si.” (EAGLETON, 1997). Estes significados não só variam entre correntes teóricas diametralmente opostas, mas também dentro do próprio marxismo há um rico e intenso debate acerca da real significação do tema.

Assim, Eagleton inicia apresentando uma coleção de significações de ideologia que circulam socialmente, em vistas de iniciar um mapeamento das definições do tema nos debates correntes. Esta lista traz percepções de ideologia como processos de produção de significados, signos e valores na vida social; ideias falsas que ajudam a legitimar um poder dominante; comunicação sistematicamente distorcida; um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; pensamento de identidade; ilusão socialmente necessária; o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; conjunto de crenças orientadas para a ação; a confusão

entre realidade linguística e realidade fenomenal; o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura; etc. (EAGLETON, 1997).

Conseguimos então perceber não só a vastidão de significados formalmente aceitos ao conceito de ideologia, mas, além disso, que algumas teses são antagônicas entre si enquanto outras são compatíveis ou até complementares. Neste caso, por exemplo, é impossível ideologia designar qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais e ao mesmo tempo representar somente formas de pensamento dominantes.

Outra observação é em relação ao caráter que ideologia é empregada sob certas significações, algumas tratando ideologia como algo certamente nefasto, outras, vagamente nefasta, outras representando algo vagamente neutro e ainda entusiasta em relação ao termo.

Para Eagleton neste caso:

Considerando-se várias dessas definições, ninguém gostaria de afirmar que seu próprio pensamento é ideológico, assim como ninguém normalmente iria se referir a si mesmo como “gorducho”. A ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem. Ao afirmar que os seres humanos são até certo ponto racionais queremos dizer, como parte dessa declaração, que ficariamos surpresos se encontrássemos uma pessoa que sustentasse convicções que ela própria reconhecesse como ilusórias. (EAGLETON, 1997 p. 16)

Já “um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social” não parece ser algo repulsivo a princípio, fazendo com que os sujeitos ficassem confortáveis em admitir o próprio componente ideológico de seus discursos e ações sem serem automaticamente classificadas como ilusórias (EAGLETON, 1997 p. 16).

Finalmente, dentre as definições apresentadas, podemos identificar que algumas têm um cunho epistemológico, enquanto outras têm um caráter mais sociológico, voltado para ação ou até mesmo ambíguo em relação a isto. Esta primeira, como veremos, está estritamente vinculada a um fio que atravessa filósofos como Hegel, Marx e Lukács tentando desvendar os movimentos ideológicos sob a ótica da ideologia como distorção, véu ilusório ou mistificação, outras voltadas apenas para o papel das ideias na sociedade (EAGLETON 1997). Esta divisão é fundamental para compreendermos grande parte das divergências que existem entre as principais tradições percebidas nos debates sobre ideologia.

Como uma avaliação complementar, é importante fazer o exercício de análise sobre qual é a definição de ideologia na vida rotineira, ou seja, o que significa o termo ideologia

quando dito no dia-a-dia, afastado do mundo científico, em uma mesa de bar com amigos por exemplo. Não é o caso de tratarmos este como significado juiz do processo analítico, mas tentar tirar proveito do que como o termo da ideologia se traduz no cotidiano, pois assim ele nos apresenta, de certa forma, o resultado de uma disputa teórica e política anterior. Não só o termo em si, mas a maneira como ele é usado e percebido cumpre, desta forma, também uma função social.

Em um amistoso – ou vociferante – debate fraterno e cotidiano, não apenas se afirma que alguém está sendo ideológico, acusa-se. Neste caso o interlocutor percebe “as coisas como elas realmente são; [o ideólogo] as vê de maneira tendenciosa, através de um filtro imposto por algum sistema doutrinário externo” (EGLETON, 1997, p. 17).

Aqui, o termo ideologia é atribuído de um caráter essencialmente pejorativo. Assim, “há, em geral, uma sugestão de que isso envolve uma visão extremamente simplista do mundo — que falar ou avaliar “ideologicamente” é fazê-lo de maneira esquemática, estereotipada, e talvez com um toque de fanatismo” (EAGLETON, 1997, p.17). Neste caso, o discurso “não-ideológico” seria aquele referente não a uma verdade incontestável, definitiva e inabalável, seria algo mais próximo de uma verdade pragmática, conjuntural (EAGLETON, 1997).

Tal discurso é de fácil refutação, ao percebermos que ao alegar ideologia somente como visão de mundo ou pensamento esquemático só nos diz algo quando adjetivado como simplista, tendencioso ou fanático e tais adjetivos, por si só, possuem mérito apenas pessoal e pouco objetivo. É difícil concordar que exista qualquer tipo de argumentação sem alguma concepção anterior, alguma visão de mundo ou esquematização teórica e, analogamente ao discurso anterior, é difícil conceber algum sujeito que autodenomine suas posições como tendenciosas ou fanáticas. O discurso doutrinário é sempre do outro, enquanto o meu é agradavelmente autônomo.¹

O resgate ao discurso cotidiano não nos parece, neste caso, em vão. Ele demonstra justamente sob que coordenadas o conceito de ideologia vem sendo apropriado socialmente. Este discurso é resultado, entre diversos outros fatores, do descenso da esquerda na disputa global por um novo patamar civilizatório, remontando o fim da União Soviética e a ascensão

¹ Aqui, não estou querendo afirmar que não exista discurso tendencioso, doutrinário ou fanático, eles existem e podem ser objetivamente demonstrados. Estou apenas afirmando qual o significado atribuído ao conceito de ideologia na fala corrente, usado essencialmente desvinculado de qualquer contextualização externa, como se bradar ‘ideológico’ fosse argumento suficiente para comprovar que o discurso do outro é falso.

do império estadunidense. É então, consequência da promoção do discurso sociológico norte-americano ao discurso corrente, que acredita na “crença de que a ideologia é uma forma esquemática e inflexível de se ver o mundo, em oposição a alguma sabedoria mais simples, gradual e pragmática” (EAGLETON, 1997, p.17), da afirmação destes discursos, onde se percebe que “as ideologias são explícitas, fechadas, resistentes a inovações, promulgadas com uma grande dose de afetividade e requerem a total adesão de seus devotos” (EAGLETON, 1997, p.17).

O resultado mais notável da elevação deste discurso é a própria afirmação do “fim da ideologia” professada pela mídia, partidos, e ideólogos em geral. Portanto, o perigo deste discurso versa não apenas em tratar ideologias como formas esquemáticas inflexíveis, mas também à quais alvos esta inflexibilidade formal é projetada. Em resumo, para Eagleton

O que se quer dizer com isso é que a União Soviética está nas garras da ideologia, ao passo que os Estados Unidos vêem as coisas como elas realmente são. Não se trata, como o leitor irá verificar, de um ponto de vista em si mesmo ideológico. Tentar alcançar algum objetivo político modesto e pragmático, tal como derrubar o governo democraticamente eleito do Chile, é uma questão de adaptar-se de modo realista aos fatos; já enviar tanques para a Tcheco-Eslováquia é um exemplo de fanatismo ideológico. (EAGLETON, 1997, p.18)

Desta forma, a ideologia do “fim da ideologia” sofre de uma ambivalência. Enquanto ela é incondicionalmente irracional, ela é também obsessivamente racionalista. Uma mistura de fé cega, mística, louca e fanática, mas com precisão cirúrgica em sua coerência interna, modelos e esquemas voltados a um plano impiedosamente irrevogável; coisas que o sistema tecnocrático capitalista certamente já ultrapassou.

No meio deste emaranhado de conceitos, rupturas, significados e impactos políticos reais, opta-se por fazer um resgate metodológico rigoroso do método marxista. Para se avançar na análise sobre ideologia, então, tratar-se-á apenas de ideologia sob ótica de dois autores considerados fundamentais sobre o tema, György Lukács e Antonio Gramsci. A escolha por Lukács se deu, pois ele é o principal responsável por buscar as origens que fundam os processos ideológicos, ou seja, a ontologia do ser social, os processos de reificação e fetichismo e a concepção totalizante do capitalismo como fundamentos da ideologia. Opta-se por Gramsci por, além de ser um inequívoco teórico do tema, ainda introduz o conceito de hegemonia ao circuito ideológico.

Fazemos essas opções pois apenas entendendo qual o papel da ideologia e como se conforma o Estado dentro de um aspecto amplo da luta de classes, conseguimos entender as mediações e o funcionamento da doutrina do choque, porque esse é o mecanismo necessário para a aplicação das políticas liberais, qual a sua eficiência, seus limites, e como se forma a resistência a este processo.

4.2. Ideologia para Lukács e Gramsci

4.2.1. Ontologia do Ser Social em Lukács

Para conseguirmos vislumbrar com segurança o que ideologia significa para Lukács, primeiro devemos resgatar todo o trajeto de desenvolvimento do seu pensamento até este ponto, já que apenas entendendo as origens ontológicas do ser social que teremos condições de traçar um fio que nos guie com garantia à interpretação do autor acerca do estudo da ideologia.

A ontologia do ser social lukacsiana parte da premissa – retirada de Marx – de que a vida dos Homens pode apenas existir enquanto os mesmo estiveram continuamente em processo de transformação da natureza. De modo alternativo ao que se percebe na natureza, essa dimensão de transformação possui um caráter teleológico, uma concepção de finalidade, as transformações neste são resultados de construções subjetivas anteriores, ou seja, existe um plano, um projeto para transformação que guia a ação de transformar a um fim específico. É este processo de consciência, finalidade, ação e transformação que Lukács cunha como trabalho.

[...] ocorre em Marx, também nesse caso que o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam in nuce: “O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens”. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potencias nela oculta” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. [...]. (LUKÁCS, 1979: p.16)

Para Lukács, entretanto, este trabalho constitui-se unicamente através de medições de dois complexos sociais essenciais: as relações sociais e a linguagem. Portanto, para o autor, o ser social é resultado da interação destas três categorias fundamentais: o trabalho, a linguagem e a sociedade. Destas, é o trabalho que protagoniza o processo de desenvolvimento social, pois nele está imbricada uma característica única e singular, a produção do novo, que é o que compele os sujeitos a níveis mais avançados de sociabilidade. E, a partir de Marx, Lukács afirma três momentos fundamentais da categoria do trabalho: a objetivação, a exteriorização e a alienação (LESSA, 1996).

A primeira diz respeito às ações que guiam o processo de transformação idealizado, dão destinação a um processo anteriormente apenas pensado a um produto objetivo. A objetivação que realiza a mudança da ideia à criação de algo que nunca antes existiu, é ela que agencia a teleologia ao processo criativo de um novo objeto ou produto social, ontologicamente destoante daquilo que o projetou como fim, ou seja, com uma identidade própria.

O processo de objetivação também volta ao seu próprio criador. Neste caso, ao transformar a natureza, o agente transformador também se transforma. Isto se dá, pois além de adquirir novas habilidades, o processo de sobrepular as resistências da própria criação obriga ao criador conhecimento sobre o objeto que sofre o processo de criação, em outras palavras, quão melhor se conhecer as determinações dos objetos que se pretende transformar (seja um pedaço de madeira em fogo, ou a sociedade capitalista), mais qualificado será o processo de transformação (LESSA, 1996).

A exteriorização diz respeito ao novo patamar histórico sob o qual o processo de transformação via trabalho imbrica. A produção de um novo objeto então, não é apenas o processo de objetivação de uma ideia em algo novo, ele estabelece um novo patamar civilizatório. Toda a transformação se dá a partir de um dado patamar de desenvolvimento individual já alçado e historicamente determinado, ao produzir um novo objeto, assim, toda história da humanidade – e seu reflexo na individualidade – estão aplicados a ele. Quando, então, o trabalho é realizado e dele surge um novo objeto inteiramente novo, esse processo exterioriza um novo patamar de desenvolvimento social (LESSA, 1996).

É esta relação entre objetivação e exteriorização que nos dá a base do ser social como ente ontológico diferente da natureza. Essa diferenciação se dá, portanto, pois a esfera

humana é recheada pelo produto do trabalho do homem, o mesmo não ocorre no mundo natural. Tanto o produto dos Homens quanto os produtos da natureza são resultados de interações de causa e efeito, mas somente nas produções humanas há inerentemente uma relação de transformação teleológica, fruto de uma concepção anterior destinada a fins específicos. Esta relação inexistente na natureza, onde seus produtos, mesmo sendo resultado de relações causais, não possuem finalidades envoltas de um projeto anterior, de um fim determinado e consciente, são frutos do acaso e das leis naturais.

As transformações encadeadas pelos humanos, entretanto, nunca correspondem exatamente com sua finalidade originária, podendo essas variações ser marginais em relação ao plano originário ou mesmo miseráveis fracassos. Isto se dá não apenas porque existe um montante de acaso imensurável ou de difícil racionalização que impede os sujeitos de compreenderem o objeto em sua totalidade, mas também porque o próprio processo de criação transforma o sujeito durante todas as etapas do processo, quem ele é e o que ele quer então se altera juntamente a alteração do objeto sobre qual ele realiza o trabalho e, e então se mutam ou se adaptam a estes novos cenários. Desta forma, existe uma eterna tensão entre a teleologia e o objeto que se esbarram, mas nunca se encontram totalmente (LESSA, 1996).

É da dualidade entre objetivação e exteriorização que promove a mediação necessária entre o trabalho e a sociabilidade, isto se dá, pois todo resultado do trabalho humano se generaliza objetiva e subjetivamente. Isto significa que este novo objeto, ao sofrer ação do trabalho, se insere automaticamente no contexto social de sua criação, desta forma sofrendo influências e influenciando a totalidade da vida social, em um movimento do particular para o todo e do todo para o singular. Para Lessa

ao se transformar em uma particularidade partícipe de uma totalidade já existente, a história desse ente adquire uma indelével dimensão genérica: sua história absorve determinações da totalidade do existente e, por sua vez, retroage sobre o desenvolvimento da totalidade do real enquanto um seu ente particular. Deste modo, todo processo de objetivação necessariamente resulta em um processo objetivo de generalização dos resultados alcançados, de tal modo que, a cada nova objetivação, a totalidade do ambiente no qual está inserida o indivíduo também se altera. (LESSA, 1996, p. 8)

Além de retroagir sobre o desenvolvimento da totalidade do real, a generalização influencia sobre outros indivíduos além do que realiza o trabalho. Um novo produto social provoca uma nova situação histórica, e incide assim a todos que se relacionaram com o

resultado do trabalho, obrigando-os a responder a esta nova situação histórica apresentada, transformando assim não só a relação dos sujeitos com a natureza, mas entre si.

Há ainda outro domínio sob o qual a generalização recai, a subjetividade. As transformações ocorridas nos sujeitos a partir do trabalho não se esvaem com o fim do processo criativo, elas permanecem e se generalizam nos processos futuros, assim, o processo de generalização transforma o particular em universal, conhecimentos antes individuais se generalizam, formando a arte, a religião, a filosofia e a ciência. Chegando ao seu extremo, generalização do conhecimento singular ao universal forma até mesmo concepções de mundo historicamente determinadas.

Assim Lessa conclui que:

Já que esses novos conhecimentos são incorporados às objetivações futuras, atuando assim sobre a totalidade do existente e, deste modo, sobre a vida dos outros indivíduos -- e, novamente, com as devidas mediações -- sobre o desenvolvimento da própria humanidade, estes conhecimentos que no início são necessariamente individuais, se generalizam à humanidade no seu todo. Com o avanço do processo de sociabilização, as mediações de transmissão dos conhecimentos vão dando origem a complexos sociais específicos como a educação, a tradição, os costumes, etc.. (LESSA, 1996, p. 9)

Portanto, todo processo de objetivação-exteriorização é necessariamente único e genérico. Único, pela simples razão de a história jamais se repetir. E genérico porque ele incorpora, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento efetivamente alcançado pela humanidade a cada momento histórico. Em suma, ele é concomitantemente um processo que possui uma insuperável dimensão individual (mesmo o trabalho mais alienado no interior de uma linha de produção não perde por completo este seu caráter singular) e é sempre determinado socialmente. Por isso, trabalho e sociabilidade são categorias que só existem conjuntamente, enquanto determinações reflexivas.

Posto isto, podemos compreender porque o trabalho é o momento predominante do complexo formado pela sociabilidade, pela linguagem e pelo próprio trabalho. É ele que dá origem ao novo que é incessantemente produzido na reprodução social; novo este que é o fundamento ontológico último da tendência histórica de desenvolvimento do gênero humano (LUKÁCS, 1979).

Além disso, o movimento de generalização do trabalho – e todas as suas atribuições – dá origem ao que Lukács chama de complexo social. É um complexo que engloba todas as “ações singulares em tendências do desenvolvimento histórico-genérico” (LESSA, 1996 p 10.), e ocorrem mesmo se os sujeitos não tenham consciência do processo. É este processo de generalização que faz com que a sociedade se distancie de suas tendências mais primitivas. Portanto:

Cada momento da história, de modo desigual e contraditório, a humanidade consubstancia uma situação histórica mediada socialmente, assim, cada nova objetivação-exteriorização encontrará um ambiente social mais desenvolvido para sua efetivação, gerando demandas cada vez mais elaboradas, operando respostas cada vez mais complexas socialmente. (LESSA, 1996 p. 11)

Este processo de generalização do trabalho, sociabilidade e complexo social se aprofunda com o desenvolvimento histórico. Quão mais se avança no processo de objetivação-exteriorização e generalização, mais complexas se tornam as relações sociais, e quão mais complexas forem as mediações das relações sociais com as ações individuais, mas complexas são também as individualidades. É este movimento que transforma os sujeitos primitivos em individualidades cada vez mais complexas, pois ao estarem inseridos em uma realidade, estes sujeitos apreendem suas determinações históricas (consciente ou inconscientemente) e são forçados a elaborar respostas objetivas e subjetivamente para reprodução da sua vida, galgando assim patamares cada vez mais avançados do gênero humano. Assim, a sociabilidade e a individualidade fundam os dois polos da reprodução social, sob os quais se atravessam as contradições da sua própria reprodução social.

O resultado do aprofundamento da sociabilidade é o desenvolvimento de complexos sociais capazes de conseguir responder às necessidades desta mesma evolução. No caso, o desenvolvimento das forças produtivas é o que demarca a viabilidade da exploração do homem pelo homem, sucedendo a sociedade primitiva por uma sociedade de classes, esta, por sua vez, dando origem a novas contradições entre indivíduos e complexos sociais. Assim, as antigas formas que davam conta de estabelecer uma coesão social na base de costumes, força e hierarquia já não são suficientes para dar conta deste novo patamar histórico; cria-se então o Estado, a propriedade, o direito e a família patriarcal monogâmica.

O processo de sociabilização, portanto, conduz a formas crescentemente complexas de sociabilidade e de individualidades, já que a reprodução material da vida social é cada vez mais mediada socialmente. O caráter de complexo de complexos do ser social se explicita cada vez mais claramente à medida que novas demandas dão origem a novos complexos sociais, os

quais mantêm uma complexa relação de determinação reflexiva com a totalidade da formação social a qual pertence. Correspondendo a todo este processo, refletindo e favorecendo o seu desenvolvimento, dá-se o desenvolvimento da linguagem. No interior do complexo de complexos que é a totalidade social, mais uma vez, é ao trabalho que cabe o momento predominante, pois é nele que temos o solo genético do novo que impulsiona a humanidade a patamares crescentes de sociabilidade. (LESSA 1996, p. 13)

Embora no processo de sociabilização, em geral, há mais altos patamares de sociabilidade, esta não é uma regra, em diferentes contextos históricos, complexos sociais que antes foram fundamentais para a elevação da sociabilidade, passam, pelo contrário, a serem as mediações que impedem este avanço, e isto que Lukács denomina como alienação. Dois exemplos utilizados por Lukács é a religião e o capital. Enquanto em momentos mais antigos da história humana, a religião tenha cumprido o papel fundamental de significar socialmente experiências singulares a um patamar de universal, com o desenvolvimento humano, a religião passa a se tornar um obstáculo deste mesmo desenvolvimento, impedindo os homens de se tornarem protagonistas de sua própria história e relegando-os a meros coadjuvantes de forças externas que comandavam a existência na Terra, assim, contribuindo em inúmeros casos para a reprodução do status quo social. O capital também nos parece contribuir para o mesmo papel. Embora, como o próprio Marx afirma, o capital tenha sido a força motora do desenvolvimento produtivo e humano, com o passar do tempo, sua incapacidade de resolver a totalidade do complexo social, faz com que contribua para a desigualdade e a miséria dos povos, assim se tornando cada vez mais uma obstrução quase inultrapassável da emancipação da humanidade.

Assim, Lessa finalmente conclui que:

Ao conceber a essência humana como histórica, como historicamente determinada pela reprodução social – e, portanto, ao conceber as misérias humanas, as desumanidades produzidas pelos próprios homens como sendo de responsabilidade única da humanidade, Lukács resgata a tese marxiana de que os homens fazem a sua própria história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. A consequência decisiva deste resgate é a recusa de toda teorização que tenda a negar a possibilidade da emancipação humana do jugo do capital a partir de uma pretensa natureza humana, de uma pretensa essência humana, dada de uma vez para sempre, e que limite o desenvolvimento da sociabilidade aos padrões individualistas e mesquinhos tipicamente burgueses. E, com isso, a Ontologia de Lukács revela o que ela tem de mais significativa para o debate contemporâneo: é, nos dias de hoje, a fundamentação mais elaborada e melhor acabada, no plano filosófico, da possibilidade ontológica da subversão revolucionária da ordem burguesa. (LESSA 1996, p. 16)

4.2.2. Ideologia para Lukács

Esta brevíssima introdução acerca da ontologia do ser social para Lukács foi colocada porque apenas entendendo qual a dimensão do Homem e do trabalho para Lukács conseguimos ter acesso ao significado do que ele define como ideologia.

Em sua obra magna, *História da consciência de classe*, o autor afirma que é “verdade que a realidade é o critério para a correção do pensamento. Mas a realidade não é, ela se torna — e, para tornar-se, é necessária a participação do pensamento” (LUKÁCS, 1989, p. 204) . Assim, o pensamento, para Lukács, cumpre um papel tanto de percepção quanto de criação, ao começar a se dar conta das determinações de suas condições, as classes sociais simultaneamente começam a transformar sua consciência, sua realidade (ou planejar a mudança) e àqueles a sua volta. Portanto, a consciência como reflexo da realidade não tem parte no pensamento lukacsiano, como o próprio afirma:

O pensamento e a existência não são idênticos no sentido de que ‘correspondem’ um ao outro ou ‘refletem’ um ao outro, de que ‘correm paralelamente’ ou ‘coincidem’ um com o outro (todas elas expressões que ocultam uma dualidade rígida). Sua identidade consiste em serem aspectos de um mesmo processo histórico e dialético real. (LUKÁCS, 1989, p. 204)

A consciência revolucionária, no caso, seria fruto das condições históricas socialmente construídas e transforma essa situação de pronto. Como exemplo, quando se fala de consciência revolucionária, temos justamente a situação do Chile no pré-golpe, quando a Unidade Popular e outras organizações e movimentos sociais protagonizaram um intenso e frutífero processo de transformações radicais, democráticas e populares, atravessando o país e diversas esferas, sejam econômicas, artísticas, religiosas e culturais (GARRETÓN; MOULIAN, 1993), demonstrando assim, um caráter ostensivo deste aspecto ideológico.

Assim, para Lukács, nunca conhecemos realmente algo, pois o próprio ato de compreensão a transforma em algo totalmente novo. Essa tese de consciência não mais estática, mas sim dinâmica e voltada à ação prática nos impede de aceitar qualquer tipo de percepção vulgar da falsa consciência como descompasso entre conhecimento e realidade (EAGLETON, 1997).

Para Lukács, ao contrário do tratamento marxista vulgar do mero “falseamento da realidade”, a ideologia toma feições ligeiramente positivas, ao ponto do autor húngaro tratar o marxismo como “a expressão ideológica do proletariado”.

Mesmo assim, resgatando ortodoxamente a crítica de Marx acerca da categoria do fetichismo e ainda desenvolvendo a tese da reificação, Lukács consegue dar um caráter mais crítico e preciso do que seria a consciência e a ideologia. Primeiro, acerca do fetichismo da mercadoria, Marx formula que, sobre ela:

Temos que recorrer às regiões nebulosas do mundo religioso. Nesse mundo, os produtos da mente humana aparecem como seres independentes dotados de vida, e que entram em contato tanto uns com os outros como com a raça humana. O mesmo se dá no mundo das mercadorias, com os produtos das mãos dos homens. (MARX, 2012, p. 83)

Portanto, na realidade social:

A função do fetichismo, e da religião em geral, é livrar o fiel da responsabilidade por suas ações. Não é ele quem está agindo, é Deus (ou o demônio) quem age dentro e por intermédio dele, ele não pode nem criticar, nem modificar, nem transformar o mundo; ele, como o próprio mundo, é apenas o veículo de uma Vontade que não é a sua. Similarmente, o capitalista nega deter o poder de até mesmo tentar modificar os desastrosos processos do mercado: o mercado opera segundo “leis eternas” às quais ele e todos os homens estão irremediavelmente subjugados. A ficção da Lei Natural – que joga com todas as ambiguidades tanto do termo “natureza” como do termo “lei”, e por meio da qual os discursos descritivo e normativo se fundem – é extremamente eficiente no que diz respeito a manter os homens fixos em seus papéis. “As leis do comércio” teria dito Burke, segundo Marx, “são as Leis da Natureza e, portanto, as leis de Deus”. (BERMAN, 2001, p. 60-61)

Para Marx, não bastava ainda que apenas a classe burguesa estivesse envolta nesse mito divino empregado pelo fetichismo da mercadoria, para manter a firmeza do sistema capitalista, àqueles que não têm mais nada a vender senão sua força de trabalho, também precisa estar sob seu feitiço. Formando assim “uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e hábito, perceba as condições desse modo de produção como indiscutíveis leis da natureza” (MARX, 2012, p. 803).

Assim, o fetichismo na sociedade capitalista faz com que a forma da mercadoria – fruto das mãos, do trabalho objetivo de todos os trabalhadores -, assumindo um caráter fantasmagórico e religioso – ou seja, fetichizada -, permeie toda a vida social, se revestindo de uma lógica mecanicista e anti-humana.

A reificação, em sentido oposto, “fragmenta e desloca nossa experiência social, de modo que, sob sua influência, esquecemos que a sociedade é um processo coletivo e passamos a vê-la meramente como este ou aquele objeto ou instituição isolados” (EAGLETON, 1997, p. 90).

A partir disto, desenvolvendo através da análise do fetichismo e da reificação, o contrário de ideologia, para Lukács, não é mais a ciência marxista, mas o conceito de totalidade. Para Lukács, então, segundo Eagleton:

Todas as formas de consciência de classe são ideológicas, mas algumas, por assim dizer, são mais ideológicas que outras. O que é especificamente ideológico na burguesia é sua incapacidade de compreender a estrutura da formação social como um todo por causa dos efeitos nefastos da reificação. (EAGLETON, 1997, p. 90)

O que faz, para Lukács, a consciência proletária única, é que ela é a única capaz de totalizar a ordem social, pois é só através dessa necessidade que os trabalhadores terão condições de superar sua condição de exploração. Neste caso, a consciência de classe e o conhecimento do sistema capitalista como um todo, são, de fato, o mesmo movimento. Esta visão gera, em certa medida, um descompasso entre ideologia parcial e totalidade social, onde interesses parciais (ou imediatos) se tornam, então, o ponto de partida para a necessidade da compreensão totalizante, Eagleton explica:

Para que as mulheres se emancipem, precisam ter o interesse de compreender algo das estruturas gerais do patriarcado. Tal compreensão não é, de maneira alguma, inocente ou desinteressada; pelo contrário, está a serviço de interesses políticos prementes. Mas sem passar em algum ponto, por assim dizer, do particular para o geral, é provável que esses interesses fracassem. Um povo colonial, simplesmente para sobreviver, pode ver-se “forçado” a investigar as estruturas globais do imperialismo, como seus governantes imperialistas não precisam fazer. Aqueles que hoje, seguindo a moda, desautorizam a necessidade de uma perspectiva “global” ou “total” podem ser privilegiados o suficiente para dispensá-la. E onde tal totalidade exerce uma influência urgente sobre as condições sociais imediatas que a intersecção entre parte e todo é mais significativamente estabelecida. O argumento de Lukács é que certos grupos e classes precisam inscrever sua própria condição em um contexto mais amplo para mudar essa condição e, ao fazê-lo, ver-se-ão desafiando a consciência dos que têm interesse em bloquear esse conhecimento emancipatório. (EAGLETON, 1997, p. 92)

Desta forma, enquanto para Lukács, por ser a peça fundamental de estruturação do Capital, o trabalhador é justamente o único sujeito capaz de alcançar a totalidade de sua própria situação histórica. Diametralmente oposto, então, está a burguesia, impregnada pelos seus interesses imediatos e sem condições de perceber sua situação na totalidade. Isto se dá,

retornando ao marxismo mais tradicional, porque a condição estrutural na qual estão inseridos os burgueses evitam que os mesmos, como classe, consigam alcançar a totalidade das relações que estabelecem.

Lukács, entretanto, mantém viva a chama da reificação, mostrando que na sociedade capitalista, toda a vida social adquire um caráter desumanizado, mecânico e quantificado. O todo social não consegue ser automaticamente visto, pois a própria burguesia o pulveriza em um sem número de operações técnicas diversas que, com o passar do tempo, parecem obter uma vida própria. Marshall Berman, em “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, traz uma imagem bem dramática deste cenário:

O feiticeiro burguês de Marx descende, é claro, do Fausto de Goethe, mas também de outra figura literária que assombrou a imaginação de sua geração: o Frankenstein de Mary Shelley. Essas figuras míticas, que lutam para expandir os poderes humanos por meio da ciência e da racionalidade, desencadeiam poderes demoníacos que irrompem irracionalmente, fora do controle humano, com resultados aterrorizantes. (BERMAN, 2001, p. 134)

A reificação garante que cada parte do todo social esteja recheada de técnicas puramente formais e relativamente autônomas, na fábrica, na burocracia do Estado, nas ciências, no mercado, na economia, no direito, no jornalismo, todos são vítimas do processo reificador. É assim que:

Assolado por um mundo opaco de objetos e instituições autônomas, o sujeito humano é rapidamente reduzido a um ser inerte, contemplativo, incapaz de reconhecer nesses produtos petrificados sua própria prática criativa. O momento do reconhecimento revolucionário chega quando a classe operária reconhece esse mundo alienado como sua criação confiscada, reclamando-o por meio da práxis política. Em termos da filosofia hegeliana subjacente ao pensamento de Lukács, isso sinalizaria a reunificação de sujeito e objeto, dolorosamente separados pelos efeitos da reificação. Ao conhecer-se pelo que é, o proletariado torna-se sujeito e objeto da história. (EAGLETON, 1997, p. 93)

Lukács então percebe que a própria visão ideológica parcial é fruto do processo de reificação capitalista, e a única resposta efetiva a ela é a prática política crítica em vista de uma percepção totalizante do mundo. Desta forma, a ideologia, para Lukács, não chega a ser a falsificação da realidade, mas a compreensão verdadeira de uma realidade limitada estruturalmente pela reificação; desta forma superficial, sem se dar conta as relações mais essenciais da reprodução da vida humana.

Portanto, entendendo a totalidade como um complexo de complexos – objetivando e generalizando a realidade social - a ideologia não é uma mera concepção de mundo de diferentes classes e estratos de classe, é um sistema objetivo determinado pelo campo total da luta social. Não é meramente uma visão de mundo de uma classe baseado diretamente na sua necessidade material. A ideologia, então:

Como a própria classe social, é um fenômeno inerentemente relacional: expressa menos como uma classe vive suas condições de existência do que como as vive em relação à experiência vivida de outras classes. O Assim como não pode haver uma classe burguesa sem um proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica de cada uma dessas classes é constituída até as raízes pela ideologia de sua antagonista. (EAGLETON, 1997, p. 95)

Assim, as ideologias dominantes não simplesmente subjagam as classes subalternas e suas concepções da realidade social, elas precisam respirar a alma destas classes como única maneira de conseguir moldar a ideologia geral da população sob coordenadas de seus próprios interesses, somente assim o processo de dominação ideológico se funda. O maior exemplo disso talvez seja a pequena burguesia, que tem em seu espectro ideológico partes da ideologia burguesa e da proletária, não por menos que Marx a denomina de “a contradição encarnada”. Outra consequência deste caráter relacional da ideologia são objetos ideológicos fundamentais para vida política que não parecem ter origem embrionária em nenhuma classe específica, ou ao menos, é usado de maneira ideológica tanto em sentido emancipatório como também conservador, como o caso do nacionalismo.

Neste sentido, é importante resgatarmos a tese da Doutrina do Choque, que se aproveita de choques (naturais ou planejados) para criar um clima de medo e insegurança, onde a população incapacitada pelo choque, não consegue reagir a aplicações das políticas liberais. Desta forma, o medo se encaixa perfeitamente como um aspecto ideológico moldado as coordenadas de seus interesses. Já que é justamente resgatando a necessidade de segurança e autopreservação das classes marginalizadas, que esse mecanismo ideológico da classe dominante opera no sentido de inibir, no campo da subjetividade, os outros interesses populares (como melhores condições de trabalho e reprodução da vida).

Portanto:

As classes sociais não manifestam ideologias da mesma maneira que indivíduos exibem um estilo particular de andar: a ideologia é antes um campo de significado complexo e conflitivo, no qual alguns temas estarão intimamente ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estarão mais “à deriva”, empurrados ora para um lado, ora para o outro na

luta entre os poderes contendores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfego intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados, reinflitados. Uma classe dominante pode “viver sua experiência” em parte por meio da ideologia de uma classe previamente dominante: pense na coloração aristocrática da *haute bourgeoisie* inglesa. Ou pode modelar sua ideologia, parcialmente, em termos das crenças de uma classe subordinada — como no caso do fascismo, em que um setor dominante do capitalismo financeiro incorpora para seus propósitos os preconceitos e angústias da baixa classe média. Não existe uma correspondência exata, ponto a ponto, entre classes e ideologias, como é evidente no caso do socialismo revolucionário. (EAGLETON, 1997, p. 96)

Este aspecto retrata com dramaticidade o contexto chileno da década de 70, onde antes do golpe havia um movimento orgânico e ideologicamente revolucionário, no sentido de superação dos interesses das classes dominantes e como esse interesse foi solapado pela ditadura, onde a resistência fruto desse campo ideológico anterior foi duramente reprimida e violentada até um ambiente ideológico de medo e necessidade de autopreservação se instaurar no lugar.

Quando então, formos examinar as classes, não podemos fazê-la tratando-as como sujeitos coletivos homogêneos, mas sim conflitivos, interna e externamente. Assim, não apenas a classe proletária carrega dentro de si a contradição inerente do sistema capitalista, a classe burguesa segue também em passos semelhantes. O que caracteriza então a consciência proletária como a única que “pode apontar o caminho que conduz para fora do impasse do capitalismo” (LUKACS, 1989, p. 76), portanto, não é uma apreensão idealista do potencial revolucionário do povo trabalhador, mas sim porque é a única classe dentro do capitalismo que tem seu interesse e sua capacidade emancipatória limitadas ou submissas a lógica do capital. São, dessa forma, as estruturas do próprio capitalismo que impõem o proletariado como única classe capaz de sobrepujar o próprio capitalismo, assim, “é o capitalismo, não o marxismo, que “seleciona” os instrumentos da vitória revolucionária, nutrindo pacientemente o seu coveiro potencial” (EAGLETON, 1997, p. 96).

Reafirma-se a incongruência entre ideologia como falsa consciência. Para Lukács, a ideologia da classe operária não é uma falsa visão, e mesmo a ideologia burguesa é falsa apenas em um sentido mais amplo e profundo do termo. O que podemos afirmar então é que Lukács trata a ideologia não como um pensamento falso de uma situação verdadeira, mas o contrário, um pensamento verdadeiro para uma realidade falseada (EAGLETON, 1997).

Desta forma, o pensamento burguês realmente imprime, com certa acuracidade, a realidade da sociedade burguesa, e é esta sociedade burguesa que é, de certa forma, falsa. Falsa no sentido que não consegue penetrar a veracidade da aparência epifenomênica, da realidade reificada e fetichizada. Em outras palavras enxerga através de um véu que cobre seu rosto, ou um vidro esfumado que o separa da realidade externa; sua visão pode ser perfeita, mas a realidade que vê é só a aparente, está encoberta por um anteparo que só permite que veja o superficial, não consegue ver a realidade crua, nua. Estes retratos da ‘visão embaçada’ e da nudez aparecem em diversos momentos da literatura moderna, talvez o caso mais clássico seja em Shakespeare, na obra *Rei Lear*, como afirma Berman:

Para Lear, a verdade nua e crua é aquilo que um homem é forçado a encarar quando perdeu tudo o que outros homens podem tomar, a não ser a própria vida. Vemos sua família voraz, auxiliada pela vaidade cega do próprio Lear, arrancar o véu sentimental que a envolvia. Despido não só de poder político, mas até dos menores resquícios de dignidade humana, Lear é posto porta afora no meio da noite, no auge de uma tempestade torrencial e aterradora. Isso, diz ele, é ao que se resume, no fim, a vida humana: os pobres e solitários são abandonados ao frio, enquanto os malvados e brutos gozam de todo calor que o poder pode proporcionar. Essa noção parece ser demais para nós: “A natureza humana não pode suportar/Tal aflição, tal medo”. Mas Lear não se deixa abater pelas rajadas geladas da tempestade, tampouco foge delas; ao contrário, expõe-se a toda a fúria da tempestade, encara-a de frente e afirma-se contra ela mesma quando ela o arrasta e dilacera. Enquanto vagueia acompanhado de seu bufão real (ato III, cena 4), Lear encontra Edgar, disfarçado como um mendigo louco, nu em pêlo e aparentemente ainda mais desgraçado que ele. “Será o homem não mais que isto?”, indaga Lear. “És a essência em si: o homem desacomodado.” No momento do clímax da peça, Lear despe suas vestes reais – “Fora, fora empréstimos” – e se une ao “pobre Tom” na autenticidade nua. Esse ato, que Lear acredita que o tenha posto no nadir da existência (“um pobre, nu e bifurcado animal”), acaba mostrando ser, ironicamente, seu primeiro passo em direção a uma humanidade plena, pois é a primeira vez em que reconhece uma conexão entre si e outro ser humano. Esse reconhecimento permite que ele cresça em sensibilidade e percepção e que avance para além dos limites da sua aflição e amargura egoísta. (BERMAN, 2001, p. 141-142)

A burguesia, como classe, não tem condições de penetrar além dos limites do que sua ideologia propõe, desta forma, o que limita a burguesia a alcançar a concepção totalizante da sociedade é objetiva, inerente a sua posição de classe. O próprio Marx descreve no 18 Brumário que “é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida”.²

² Conf. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b27.pdf>>, p. 18).

A dúvida, então, se desloca para o que seria, precisamente, essa realidade falseada. Para respondermos isto, precisamos então voltar às origens da ontologia do ser social. Para Lukács, uma situação é falsa quando suas determinações objetivas generalizadas passam a impedir o avanço do potencial humano, uma situação de alienação, como o caso da religião e do capital. Esta situação poderia então ser superada superando as condições que regem sua alienação. Este novo objetivado através da dissolução das forças alienadoras, não pode ser confundido com uma utopia ingênua, mas sim teleologicamente, como perspectivas de mudança inerentes a todo trabalho humano. Assim como todo trabalho tem uma finalidade, a própria abolição das forças alienadoras – que é também fruto de trabalho humano – tem uma perspectiva. São as condições de desenvolvimento humano e suas contradições que nos permitem alcançar as potencialidades deste futuro desejado. O resultado deste trabalho, como dito anteriormente, nunca coincidirá perfeitamente com o planejado, desta nova realidade exteriorizada e generalizada, novas contradições – e, portanto, objetivações – vão também se apresentar neste novo presente da realidade social.

É o capitalismo que consegue elevar exponencialmente a velocidade da transformação, do trabalho, fetichizando, reificando e criando cada vez mais mediações nos complexos sociais, fazendo avançar cada vez mais rápido nas transformações e nas contradições da realidade. A partir disto, Eagleton (1997, p. 101) faz a observação de que:

Em um paradoxo notável, então, o próprio dinamismo e a mutabilidade do sistema capitalista ameaçam eliminar o seu fundamento de autoridade, e isso talvez seja mais evidente no fenômeno do imperialismo. O imperialismo precisa afirmar a verdade absoluta de seus valores exatamente no ponto em que esses valores confrontam-se com culturas estrangeiras, e essa pode revelar-se uma experiência notavelmente desorientadora. É difícil manter-se convencido de que sua maneira de fazer as coisas é a única possível quando se está ocupado tentando subjugar outra sociedade que conduz seus negócios de uma maneira radicalmente diferente, mas aparentemente eficaz. A ficção de Joseph Conrad [Hearts of Darkness, que deu origem ao filme *Apocalypse Now*] gira em torno dessa contradição incapacitadora. Dessa maneira, dentre outras, então, a emergência histórica do conceito de ideologia atesta uma angústia corrosiva — a embaraçosa percepção de que suas próprias verdades só lhe parecem plausíveis conforme a posição ocupada no momento. (EAGLETON, 1997, p. 101)

Já entendendo as necessidades econômicas que levaram os países desenvolvidos (em especial os Estados Unidos) a professar em prol de uma política liberal nos países subdesenvolvidos, agora conseguimos perceber com mais clareza o porquê a única maneira de sua aplicação é através da violência. Em outras palavras, é da incapacidade dos Estados Unidos em convencer consensualmente o Chile que o programa econômico liberal é o mais

eficiente – visto que eles estavam conduzindo sua economia de maneira diferente e mesmo assim eficiente – que a única forma que resta de convencimento é a coerção. Isto nos fornece um aspecto muito mais denso e complexo do desenvolvimento da ideologia do liberalismo, e porque sua vinculação com a violência e o autoritarismo não é apenas conveniente, mas em última medida necessária para a ampliação da transferência de valor.

Mas, no meio deste emaranhado complexo de ações, interesses e disputa de poder, como o capitalismo consegue então, dominar ideologicamente de maneira tão soberana a classe trabalhadora. Como faz para deter o domínio da “visão geral” do mundo, organizando coerentemente a consciência das massas e fazendo com que todos e todas recaiam tão solenemente sobre seus encantos e reproduzam fielmente os axiomas alienantes que impedem o desenvolvimento da potencialidade humana como um todo?

4.2.3. Ideologia e Hegemonia em Gramsci

Quem traz luz a esta questão de maneira mais formidável provavelmente é o autor italiano Antonio Gramsci, e a introdução do conceito de hegemonia. Para conseguirmos avançar neste sentido, nos é primeiro imperativo entender o que é ideologia para o autor italiano e qual é o salto que o mesmo dá entre ideologia e hegemonia.

Como Lukács, para Gramsci, a ideologia é, em primeiro lugar, fruto do desenvolvimento histórico. Assim, a ideologia está sempre ligada a sua época, com as forças sociais que se conflitam nela, não é, portanto, um simples aglomerado de ideias e normas. Para Gramsci também, é necessário ser radicalmente crítico ao economicismo, ou seja, a ideia de que nosso futuro está única e faltamente submisso ao desenvolvimento econômico, sem possibilidade da autonomia dos corpos sociais. Portanto, para Gramsci, a ideologia não é nem falsa consciência, e nem epifenômeno econômico. É sim, uma percepção de mundo que se concretiza na prática cotidiana e a organiza. Segundo o autor é “unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção”, desta forma, a ideologia não pertence ao mundo das ideias, mas faz parte da existência real, está imbricada na nossa prática cotidiana. É “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16).

Seu caráter real a dimensiona dentro da materialidade, Gramsci pressupõe “que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22). Também não são expressões singulares, mas sim fazem parte de complexos sociais, de grupos ou classes que compõem a vida na sociedade, portanto, ideologias orgânicas.

São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes. É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc.. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3)

As ideologias se expressam através da linguagem, do senso comum, da religião e da superstição, podendo ter um raso rebuscamento ou ser complexas formas de abstração, sistematização ou elaboração, como a filosofia. Não somente isso estas expressões não são únicas, podem existir diversamente e contraditoriamente de maneira conjunta, seja contrapondo outras formas ideológicas (como a filosofia em contraposição ao senso comum) ou formas ideológicas de mesmo tipo (diferentes correntes filosóficas, por exemplo), portanto “(...) não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico”. Também “não existe uma filosofia geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (GRAMSCI, 1978 p.14). Sua diversidade vem do próprio conflito de classe, dos diversos momentos históricos e da diversidade geográfica, portanto, são interesses sociais que se posicionam historicamente e se relacionam conflituosamente, através de inúmeros discursos ideológicos.

Para Gramsci, as ideologias “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1978 p. 62). Isto significa que, não como apenas mero reflexo falseado do real, as ideologias possuem papel fundamental na organização social, de modo que nenhum processo de ruptura econômica consegue se realizar sem estar íntima e simultaneamente ligado a um processo de transformação ideológica.

Quem afirma isto antes, são Marx e Engels, que, n’A Ideologia Alemã, (1984, p.72) colocam:

As idéias (‘Gedanken’) da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 1984, p.72)

E, além disso:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas. (MARX; ENGELS, 1984, p. 74)

Para Gramsci, então, a ideologia tem a função de criar um sistema de conhecimento capaz de justificar uma ação equivalente, há como, da mesma forma, perceber a contradição entre a teoria e a prática, ou melhor, um descompasso entre o fato intelectual e a norma prática, individual e coletivamente. Esta contradição é o indicativo da própria contradição da luta política, da ação em resposta a diferentes projetos de classes. Estas ações descompassadas da própria pré-concepção que as formam, podem aparecer até mesmo em grupos, ou classes, que se voltam contra questões de seus próprios interesses fundamentais, demonstrando oposições mais enraizadas de ordem histórico-social.

Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo (GRAMSCI, 1978 p. 16).

Mas o que faz com que uma classe ou sujeito edifiquem uma concepção de mundo de maneira pulverizada e submissa intelectualmente a outra, mesmo isto prejudicando seus interesses essenciais e fazendo-o agir de maneira contraditória? Parte da resposta resulta da falta de condições deste mesmo sujeito ou classe de formular e organizar uma percepção de mundo autêntica e realizar a sua hegemonia.

Para Gramsci, enquanto ideologia está mais próximo da ideia de percepção da realidade voltada à ação, a hegemonia compreende a parte de construção desta percepção e sua realização. Esta se dá através primeiramente da condição de uma classe essencial (no caso classe dominante e classe subalterna) de propor e construir uma percepção de mundo autêntica de forma autônoma; segundo, da formação “(...) de um terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de

uma forma superior e total de civilização” (GRAMSCI, 1980 p. 8-9), tendo o partido como protagonista desta ação; e, por último, o poder desta classe na luta política por esta percepção, formando um terreno de disputa que dê conta de movimentar os anseios do povo em torno de seu projeto.

Não se trata, portanto, de uma mera maioria política vulgar, a construção de hegemonia pressupõe uma nova racionalidade que abarque as estruturas econômicas, mas também políticas e ideológicas, através de uma cuidadosa avaliação da conjuntura das forças políticas sociais. Ou seja, tão fundamental quanto reconhecer a essência da estrutura que comandam a reprodução do capital, é conseguir também reconhecer e diferenciar os seus elementos orgânicos (estruturais) e conjunturais, e que de forma eles avançam, combinam-se e se desvencilham.

É este o papel que, para Gramsci, é relegado ao partido, o ente que tem a responsabilidade de organizar os anseios e interesses coletivos e organizar a estratégia política de transformação social.

(...) a hegemonia pressupõe (...) que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativo, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não podem referir-se ao essencial, dado que a hegemonia é ética política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 1980 p. 48)

O movimento político que quer protagonizar um momento de hegemonia totalmente novo precisa também dismantlar o complexo ideológico atualmente dominante. A produção de um novo patamar civilizatório incumbe aos atores deste processo a instituição também de uma nova ideologia, de uma mudança no paradigma intelectual, filosófico e moral. Este movimento, para Gramsci, precisa ser duplo. Ao mesmo tempo em que destrói a atual ideologia hegemônica (a ideologia burguesa), que impregna as classes subalternas a uma lógica de naturalização da subordinação, precisa-se produzir uma nova, que consiga ultrapassar as barreiras de dominação anterior (GRAMSCI, 1975). A chave deste processo se encontra na apreensão da nossa própria história, na descoberta cada vez mais aprofundada das determinações que compõem o complexo social, em outras palavras, na busca pela totalidade. Assim, neste processo, torna-se imperativo criarmos a leitura da nossa própria realidade, criando novas linguagens, introduzindo novos termos e mesmo ressignificando termos

correntes, no sentido de conseguir inserir de maneira mais ampla o debate político no interior da consciência da classe trabalhadora.

Veio do Chile e do restante da América Latina um dos retratos mais vivos deste processo. Em meio ao processo de ascensão política de esquerda latino-americana, que resultou na eleição de Allende no Chile, João Goulart no Brasil, Perón na Argentina etc, foi um dos processos históricos mais frutíferos em relação a transformações de níveis teóricos, políticos, artísticos, filosóficos, espirituais e culturais. O processo foi tão forte que, durante o processo de ditadura militar chileno, eram recorrentes a queima de livros de esquerda, assassinato de artistas (como no caso de Victor Jara), intelectuais exilados, e tudo que fosse necessário para conseguir dismantelar um processo de hegemonia político-cultural popular e revolucionária.

Este processo, vale ressaltar, não é binário ou automático, todas as diferentes identidades culturais já criam linguagens próprias, introduzem novos termos, criam diferentes metáforas e se utiliza de figuras históricas como forma de criar um campo que simplifica o entendimento de complexidades políticas, sociais ou morais. (GRAMSCI, 1980 p. 170). Assim, este processo acaba sendo de difícil mensuração ou análise, fazendo mudar a centralidade de diversos elementos ideológicos anteriores, fazendo, desta forma, com que o que era marginal se tornasse essencial e vice-versa. Alterando o jogo de posições ideológicas, a velha concepção de mundo começa a perecer.

Assim, a dissolução do velho vem acompanhada da construção racional do novo. A própria burguesia, em seu período de ascensão, foi obrigada a desconstruir toda a antiga institucionalidade e criar um novo Estado para conseguir assumir o papel dominante na sociedade européia, desta forma, “a hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real. (GRAMSCI, 1978 p. 94)

Os elementos fundamentais para a formação de uma nova hegemonia de caráter socialista, portanto, tem no Estado e no partido seus elementos fundantes. O partido assumindo a função de sistematizar e manifestar os anseios das grandes maiorias, propondo um novo horizonte de sociabilidade para a população; em última instância, precisa possuir a pretensão de formar um novo Estado, sob novas coordenadas. (GRAMSCI, 1980). Como o partido, é o resultado de um “elemento complexo da sociedade no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 1980, p. 5), é sua responsabilidade a criação desta nova racionalidade, é de sua responsabilidade também criar condições para emancipação política, intelectual, física e espiritual da classe trabalhadora em torno de um novo projeto civilizatório.

Mas o Partido e o Estado não são os únicos elementos que constituem a hegemonia, Gramsci também fala acerca dos sindicatos, que para o autor são importantes instrumentos de organização trabalhadora nas suas lutas contra as arbitrariedades capitalistas, essenciais ao passo que mobilizam a classe proletária na busca de direitos e negociações da venda da força de trabalho. Entretanto, por ter um papel mais conjuntural e de menor condição de abstração da realidade (até por não ser esta sua função primordial), o sindicato opera dentro dos limites da estrutura capitalista, não consegue, por si só, alcançar a totalidade da estrutura do capital. O sindicato então, cumpre a função de ser uma trincheira na luta contra o capitalismo. (GRAMSCI, 1980, Apud DIAS, 2000, 95-96)

Gramsci ainda reforça o papel da intelectualidade na formação dos partidos e sindicatos. Para o autor, são dois tipos de intelectuais que são formados socialmente, os orgânicos e os tradicionais. Estes últimos são os intelectuais produtos da lógica de dominação econômica e ideológica vigente, em estado de superação; podemos citar, por exemplo, os pensadores absolutistas no período de tomada de poder da burguesia, ou os pensadores escolásticos durante a ascensão do pensamento laico. Os intelectuais orgânicos, por outro lado, são aqueles enraizados numa nova classe social no caminho a uma nova hegemonia. Eles têm o papel de organizar, constituir e unificar a vontade coletiva na perspectiva da construção de uma nova hegemonia de classe. Novas identidades humanas não se realizam espontaneamente, é da intelectualidade este papel. Aqui, podemos citar os grandes autores liberais do período de ascensão da burguesia, como Locke e David Ricardo, ou pensadores marxistas na disputa anticapitalista por um novo patamar civilizatório.

A formação dos intelectuais tradicionais, dentro da sociedade capitalista se dá de maneira organizada, sistemática e reificada, como o próprio capitalismo, através da educação institucional (escolas e universidades) ou da esfera da produção, estas ditam a racionalidade atualmente hegemônica da sociedade. Parte da dificuldade de superação ideológica do capitalismo por parte das classes subalternas, reside no fato de estes espaços são centrais no processo de educação das classes subalternas (mas não só estes são espaços de produção de conhecimento e educação; a cultura, a arte, a religião e um sem número de outros elementos da sociedade civil cumprem também esta função). Isto só deixa mais evidenciado a transversalidade da disputa ideológica anticapitalista, ela precisa estar presente também na disputa por uma nova educação, um novo ambiente de trabalho, e ainda nos demais ambientes da sociedade civil.

Para Gramsci, isto só dá mais responsabilidade aos Partidos e Sindicatos. Estes, como espaços de organização dos interesses da classe trabalho, tornam-se espaços privilegiados da

educação do povo. O partido, em especial, deve ser ele próprio o formador de sua própria categoria de intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1980, p. 14).

Portanto:

o conceito de hegemonia parece ter um papel central no pensamento “gramsciano”, não somente por problematizar a questão da emancipação dos trabalhadores, mas também como categoria de interpretação dos processos históricos. A noção de hegemonia só é possível a partir de uma unidade entre teoria e prática, uma vez que este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto (visão de mundo), objetivada no econômico, no político, no campo das idéias e em qualquer manifestação da vida individual e coletiva. Neste sentido, ela procura resolver o problema de manutenção da unidade ideológica de todo um bloco social. Além disso, conforme indica Guimarães (1996, p. 71), este conceito permite ainda compreender os processos históricos sem economicismo e mecanicismo. A história se apresenta como cenário tanto de construção, de conservação, quanto de superação da ordem hegemônica. Em outros termos, a história é um campo de possibilidades, “locus” onde as classes sociais elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam. Para completar, o conceito de hegemonia, ainda segundo Guimarães (1996, p. 71), é, na prática, o processo de emancipação dos trabalhadores, de construção como busca da identidade e da elevação intelectual e moral em relação a uma existência fragmentária e sem sentido através da desconstrução do Estado burguês e da construção de um novo tipo de Estado. (DIAS, 2007, p. 82)

No decorrer da obra de Gramsci, uma ampliação referente ao conceito marxista de Estado, colocando-o além de um mero aparelho repressor sob controle da burguesia, mas também como o provedor da hegemonia superestrutural burguesa. O Estado, então, assume novas determinações, trabalhando em dois movimentos: o primeiro como Estado em seu sentido estrito, onde a classe dominante via Estado, garante a centralização da repressão e coerção da classe proletária através do aparato policial e militar; o segundo movimento diz respeito à sociedade civil, que corresponde ao amplo campo que coordena e disputa da difusão de ideologias; estando aí a Igreja, os partidos, a arte, a cultura, a mídia etc. Gramsci coloca no cenário político o Estado neste rol, dando ele o papel mais que um mero repressor burguês, mas também nele a incumbência da organização da hegemonia cultural e ideológica burguesa, fazendo assim, o Estado responsável por isto.

Foi através de sua análise da sociedade civil e sua relação com a hegemonia burguesa que Gramsci conseguiu colocar o papel da superestrutura como movimento que garante a manutenção das classes burguesas e da constante desestruturação da consciência de classe, desta forma dando um papel mais ampliado ao Estado na perpetuação do poder dos

donos dos meios de produção, que Gramsci consegue dar um passo além e ficar marcado dentro da literatura marxista universal.

Desta forma, o Estado para Gramsci não se resume apenas ao aparelho coercitivo da burguesia, como diz o pensamento economicista, mas também, está longe do que a tradição liberal prega, do Estado como ente neutro de organização social. Assim temos que, para o próprio Gramsci, ‘o Estado consiste de todo um complexo de atividades políticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e conserva a sua dominação, mas manobra para conquistar o consentimento ativo daqueles que estão subjugados à suas regras’ (GRAMSCI, 1973, p. 244).

Portanto, o conceito de Estado para Gramsci passa a incluir a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil é definida por Coutinho como sendo:

“conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização materializada da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas), etc.”, e a sociedade política como “estado no sentido estrito (...) formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 1999, p. 76-77).

Não podemos, entretanto, confundir o conceito liberal de sociedade civil, que exclui a disputa de classe como imbricada dentro do complexo da sociedade civil e trata esta como fragmentada e deslocada da realidade social. Para isso, Dias alerta:

Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como uma articulação de instituições indiferenciadas, expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista. Tem-se, assim, uma concepção homogeneizadora, subalternizante. (...) A articulação entre instituições se faz sempre no processo objetivo da luta. Pensar a questão da sociedade civil do ponto de vista dos trabalhadores requer sua articulação com os movimentos sociais organizados. Isto nos permitirá mudar o foco de análise, marcar diferenças e explicitar projetos. Isto não implica ignorar o plano das instituições, nem política nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social com toda a sua contraditoriedade, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil como forma de articulação social. (DIAS, 1997, p. 67)

O Estado, desta forma, representa a articulação das relações sociais não somente sob formas institucionais, mas também por seu modo de vida em um dado período histórico. Estas instituições, quer educativa ou coercitiva, estão também imbricadas na própria disputa de classe, portanto, todo Estado é um Estado de classe, organizando e dominando a organização social entre ações que buscam a conformidade a realidade existente e, quando esta não é possível, reprimindo qualquer tipo de ação que contradizem a lógica de sociabilidade da classe hegemônica. Assim:

A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semipúblicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil. (GRAMSCI, 1980 p. 149)

É este equilíbrio entre ações educativas e coercitivas que faz o Estado inculcar a concepção de mundo da classe social hegemônica em cima do resto da sociedade civil. É desta forma, o ente “destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 1980 p. 50).

Assim, cada nova realidade histórica impõe sob suas classes novas formas de conseguir superar os limites postos pela materialidade, necessitando assim uma percepção de sociedade capaz de naturalizar aquela forma de viver. O capitalismo, como exemplo vivo disto, só se constitui através da criação de um novo Estado, uma nova forma jurídica, uma nova moralidade e conquistando a hegemonia, o pulverizou em toda a população, seja pela formação de novos sentidos comuns, novas tradições, etc. Assim, o capitalismo cria um Estado que simultaneamente é o resultado de sua existência, mas também condição de vida do próprio Capital. Foi através desse esforço de conformação ideológica (e repressão ideológica também) que as classes dominantes do capitalismo conseguiram conformar um projeto societário e incorporar outras classes a ele. Para Gramsci, quanto maior for a capacidade da burguesia transformar seus imperativos teóricos em sentidos-comuns aceitos passivamente pela sociedade, menor a necessidade do uso coercitivo do Estado e, portanto, maior sua soberania perante o povo.

Para concluir, o Estado é então a esfera onde os anseios das classes dominantes se organizam e criam a capacidade de reprodução de sua hegemonia, é onde se concentra a política destas classes, onde é garantida a sua expansão e acumulação. Mas esse Estado é resultado da intermitente luta de classe, dando-lhe feições variadas, escalonadas e contraditórias. Pois, dentro da luta de classes, há a disputa pela direção do Estado por partes

de diferentes projetos sociais (neste caso, por exemplo, a disputa pela direção do Estado entre a burguesia industrial e agrária é um bom exemplo), a hegemonia também nunca é absoluta, o que obriga as classes dominantes fazer sacrifícios de ordem econômica ou política, de maneira a não prejudicar seus interesses mais fundamentais. É contraditória também, pois ela é resultado da pressão do complexo de complexos, que se atravessam via sindicatos, movimentos sociais e partidos na busca por um novo patamar civilizatório. Para Gramsci, então, “não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido metafísico, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido” (GRAMSCI: 1980 p. 6). Assim, a disputa por um novo Estado deve estar sempre vinculada à disputa por uma nova sociedade.

Assim, voltando ao objeto do trabalho, já entendemos que a aplicação de políticas neoliberais, em especial nos países subdesenvolvidos, é um imperativo para a reprodução do capital a nível global e como no caso da América Latina, sua dinâmica se dá através da dependência e da superexploração do trabalho, ou seja, da pressão pelo rebaixamento do salário abaixo do nível de subsistência, numa aliança entre a burguesia internacional e nacional.

Após este capítulo, enfim conseguimos perceber como a tese do choque, que se utiliza o choque para criar uma política de medo e assim deixar o povo incapaz de se revoltar contra as políticas liberais, consegue estar em perfeita harmonia com a tese da ideologia proposta por Lukács e Gramsci.

Em resumo temos que: a burguesia internacional, ao mesmo tempo em que busca lucros cada vez maiores e, portanto, diminuição de salários da classe trabalhadora, não consegue realizar suas intenções e seu próprio território nacional, mesmo tendo hegemonia do Estado. Isso se dá primeiro porque, em ambientes democráticos ou relativamente democráticos, a população se volta contrária a interesses que não sejam os seus. Mesmo parcela da burguesia não tem tanto interesse na diminuição dos salários, visto que precisa de capacidade de consumo da classe trabalhadora para garantir a circulação de sua mercadoria. Ela ainda precisa de proteção estatal de suas empresas, fazendo com que o resultado do conflito de classe expresso no interesse do Estado seja contrário a aplicações integrais de políticas ultra liberais em seu próprio território.

A partir disso, as nações centrais se voltam aos países periféricos na intenção de transferência de valor e aumento de seus lucros. Desta forma, há uma intenção clara de políticas liberalizantes para os países periféricos, que tem apoio da burguesia nacional desses países. Mas, por produzir superexploração da força de trabalho e rebaixar os salários a níveis inferiores ao de subsistência, produz bastante resistência popular. Como democraticamente há impossibilidade da realização da superexploração, as burguesias nacionais e internacionais necessitam que o Estado haja de maneira a garantir essa mudança de postura ideológica dos trabalhadores dos países periféricos. É aí onde a tese do choque surge, agora assumindo um caráter mais totalizante. O choque, então, é a necessidade ideológica organizada pela burguesia internacional e nacional para conseguir promover a transferência de mais-valia aos países centrais e aumentar a taxa de lucro das empresas internacionais, mantendo a Divisão Internacional do Trabalho e a dependência. Ou seja, a política liberal, que é a expressão ideológica da política econômica que os países centrais têm para os países periféricos necessita do choque para se realizar, e, na medida em que ele encontra resistência por parte da população, ele precisa garantir a permanência através da violência, autoritarismo, coerção e do medo.

Agora, o que nos resta é demonstrar como historicamente esse processo se deu. Para tal, investigaremos como foi a experiência da aplicação de política liberal em sua primeira experiência de sucesso: o caso do Chile.

CAPITULO V. BRUTALIDADE INOCENTADA: O CASO DO CHILE

"Houve um pai autoritário que reprimiu as crianças e deixou-as mudas."

(Antonio Skármeta, comentando o impacto da ditadura de Pinochet na população chilena)

5.1. Os Primeiros Passos

Em 1947, junto com Hayek, Popper e Mises, Friedman funda a Sociedade do Monte Pelerin, uma organização internacional com vistas a organizar os pensadores em prol de uma nova ordem política e econômica. Entre seus princípios fundamentais estão: a livre iniciativa, a redução do Estado apenas como instrumento de garantia da proteção da propriedade privada, a privatização de serviços fundamentais públicos, abolição do salário mínimo, entre outras políticas de cunho super liberalizantes. Formava-se, assim, o núcleo do pensamento liberal da idade moderna. Entretanto, como mencionado antes, este não era um período que as ideias liberais tinham fácil aceitação na opinião pública. As consequências da grande depressão ainda estavam vivas na memória e na carteira de milhões de pessoas; os milhares de desabrigados, as filas por sopão, os suicídios em massa marcavam a ferro e fogo a preocupação da população acerca de que tipo de economia era a necessária, assim pressionando os governos a adotarem políticas econômicas de forma a regular a aparentemente incontrolável pulsão de morte do livre-mercado.

Esta, então, foi a Era de Ouro da economia de bem-estar social capitaneada pelo New Deal, “com programas de obras públicas deslanchados para criar os empregos mais do que necessários e novos programas sociais assumidamente destinados a prevenir que um número maior de pessoas migrasse para o radicalismo de esquerda” (KLEIN, 2008, p 70).

A disputa econômica contra a miséria só se acentua com o início da Segunda Guerra Mundial. Em uma de suas principais obra, *The economic consequences of the peace* (1920), escrevendo sobre as consequências da lógica liberal imposta sobre a Alemanha no pós-Primeira Guerra pelo tratado de Versalhes, que fez o marechal Ferdinand Foch declarar: "isto não é a paz, isto não é senão um armistício para vinte anos", Keynes alerta:

nossa vingança caminhará com passos firmes - esta é a minha previsão. Nada poderá evitar, então, a guerra civil entre as forças da reação e as convulsões

desesperadas da revolução, hostilidades diante das quais os horrores da guerra provocada pela Alemanha empalidecerão, e que podem destruir a civilização e o progresso da nossa geração, qualquer que seja o seu vencedor. (KEYNES, 2002, p. 186)

Sua profecia se concretiza com a ascensão do nazismo alemão, que consegue muito mais facilmente o consenso das grandes massas para sua empreitada em resposta a lógica liberal do Tratado de Versalhes. Assim, com a lição tomada, o fim da Segunda Guerra Mundial obrigou as potências, no processo de reconstrução europeu, a garantir um mínimo de dignidade humana ao povo pobre, como mecanismos de garantir o não retorno do povo a ideologia fascista, ou a sua cooptação pelas ideias comunistas crescentes advindas da ascensão da União Soviética. Desta forma, o cenário vem se apresentando cada vez mais pessimista para os economistas da Sociedade do Monte Pelerin.

Um movimento parecido nasce também no território latino. A tese de que os países subdesenvolvidos só conseguiriam escapar do seu ciclo de pobreza através de um forte processo de industrialização nacional protagonizado pelo Estado vinha ganhando simpatia em todo território latino, o desenvolvimentismo começa então a ganhar poder político na América Latina. O núcleo desta tese era capitaneado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que, conduzidas pelo economista Raúl Prebisch, começou a conquistar espaço político nos países do Cone Sul com resultados impressionantes, fazendo com que os governos nacionais priorizassem o investimento em obras de infra-estrutura, subsidiando as economias locais e taxando a entrada de produtos importados.

Todos estes casos de aparente sucesso produziram a era das trevas do departamento de economia da Escola de Chicago e, cada dia mais, economistas de formações keynesianas de universidades como Harvard e Yale eram contratados por ministros e chefes de Estado.

Entretanto, o avanço das políticas intervencionistas nos Estados Unidos e no mundo, acabava por prejudicar um poderoso ator do cenário norte americano, as grandes empresas multinacionais. Com o avançar das políticas do New Deal, e com o crescimento da regulação sob importação das economias latinas, as multinacionais se perceberam com taxas de lucros declinantes, a força dos sindicatos, as pressões salariais e as tarifas elevadas reduziam a sua taxa de mais-valia. Com o fim do perigo da crise, estas grandes multinacionais então se voltam na busca do retorno à economia desregulada, a forma fundamental de se aumentar suas próprias taxas de lucro (KLEIN, 2008, p 72).

Entretanto, a concepção de regulação do estado capitalista ainda era hegemônica nas nações desenvolvidas, incluindo os Estados Unidos, dessa forma, era muito custoso para empresas, bancos e multinacionais protagonizarem, sozinhas, o movimento de derrocada do capitalismo regulado. Tanto menos tinha apoio do Estado, que estava ainda sob a égide da ideologia do governo como regulador do mercado. O front de batalha precisaria ser arquitetado de maneira mais inteligente. É neste cenário que a Escola de Chicago, envolta numa aura de neutralidade científica, reaparece como instrumento fundamental para a retomada de poder do capitalismo livre.

Na mesma medida em que o descontentamento das grades multinacionais cresce, cresce também as doações e investimentos de grandes corporações, como a Citibank, presidida então por Walter Wriston, amigo de Friedman, e outras grandes corporações que vinham cada vez mais perdendo com o avanço da regulação do capital. Assim:

A enorme vantagem de ter os interesses das corporações filtrados por instituições acadêmicas ou quase acadêmicas não só garantiu doações para escola de Chicago, mas gerou uma rede global de entidades formadores do pensamento de direita que abrigaria e alimentaria os soldados contra-revolucionários pelo mundo todo. (KLEIN, 2008, p 73)

É então, desta forma, que o contragolpe liberal começa a se arquitetar e crescer.

Entretanto, como dito anteriormente, o cenário economia parecia demonstrar que os avanços da ideologia liberal eram cada vez mais difíceis de acontecer. Foi o próprio crescimento das economias desenvolvimentistas, de cunho nacionalista e industrializante que forneceu os primeiros momentos históricos em que essas ações pudessem aparecer. Acontece, pois, que as políticas desenvolvimentistas traçadas pelo terceiro mundo, começaram a interferir frontalmente com interesses de grande parcela das suas burguesias nacionais, em especial as agrárias, que mantinham enormes fatias de lucros através da manutenção de seus grandes latifúndios e dos baixíssimos salários da massa trabalhadora camponesa. Os movimentos nacionalistas então, ao ameaçar a fatia burguesa no mercado através de políticas de reforma agrário e direito trabalhistas, criavam um inimigo em seu próprio território.

Em meio à conjuntura da Guerra Fria, foi sob este pretexto, e por pressão de corporações multinacionais, que começa a surgir na opinião pública dos países desenvolvidos, o discurso que “o nacionalismo do Terceiro Mundo é o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista e deve ser cortado pela raiz”. Assim, os primeiros passos na busca por um mercado internacional desregulado começam a se desenhar.

Os dois representantes mais importantes dessa teoria eram John Foster Dulles, secretário de Estado de Eisenhower, e seu irmão, Allen Dulles, cabeça da recém-criada CIA. Antes de assumir seus postos na esfera pública, ambos tinham trabalhado na lendária firma de direito nova-iorquina Sullivan & Cromwell, na qual representaram muitas das companhias que mais tinham interesses a perder com o desenvolvimentismo, destacando-se a J.P. Morgan & company, a International Nickel Company, a Cuban Sugar Cane Corporation e a United Fruit Company. Os resultados da ascensão dos irmãos Dulles foram imediatos: em 1953 e 1954, a CIA encenou os seus dois primeiros coups d'état, ambos contra governos do Terceiro Mundo que se identificavam mais com Keynes do que com Stalin. (KLEIN, 2008, p 75)

Em 1953, primeiro ano de Eisenhower no poder, uma conspiração da CIA derruba o líder desenvolvimentista iraniano Mohammad Mossadegh, reconhecido por nacionalizar a indústria de petróleo do país. Em seguida, outro golpe apoiado pela CIA ocorre na Guatemala, este, sob o comando direto da United Fruit Company, que, seguindo o mesmo discurso de ação de prevenção à “ameaça comunista”, depôs o então presidente Jacobo Arbenz Guzmán, que em seu governo, havia começado o processo de reforma agrária, expropriando – com devida indenização - parte dos latifúndios improdutivos com objetivo de, em suas palavras, desenvolver a Guatemala “de um país atrasado, com uma economia predominantemente feudal, em um estado capitalista moderno” (SCHLESINGER; KINZER; COATSWORTH, 1999, p. 75, apud, KLEIN, 2008, p.75).

5.2. O Projeto Chile

Concomitantemente, os planos para a empreitada contra o desenvolvimentismo na América Latina começavam a ser formulados. Seus principais idealizadores foram Albion Patterson, diretor da Administração para a Cooperação Internacional dos Estados Unidos, no Chile e Theodore W. Schultz, diretor do departamento de Economia da Escola de Chicago. Para ambos, a hegemonia do pensamento de Prebisch na América Latina era sinal claro do perigo vermelho adentrando ao continente, e em suas palavras “o que precisamos fazer é mudar a formação dos homens, influenciar a educação que é muito ruim” (VALDÉS, 1995, p 110, tradução nossa).

O projeto inicial, então, era garantir financiamento dos EUA, para que estudantes chilenos pudessem fazer sua formação acadêmica na então renomada Escola de Chicago, ao

passo que, seus professores seriam financiados para pesquisar sobre o desenvolvimento econômico do país. Este projeto tinha um caráter liberal e antimarxista tão evidente, que, ao oferecer este programa de intercâmbio na Universidade do Chile, o reitor recusou sob a justificativa que só participaria caso a Universidade do Chile tivesse controle sobre quem conduziria os estudos de seus discentes enquanto estivessem na Escola de Chicago. Por isso, Patterson foi obrigado a recorrer a Universidade Católica do Chile, que nem ao menos possuía departamento de economia, para conseguir dar cabo de seu plano, este, então, ficou conhecido como “Projeto Chile”.

Lançado em 1956, em pouco tempo o “Projeto Chile” começou a alcançar grande influência em toda a América Latina, foram centenas de estudantes que tinham todas suas despesas e anuidades pagas pelo governo estadunidense. Em 1965, financiada pela Fundação Ford, este programa ampliou seu alcance para países como Argentina, Brasil e México e ainda criou o Centro de Estudos Econômicos Latino-Americanos da Universidade de Chicago. Em pouco tempo, cerca de um terço de todos os estudantes do departamento da Escola de Chicago eram de origem latina.

Entre estes estudantes, é importante destacar o pensador André Gunder Frank que, apesar de ter sido educado por Friedman e pela Escola de Chicago, tornou-se um dos mais renomados críticos a economia neoliberal e influencia dela nos países latinos. Em sua obra *Economic Genocide in Chile* ele relembra como “de repente, o Chile e sua economia se tornaram um tópico diário de discussão no departamento de economia [da Escola de Chicago]” (FRANK, 1976, p. 8, tradução nossa).

Assim, muitos chilenos que retornaram de seus estudos acabaram por assumir papel como professores na Universidade Católica de Santiago, transformando-a rapidamente em uma filial da Escola de Chicago no território chileno, a partir daí, ganharam o apelido de Chicago Boys, ou Garotos de Chicago, ficando conhecidos como os grandes entusiastas da implementação das políticas neoliberais na América Latina. Assim:

Em 1963, doze dos trezes professores de tempo integral do departamento tinham sido formados no programa da Universidade de Chicago, e Sergio de Castro, que fora nomeado diretor da faculdade, fazia parte do primeiro grupo de formandos. (KLEIN, 2008, p 78)

Para Juan Gabriel Valdés, autor de *Pinochet's economists, the Chicago School in Chile* (1995) e ministro das relações exteriores do Chile em 1990, esta política de intercâmbio foi:

um marcante exemplo de transferência organizada de ideologia dos Estados Unidos para um país dentro de sua direta esfera de influência... a educação

destes chilenos deriva de um projeto específico designado na década de 50 para influenciar o desenvolvimento do pensamento econômico chileno. (VALDES, 1995, p 159, tradução nossa)

Este ousado plano de dominação ideológica e intelectual, que visava transformar estes economistas em futuros líderes intelectuais do país, entretanto, passava por uma grande crise. Os países do cone sul, no período, passavam por grandes movimentos populares de transformação. Essas nações não viviam mais sobre a dicotomia desenvolvimentismo versus liberalismo, o debate, pelo contrário era entre a manutenção do desenvolvimentismo e uma concepção mais radical de planificação econômica de fortes raízes marxistas. Isso era visto desde a eleição de João Goulart em 1961, até o movimento peronista argentino. O espaço democrático não dava oportunidade para o discurso liberal ecoar.

O Chile, lar dos Garotos de Chicago, foi onde a derrota do liberalismo foi mais radical. A hegemonia dos movimentos populares se mostrava tão intensa, que mesmo durante as eleições presidenciais de 1970, todos os candidatos foram forçados a incluir em seu programa de governo a nacionalização das minas de cobre controladas pelas grandes mineradoras estadunidense, a principal fonte de renda da nação. A disputa política parecia estar perdida para os economistas liberais chilenos, até que a eleição de Nixon, nos Estados Unidos, fez com que os ventos mudassem de direção para os Garotos de Chicago. Pelas palavras do próprio Friedman, Nixon ‘tem uma política externa imaginativa e efetiva no conjunto’ (FRIEDMAN, 1998, apud KLEIN, 2008, p. 80). Assim,

Foi Nixon que deu aos Garotos de Chicago e aos seus professores algo com que eles sonhavam há muito tempo: a chance de provar que sua utopia capitalista era mais do que a teoria de uma oficina de fundo de quintal – era uma tentativa de refazer um país a partir do zero. A democracia tinha se tornado inóspita para os Garotos de Chicago, no Chile; a ditadura seria mais conveniente. (KLEIN, 2008, p. 80)

O resultado que levou Salvador Allende pela Unidade Popular a se tornar presidente democraticamente eleito do país foi recebida pela esquerda com muito entusiasmo, com a promessa de nacionalizar amplos setores da economia que eram controlados pelo capital estrangeiro. Do outro lado, as empresas estrangeiras, a burguesia nacional chilena, os Garotos de Chicago e o próprio governo dos Estados Unidos não estavam tão animados. Não por menos, na descoberta da eleição de Allende que Nixon proclamou sua famosa ordem a CIA para que, no Chile, ela “fizesse a economia gritar” (CIA, 1970, apud KLEIN, 2008, p. 80), ameaçando assim o governo democraticamente eleito de Allende. Em círculos menos conhecidos, mas não menos importantes, Arnold Harberger, importante professor do

departamento da Escola de Chicago que estava no Chile no momento, em carta comentou a eleição como trágica e informou que “nos círculos mais a direita, a ideia de uma tomada de poder por via militar já era algumas vezes abordada” (VALDÉS, 1995, p. 242, tradução nossa).

Mesmo Allende propondo restituição compensatória às companhias que estavam sendo nacionalizadas, para as multinacionais americanas esta era uma ideia perigosíssima que não poderia continuar e muito menos se alastrar. A ideia de perder os lucros astronômicos que essas empresas geravam e remetiam aos Estados Unidos não poderia nem ao menos ser considerada. Em 1968, a América Latina concentrava 20% dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos, operando em 5436 empresas subsidiárias na região. Para se ter ideia, do um bilhão de dólares investido na extração do cobre chileno, 7,2 bilhões já havia sido enviado como remessa de lucro de volta aos EUA (KLEIN, 2008, p. 81)

Portanto,

Assim que Allende ganhou o pleito, e antes mesmo de ser empossado, as corporações norte-americanas declararam guerra à sua administração. O centro das atividades era o Comitê sobre o Chile, criado ad hoc e baseado em Washington. Tratava-se de um grupo que incluía as grandes companhias mineradoras dos estados Unidos, assim como a verdadeira líder do comitê, a International Telephone and Telegraph Company (ITT), que possuía 70% da companhia telefônica chilena, prestes a ser nacionalizada. Purina, Bank of America e Pfizer Chemical também mandaram delegados a vários encontros.

O único objetivo do comitê era forçar Allende a desistir de suas nacionalizações, “o confrontado com ameaças de colapso econômico”. Havia várias maneiras de fazer Allende sofrer. De acordo com as gravações tornadas públicas, as companhias pretendiam bloquear empréstimos ao Chile e “silenciosamente levar os bancos privados a fazer o mesmo. Conversar com representantes dos bancos estrangeiros sobre a mesma coisa. Demorar para comprar produtos chilenos nos seus meses seguintes. Usar os estoques de cobre dos Estados Unidos, em vez de comprar no Chile. Provocar uma escassez de dólares na economia chilena”. E assim segue a lista. (KLEIN, 2008, p. 81)

Orlando Letelier então é nomeado embaixador pelo governo chileno para tentar negociar os termos da expropriação com as empresas que, secretamente, estavam se reunindo na tentativa de sabotar o governo democraticamente eleito de Allende. O fracasso destas negociações se mostrou mais evidentes quando Jack Anderson, considerado um dos pais do jornalismo investigativo, publicou diversos artigos que demonstravam o complô organizado entre a ITT, a CIA e o Departamento de Estado na tentativa de evitar que Allende tomasse posse do governo. Estas alegações geram investigações que revelaram que a ITT tentou subornar a oposição chilena com um milhão de dólares e “tentara engajar a CIA num plano

secreto para manipular os resultados da eleição presidencial chilena” (Subcomitê sobre Corporações Multinacionais, 1973, apud KLEIN, 2008, p. 82). As acusações, entretanto, não paravam por aí.

O relatório do Senado, apresentado em junho de 1973, também revelava que depois que o plano falhou, a ITT elaborou uma nova estratégia destinada a garantir que Allende não “duraria seis meses”. Mais preocupante para o Senado era o relacionamento entre os executivos da ITT e o governo dos Estados Unidos. Por meio de testemunhos e documentos, ficou claro que a ITT estava diretamente envolvida no endurecimento da política norte-americana em relação ao Chile, em seu nível mais alto. Primeiro, um executivo de alto escalão da companhia escreveu para Henry Kissinger, o conselheiro de Segurança Nacional, e sugeriu que “sem notificar o presente Allende, todos os fundos de ajuda norte-americana deveriam ser colocados na rubrica ‘para revisão’”. A empresa também tomou a liberdade de preparar uma estratégia com dezoito pontos para a administração Nixon, na qual apresentava uma clara indicação de golpe militar, conforme o registro: “Aproxime-se de forças confiáveis entre os militares chilenos, construa seu descontentamento planejado contra Allende, e então torne pública a necessidade de depô-lo”. (KLEIN, 2008, p. 82)

Apesar de milhões gastos, o plano da ITT e do governo americano não obtivera êxito, Allende, em 73, ainda era presidente do Chile e, mais que isso, seu partido conquistara mais poder no parlamento nas eleições daquele ano que conseguira em 70. Desta forma, ficou claro que a ascensão popular de esquerda não se resumiu apenas em um personagem personalista de esquerda, ela emanava de toda população chilena, portanto, sua mera deposição não era suficiente para reverter a política econômica popular que avançava no país, outra medida precisava ser elaborada.

Após a vitória de Allende, inicia-se um movimento organizado pela direita, que tinha sua base as camadas mais conservadoras do país, as elites econômicas e parcela de universitários, em especial de universidade privadas – sendo a Universidade Católica a principal representante -, contrárias ao governo chileno, formando assim a base para o que a CIA chamou de “um clima de golpe”. Assim, no decorrer de sua gestão, “muitos estudantes aderiram ao movimento fascista Pátria e Liberdade e marcharam pelas ruas numa clara imitação da juventude hitleristas” (KLEIN, 2008, p 87). Em 71, na cidade de Viña Del Mar, as maiores lideranças empresariais se reuniram para elaborar um plano de mudança de regime. Nas palavras do presidente da Associação Nacional dos Manufatureiros (financiada pela CIA), Orlando Sáenz declarou que “o governo de Allende é incompatível com a liberdade e a existência de iniciativa privada no Chile, e a única maneira de evitar o fim é através de uma derrubada do governo.” (VALDÉS, 1995, p. 251, tradução nossa). Este plano

continha dois fronts de atuação, o primeiro ligado às forças militares, e o segundo destinado a elaborar um novo programa econômico coerente com o novo governo.

O grupo composto para organizar este novo programa econômico para o governo que se sucederia ao golpe era liderado por Sérgio de Castro – professor da Universidade Católica e ex-aluno de Friedman – e seu colega de trabalho Sergio Undurraga. Este grupo então se encontrava semanalmente e, com apoio financeiro da CIA, elaboraram políticas para colocar o programa econômico do Chile dentro das coordenadas neoliberais (VALDÉS, 1995, p. 248-250). Após algum tempo trabalhando separados, após a mediação de Roberto Kelly, empresário do jornal também financiado pela CIA El Mercurio, foi finalmente apresentado à força naval um resumo de seu programa econômico, que deu aval ao seu projeto (KLEIN, 2008, p. 87).

A partir deste ponto, os Garotos de Chicago passaram se esforçar exaustivamente para elaborar um programa econômico preciso a ser entregue a junta militar assim que o golpe ocorresse. Este gigante programa ficou conhecido no Chile como “O Tijolo”. Dos dez autores responsáveis pela elaboração deste programa, oito eram ex-alunos da Escola de Chicago (KLEIN, 2008).

Assim, segundo a autora:

O golpe no Chile, quando finalmente aconteceu, implementou três tipos diferentes de choque, criando uma fórmula que seria reproduzida nos países vizinhos e ressurgiria, três décadas depois, no Iraque. O choque do golpe, em si, seria seguido imediatamente de dois outros choques adicionais. Um era o “tratamento de choque” capitalista proposto por Milton Friedman, uma técnica na qual centenas de economistas latino-americanos tinha sido treinados, na Universidade de Chicago e nas suas várias franquias. O outro era baseado nas pesquisas de Ewen Cameron com choques, drogas e privação de sentidos, agora codificadas como técnicas de tortura no manual Kubark e disseminadas por meio de intensivos programas de treinamento para a polícia e o militares latino-americanos.

Essas três formas de choque convergiram para os corpos das populações latino-americanas e para o corpo político da região, criando um irrefreável furacão de forças mutuamente influentes de destruição e reconstrução, de apagamento e criação. O choque do golpe preparou o terreno para a terapia de choque econômico; o choque das câmaras de tortura horrorizou qualquer um pensasse em reagir contra os choques econômicos. De dentro desse laboratório vivo, surgiu o primeiro Estado da Escola de Chicago, e a primeira vitória de sua contra-revolução global. (KLEIN, 2008, p. 88)

No dia 11 de setembro de 1973, em um cenário que mais parecia uma guerra, finalmente Pinochet e seus aliados realizaram e tão bem planejado e financiado golpe ao governo democraticamente eleito de Salvador Allende. A cidade estava recheada de tanques,

atos de combate, tiros, armas, bombas e militares. Enquanto Allende não possuía nenhum acesso as forças armadas, Pinochet, pelo contrário, comandava e controlava completamente a polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais. Esta relação desmedida de poder que dão ao general, então, todas as condições possíveis para realizar o golpe da maneira mais segura e eficiente possível. O resultado deste desequilíbrio de forças nos deu a demonstração gráfica mais violenta de ataque a democracia. Foram horas ininterruptas de bombardeamento aos apenas 36 partidários de Allende, que corajosamente transformaram o palácio presidencial no núcleo de resistência ao golpe.

As horas que se seguiram de bombardeamento covarde transformaram e apresentaram ao povo chileno uma cena que para sempre ficou marcada na história do Chile. Agora, o palácio presidencial ardia em chamas, os principais aliados e auxiliares do presidente, se não mortos, estavam rendidos em frente ao palácio. O corpo do presidente, agora morto, era retirado por uma maca e ficava a mostra a uma população completamente desamparada. Estas ações descomunalmente violentas, trágicas e traumáticas, entretanto, não foram um simples erro de cálculo. Pelo contrário, o tamanho da força foi friamente calculado na perspectiva de tornar toda a cena mais aterrorizante o possível, assim, “mesmo que o golpe não fosse uma guerra, foi planejado para parecer que era – o precursor chileno do Choque e Pavor.” (KLEIN, 2008, p 96). O trauma ainda parece maior por, ao contrário de diversos países latinos, o Chile estava há mais de um século e meio sob governo democrático pacífico.

O golpe, entretanto, não acabara ali:

Os generais sabiam que sua permanência no poder dependia do apavoramento sincero dos chilenos. (...) Nos dias que se seguiram, aproximadamente 13500 civis foram capturados, colocados em caminhões e presos, de acordo com relatório da CIA tornado público. Milhares foram mandados para os dois principais estádios de futebol de Santiago – O Chile e o enorme Nacional. Dentro do estádio Nacional, a morte substituiu o futebol como espetáculo público. Os soldados rondavam as arquibancadas com ajudantes encapuzados que apontavam os “subversivos”; os selecionados eram arrastados para os vestiários, cujos compartimentos eram transformados em câmaras de tortura provisórias. Centenas foram executados. Cadáveres começaram a aparecer nas laterais das principais avenidas ou boiando nos canais escuros da cidade. (KLEIN, 2008, p. 96-97)

Para não resumir o terror apenas a capital chilena, Pinochet ainda mandou seu general Sergio Arellano Stark na busca da captura de “revolucionários” no norte do país. Sua jornada foi nomeada de Caravana da Morte, pois em cada cidade visitada, marcas de violência e assassinato eram impressas em balas e sangue. Assim, os mais de 3.200 desaparecimentos ou

execuções e os mais de 80 mil aprisionados fizeram com que todo o povo chileno soubesse: opor-se é mortal.

Enquanto balas e bombas atravessavam o palácio presidencial, perto dali, na redação do jornal *El Mercurio*, diversos Garotos de Chicago esperavam ansiosos o término do golpe para enfim conseguir colocar na prática suas teses do capitalismo livre que há muito tentavam lograr. Segundo um dos editores da *El Mercurio*, Arturo Fontaine, os Garoto de Chicago “trabalharam sem parar para duplicar as cópias deste longo documento”, foi assim que “antes do meio dia da quarta-feira do dia 12 de Setembro de 1973, generais oficiais das forças armadas que realizavam as ações governamentais tinham o Plano nas suas mesas” (VALDÉS, 1995, p. 252, tradução nossa).

A tentativa de implementar a política de Chicago pela democracia tinha sido um miserável fracasso. Agora, com todos aqueles que se opuseram aos discursos liberais mortos ou exilados, a ditadura abria as portas que a Escola de Chicago nunca conseguiu abrir com a democracia. Os Garotos de Chicago não só pegaram carona no bonde sangrento da história, eles ajudaram a planejar a viagem.

Com o povo sob mira da metralhadora, os economistas liberais entraram em júbilo. Não faltaram declarações de que, por exemplo, “Para nós, foi uma revolução” (CONSTABLE; VALENZUELA, 1993, apud KLEIN, 2008, p. 98), conforme disse Cristián Larroulet, economista de Pinochet. A *The Economist* chamou o golpe de uma “contra-revolução” (HARVEY, 1980, apud KLEIN, 2008, p. 98); José Piñera, economista autodenominado Garoto de Chicago, irmão mais velho do atual Sebastián Piñera, ganhador de prêmios como “Campeão da Liberdade” e o “Liberty Award”, volta imediatamente da sua pós-graduação “para ajudar a fundar um novo país, dedicado à liberdade, sobre as cinzas do antigo”, e ainda declara que o golpe de Pinochet foi “uma revolução [que] começou no Chile: um movimento radical, compreensível e sustentável em direção ao livre mercado” (PIÑERA, “How the Power of Ideas Can Transform a Country”, tradução nossa).

O que se sucedeu então no Chile de Pinochet foi uma transformação liberal até então sem precedente na história. Muitas empresas, incluindo bancos, foram privatizados; derrubou-se tarifas, cortou-se gastos governamentais (com exceção do poder militar) em 10% e eliminou controle de preços de diversos produtos. Estas ações tinham finalidade, como prega a teoria liberal, de fazer a economia entrar no equilíbrio e com isso derrubar a inflação (KLEIN, 2008).

As medidas, entretanto, fracassaram enormemente. Segundo Gunder Frank, ao fim do primeiro ano de governo militar no Chile, a inflação chegou a atingir 508% e, para artigos de primeira necessidade, esteve perto 1000%, muitas vezes maior que a mais alta inflação alcançada no governo popular de Allende. Assim, com a elevação impressionante de preços de produtos básicos, a fome começa assolar o país; com a enchente de importados provocada pela derrubada tarifária, os empreendimentos nacionais começam a falir em massa, levando o desemprego a valores recorde (KLEIN, 2008).

A justificativa liberal do imenso fracasso não era da teoria, mas sim de décadas de ações governamentais na estrutura econômica do país, que faziam o movimento econômico natural da teoria liberal demorar mais para alcançar o estimado equilíbrio. Era, portanto, necessário que os cortes fossem mais brutais, as privatizações mais elevadas, e as mudanças em maior velocidade. Neste momento, até grande parcela da burguesia nacional já se demonstrava descontente com o programa econômico dos Garotos de Chicago.

Naquele ano e meio, a maior parte da elite empresarial do país já estava saturada das aventuras dos Garotos de Chicago no capitalismo extremo. Os únicos que se beneficiavam eram as companhias estrangeiras e um pequeno círculo de financistas conhecidos como “piranhas”, que estava fazendo fortuna com a especulação. Os pequenos manufatureiros, que haviam apoiado fortemente o golpe, estavam sendo aniquilados. Orlando Sáenz – o presidente da Associação Nacional dos Manufatureiros, que tinha trazido os Garotos de Chicago para dentro do golpe, no princípio – declarou que o experimento tinha sido “um dos maiores fracassos de nossa história econômica”. Os manufatureiros não queriam o socialismo de Allende, mas preferiam uma economia administrada. “Não é possível continuar com o caos financeiro que domina o Chile”, disse Sáenz. “É necessário canalizar para investimentos produtivos os milhões e milhões de recursos financeiros, que agora estão sendo empregados em operações selvagens de especulação, na cara daqueles que não têm sequer um emprego”. (KLEIN, 2008, p 100)

Com o programa econômico liberal aplicado no Chile em risco, a solução encontrada pelos Chicago Boys foi trazer pessoalmente Milton Friedman para o país, em meio a ditadura. Em 1975, o encontro finalmente aconteceu. Nele, como qualquer outro liberal, Friedman reproduziu o discurso dos Chicago Boys, de que estes cortes eram apenas o início da empreitada do livre mercado e da jornada dele ao equilíbrio, para que os planos se realizassem, eram necessários cortes maiores, privatizações em maiores escalas, e assim por diante. Em entrevista para El Mercurio defendeu que essa política econômica era “o único remédio. Indiscutivelmente. Não há outro. Não exista nenhuma outra solução de longo prazo” (LATELIER, 1976, tradução nossa).

Em sua biografia “Two Lucky People” (1998), Friedman reafirma este discurso garantindo que:

Se ele seguisse seus conselhos, poderia colher os louros de um “milagre econômico”; “eliminar a inflação em meses”, ao passo que o problema do desemprego seria igualmente “curto – coisa de meses – e a recuperação subsequente ainda mais rápida”. Pinochet precisava agir com rapidez e decisão; Friedman enfatizou a importância do “choque” de modo repetitivo, usando a palavra três vezes e sublinhando que “o gradualismo não é possível”. (FRIEDMAN, 1998, apud KLEIN, 2008, p. 101)

A resposta de Pinochet ao encontro não poderia ter sido mais bem-vinda para os Garotos de Chicago, em carta, após elogios ao autor de *Capitalismo e Liberdade*, Pinochet afirma que “o Plano está sendo integralmente implantado no momento presente” (FRIEDMAN, 1998, apud KLEIN, 2008, 594). É neste momento que Sergio de Castro então assume o Ministério das Finanças e nomeia um de seus colegas como presidente do Banco Central. Por se colocar contrário ao movimento que fechava fábricas e demitia em massa os trabalhadores, Orlando Sáenz sai da Associação dos Manufatureiros para entrada de alguém mais vinculado com o programa econômico liberal. O novo presidente, Raul Sahli, mostrou-se abertamente favorável aos Garotos de Chicago, chegando a declarar que “A economia de mercado deveria ser aplicada com todo seu fôlego. Se há industriais que estão reclamando por causa disso, deixe eles “irem para o inferno”. Eu não defenderei eles. Como um industrial, eu não tenho teto de vido, e é por isso que eu aceito essa presidência. Mesmo assim, quando eu terminar, eu terei mais inimigos que o Salvador Allende”. (FRANK, 1976, p. 34, tradução nossa)

Assim começa a nova empreitada de Pinochet para aprofundar ainda mais as políticas neoliberais propostas por Friedman. Entre suas principais ações está um corte de 27% no gasto público em uma única medida, que continuariam a crescer até chegar a menos da metade do governo anterior. Quase quinhentas companhias de banco estatais foram privatizadas a preços módicos; mais barreiras comerciais foram derrubadas, o que gerou como resultado, 177 mil pessoas desempregadas apenas no setor industrial no período de 73 a 83. (KLEIN, 2008, p. 102)

Os resultados não pareciam promissores, a economia havia se contraído em 15% e o desemprego subiu de 3% para 20%. O país estava em uma terrível recessão e o que era para ser, para Friedman, um problema de meses, agora já se estendia em anos. Ao se perguntado sobre a excessividade dos custos sociais de seu programa econômico no Chile, Friedman

apenas respondeu: “Minha única preocupação é que eles conduzam essa política com firmeza e com duração suficientes” (Business Week, 1976 apud KLEIN, 2008, p. 103).

Gunder Frank, ex-aluno de Friedman rebelado, foi talvez quem fez as mais severas críticas às políticas liberais durante a ditadura chilena. Em uma carta aberta para Arnold Harberger e Milton Friedman, chamada “Economic Genocidy in Chile”, o autor desvelou a crua realidade que foi forçada ao povo chilena à custa da implementação de um capitalismo de livre mercado em sua própria nação.

Entre outras coisas, Gunder Frank coloca que enquanto no período de Allende, o pão, leite e transporte ocupavam apenas 17% do salário. A situação no Chile estava tão grave na ditadura de Pinochet que o consumo de pão ocupava 74% do que era considerado o salário de subsistência. Esse achatamento do salário somado a alta inflação obrigava as famílias a reduzirem seus gastos como leite e transporte. Como nas próprias escolas os cortes de Pinochet fizeram o leite ser abolido das merendas, e precisando ir a pé ao colégio, diversos estudantes simplesmente não tinham condições de estudar. Gunder Frank foi um dos primeiros a entender que as políticas econômicas liberais e a violência de Pinochet não eram apenas políticas coincidentes, a violência e a ditadura eram as únicas ações possíveis para implementação da política neoliberal, e esta era a forma mais eficiente de assegurar a riqueza das elites, assim como garantir a manutenção da Divisão Internacional do Trabalho, e sobre isso, comenta que a insatisfação popular com as políticas não liberais eram tão evidentes, que:

Dada a "mentalidade" e "atitude" do povo chileno, metade do qual votou em Allende e um número ainda maior dos quais estão economicamente mais e mais afetados adversamente pela inflação, desemprego, falência, etc. e politicamente cada vez mais distantes dos métodos da junta militar, nenhuma dessas medidas de "equilíbrio", "normalização" e "despolitização" pode ser imposta ou implementada sem dois elementos que estão na base disso tudo: a força militar e a política do terror. (FRANK, 1976, p. 42, tradução nossa)

Os avanços da política neoliberal não cessavam, escolas públicas se transformaram em escolas licenciadas, a saúde foi em grande parte privatizada, o mesmo aconteceu com cemitérios e jardins de infância. Possivelmente a feição mais extrema deste processo foi realizada por José Piñera (irmão mais velho de ex-presidente Sebastián Piñera), que privatizou todo sistema de seguridade social do Chile.

A repercussão internacional do golpe chileno, entretanto, parecia estar observando um mundo diferente de Gunder Frank. No período do falecimento do ditador em 2006, diversas publicações da mídia oficial norte americana tratavam Pinochet com um soldado da liberdade, dizendo que ele era o responsável por ter “transformado uma economia falida na mais

próspera da América Latina”, como o New York Times, ou que “ele havia introduzido as políticas de livre mercado que produziram o milagre da economia chilena”, como Washington Post. Entretanto, ao passar por uma análise um pouco mais apurada que uma reportagem jornalística, este milagre nos revela importantes questões acerca da eficiência da política neoliberal (KLEIN, 2008, p. 105).

Segundo KLEIN, portanto:

Pinochet ficou no poder por dezessete anos e mudou a direção política diversas vezes naquele período. A fase de crescimento estável do país, que é usada como prova de seu sucesso miraculoso, só começou mesmo em meados dos anos 1980 – uma década inteira após a implementação da terapia de choque pelos Garotos de Chicago, e logo depois que Pinochet foi obrigado a fazer uma correção radical de seu curso. Isso aconteceu em 1982 porque, a despeito de uma rígida adoção da doutrina de Chicago, a economia do Chile entrou em colapso: sua dívida explodiu, a hiperinflação voltou e o desemprego atingiu 30% - dez vezes mais do que seu patamar no governo Allende. A principal causa era a atividade das piranhas, agências financeiras no estilo da Enron norte-americana, que os Garotos de Chicago deixavam agir sem nenhum controle; elas tinham comprado os ativos do país com dinheiro emprestado e criaram um débito gigantesco de quatorze bilhões de dólares.

A situação ficou tão instável que Pinochet se viu forçado a fazer exatamente o que Allende tinha feito: nacionalizar muitas dessas companhias. Diante da ruína iminente, quase todos os Garotos de Chicago perderam seus cargos governamentais influente, inclusive Sergio de Castro. Muitos outros diplomados em Chicago exerciam funções importantes nas piranhas e ficaram sob investigação por fraude, despindo a fachada de neutralidade científica cuidadosamente cultivada, que era tão crucial para a identidade de um Garoto de Chicago. (KLEIN, 2008, p. 105)

Outro fato marcante que precisa ser considerado é que Pinochet, mesmo com todo o aparato ideológico neoliberal, nunca teve coragem de privatizar a Codelco, a mineradora de cobre nacionalizada por Allende. Ela era responsável por 85% de toda renda obtida por exportação no Chile, dando ao Estado capacidade de rendimento para controlar a economia com o estouro da bolha financeira.

Ainda assim, após este desvio dos planos fundamentais dos Garotos de Chicago, quando a economia chilena começou a se estabilizar e crescer, no final da década de 80, 45% da população se encontrava abaixo da linha da pobreza, de forma diametralmente oposta, os 10% mais ricos tiveram um aumento de 83% de sua renda, fazendo o Chile um dos países mais desiguais do planeta. A desigualdade econômica gritante e o sangue da oposição espalhado pelo país são os reais resultados da política econômica chilena. Não por menos, o

ministro da Defesa chileno do governo Allende, Orlando Letelier, após, em 1976, escapar da prisão chilena da qual ele havia sido enviado durante o golpe, escreve:

Durante os últimos três anos, bilhões de dólares foram tirados dos bolsos dos assalariados e colocados nas mãos dos capitalistas e proprietários de terra... A concentração de riqueza não acontece por acidente, mas por meio da força; não é o efeito colateral de uma situação difícil – como a junta queria que o mundo acreditasse -, mas fundamento de um projeto social; não é um passivo econômico, mas uma política temporária de sucesso. (LATELIER, 1976, sem paginação, tradução nossa)

Se a política econômica chilena fazia os olhos da mídia oficial estrangeira brilharem, as claras infrações aos direitos humanos aplicadas pela ditadura militar publicamente começavam a mostrar sinais de desgastes dentro da opinião pública internacional. Quando os planos econômicos da Escola de Chicago e da CIA começaram a se espalhar pela América Latina, esta era uma das preocupações latentes. Documentos tornados públicos no Brasil relatam que, ao preparar o golpe argentino em 1976, este era um cuidado que os generais argentinos estavam seriamente levando em conta, para conseguir “evitar uma campanha internacional contra eles, igual a que tinha sido desencadeada contra o Chile” (NEJAMKIS, 2007, apud KLEIN, 2008, p. 110).

Assim, os atentados aos direitos fundamentais e a vida feitos publicamente começaram a dar espaço para as violações mais privadas de terror. Os desaparecimentos começaram a se tornar o tom da política de terror orquestrada pela ditadura chilena, sequestrando subversivos, revolucionários, e até mesmo pessoas comuns, torturando e muitas vezes matando seus prisioneiros. Em seguida, abriam as barrigas da vítima (para evitar que o corpo flutuasse) e as atiravam no mar do alto de helicópteros. Essas ações eram devidamente negadas em todas as possibilidades possíveis. A substituição do massacre público pelo desaparecimento repentino resultou numa forma muito mais potente de criar uma atmosfera de medo e terror, “pois era muito desestabilizadora a ideia de que o aparelho do Estado podia ser usado para fazer as pessoas desaparecerem no ar” (KLEIN, 2008, p 110).

5.3. O Caso da Argentina

O país que talvez tenha entendido e se utilizado desta nova “moda” de ação militar talvez tenha sido a Argentina durante sua ditadura, onde o número calculado de desaparecimento chega à casa dos trinta mil. A lógica da operação argentina, “teve êxito ao

estabelecer certo equilíbrio entre o horror público e privado” (KLEIN, 2008, p 110), aplicando penas públicas com precisão cirúrgica, como quando, no início do golpe amarra um opositor ao governo militar no Obelisco branco, monumento histórico de Buenos Aires e o fuzila publicamente para que todos pudessem perceber que tipo de terror o governo estava disposto a utilizar.

As descrições acerca do terror implementado pela junta argentina são impressionantes, Klein relata que:

Quando alguém era alvejado para ser eliminado, uma frota de veículos militares aparecia em sua casa ou local de trabalho e isolava o quarteirão, frequentemente com um helicóptero zunindo sobre as cabeças. Em plena luz do dia e na frente dos vizinhos, a polícia e os soldados arrombavam as portas e arrancavam as vítimas para fora. Na maior parte das vezes, ele ou ela gritavam seu próprio nome antes de desaparecerem dentro de um Ford Falcon, na esperança de que notícias do acontecido pudessem ser levadas para sua família. Algumas operações “clandestinas” eram ainda mais despuídas: a polícia costumava parar os ônibus lotados de passageiros para arrancar alguns deles lá de dentro pelos cabelos; na cidade de Santa Fé, um casal foi sequestrado em pleno altar onde estava sendo realizado seu casamento, na frente de uma igreja cheia de gente. (KLEIN, 2008, p. 110-111)

Assim, segue:

O caráter público do terror não terminava com a captura inicial. Uma vez sob custódia, os prisioneiros da Argentina eram levados para um dos mais de trezentos campos de tortura em todo o país. Muitos deles estavam localizados em áreas residenciais densamente povoadas; um dos mais conhecidos era um antigo clube de ginástica numa rua movimentada de Buenos Aires, outro era o prédio de uma escola na central Bahía Blanca, e outro ainda funcionava numa ala de um hospital ativo. Nesses centros de tortura, os veículos militares entravam e saíam em horas inesperadas, gritos podiam ser ouvidos através das paredes mal vedadas, ao passo que embrulhos estranhos, semelhantes a corpos humanos, eram carregados para dentro e para fora, tudo silenciosamente registrado pelos habitantes da vizinhança. (KLEIN, 2008, p. 111)

Nestas salas de tortura, assim como em todo o resto da América Latina, em todas as descrições de tortura realizadas consegue se identificar as semelhanças com o manual de Kubark: foram eletrochoques, luz intensa, drogas, nudez e isolamento para mutilar os corpos do povo latino e junto destruir suas esperanças de uma alternativa popular. Isto não foi por acaso, uma investigação feita pelo Senado estadunidense em 1975 demonstrou que a CIA ofereceu treinamento sobre tortura para os militares de Pinochet. Este conhecimento logo se espalhou por todo o resto da América Latina via Operação Condor, operação financiada também pela CIA para dar aos governos militares mecanismos de compartilhamento de

informação sobre suas ações militares. Foi desta forma que o número de pessoas sujeitas a estas ações de tortura conseguiram a chegar a talvez 150 mil, e dentro destes, incontáveis assassinatos (KLEIN, 2008).

Rodolfo Walsh, importante jornalista investigativo que, entre outros fatos notórios, conseguiu interceptar uma mensagem da CIA acerca de uma invasão planejada a Baía dos Porcos – que foi fundamental para Castro se proteger da invasão -, e também ficou conhecido pelo rastreamento de diversos crimes que a ditadura argentina tentava acobertar, foi responsável por um dos episódios mais marcantes do governo militar argentino, quando após o assassinato de diversos colegas e, em especial, de sua filha de 26 anos, publicou um texto que ficou conhecido como “Carta Aberta de um Escritor para a Junta Militar”.

Na carta, além dos diversos relatos sobre a violência dos militares argentinos, Walsh faz sobre o que para ele representavam as políticas econômicas neoliberais que vieram atreladas umbilicalmente ao golpe. Nela, ele fala:

Estos hechos, que sacuden la conciencia del mundo civilizado, no son sin embargo los que mayores sufrimientos han traído al pueblo argentino ni las peores violaciones de los derechos humanos en que ustedes incurren. En la política económica de ese gobierno debe buscarse no sólo la explicación de sus crímenes sino una atrocidad mayor que castiga a millones de seres humanos con la miseria planificada. (WASH, 1977, apud KLEIN, 2008, p. 111)

Algumas horas depois de ter assinado e divulgado a carta, em 24 de março de 1977, aniversário de um ano do golpe, Wash foi emboscado em uma armadilha militar. Depois de tentar reagir à tentativa de seqüestro, Wash é alvejado e assassinado, seu corpo é incinerado e jogado num rio (KLEIN, 2008).

5.4. Brutalidade Inocentada: liberalismo e violência separados

Wash não foi o único a perceber que a relação espúria entre a economia neoliberal e a violência da ditadura não era apenas uma infeliz coincidência, como a mídia oficial tentava demonstrar. Orlando Letelier, ex-embaixador de Allende, logo após ter sido libertado da prisão de Pinochet, fez sérios esforços na tentativa de mostrar relação dependente entre violência e livre mercado.

Em um ensaio a *Nation*, denominado “The Chicago Boys in Chile” (1976), Latelier desafia toda a lógica de defesa da política neoliberal como desligada das atrocidades de Pinochet, assim ele escreve (tradução nossa):

Se eu me debruço sobre essas considerações, portanto, é porque a necessária relação entre a política econômica e seu ajuste sócio-político parece estar ausente de muitas análises sobre a situação atual no Chile. Para ser breve, a violação dos direitos humanos, o sistema de brutalidade institucionalizada, o controle e a supressão drásticos de toda forma de dissidência significativa é discutido (e muitas vezes condenado) como um fenômeno apenas indiretamente ligado, ou mesmo totalmente independente das políticas de livre mercado sem restrições que foram impostas pela junta militar. Esta falha de conexão tem sido particularmente característica das instituições financeiras públicas e privadas, que têm elogiado publicamente e apoiado as políticas econômicas adotadas pelo governo Pinochet, e ao mesmo tempo lamentando a má imagem internacional que junta ganhou por sua persistência incompreensível em torturar, prender e perseguir todos os seus críticos. (LATELIER, 1976)

E, em respostas às alegações de Friedman, que ele estava apenas tratando de um serviço técnico, Letelier, declara:

É curioso que o homem que escreveu um livro, *Capitalismo e Liberdade*, para enfatizar o argumento de que apenas o liberalismo econômico clássico pode manter a democracia política pode agora tão facilmente separar a economia da política quando as teorias econômicas que ele defende coincidam com uma restrição absoluta de cada tipo de liberdade democrática. Seria de esperar que, logicamente, se aqueles que reduzem iniciativa privada são responsáveis pelos efeitos de suas medidas na esfera política, aqueles que impõem a liberdade econômica desenfreada também seriam responsabilizadas quando a imposição dessa política é inevitavelmente acompanhada por repressão em massa, fome, o desemprego e a permanência de um estado policial brutal. [...] O plano econômico teve de ser imposto, e no contexto chileno, isto só poderia ser feito pelo assassinato de milhares de pessoas, a criação de campos de concentração em todo o país, a prisão de mais de 100 mil pessoas em três anos, o fechamento do comércio sindicatos e organizações de bairro, bem como a proibição de todas as atividades políticas e todas as formas de livre expressão.

E finaliza declarando que:

É absurdo, portanto, que aqueles que inspiraram, apoiaram ou financiaram esta política econômica, agora tentam apresentar a sua defesa dessas políticas como restritas apenas a considerações técnica, enquanto continuam fingindo rejeitar o sistema de terror que ele necessita para ter sucesso. (LATELIER, 1976)

Em 21 de setembro de 1976, menos de um mês depois da publicação do ensaio, uma bomba embaixo do carro de Letelier explodiu enquanto o mesmo estava dirigindo, causando a morte sua e de sua colega Ronni Moffit. Mais tarde, após investigação, o FBI revela que a bomba tinha sido feita por um membro da polícia secreta de Pinochet e que os assassinos

tinham vindo ao país com falsos passaportes e conhecimento da CIA. (KLEIN, 2008, p 124-125)

Assim, todos que tentavam fazer ataques frontais contra as atrocidades realizadas pelas juntas militares eram sumariamente apagados. Entretanto, isto ainda sim não era o suficiente para garantir a supremacia do medo. Os movimentos de esquerda que se desenvolveram na América Latina nas últimas décadas se mostraram fortes e tremendamente transversais, atravessando todas as esferas sociais, culturais, religiosas, políticas e científicas, a hegemonia da sociedade civil era ideologicamente de esquerda. Para citarmos alguns, temos economistas como Gunder Frank e Marini, sociólogos como Sérgio Buarque de Hollanda e Guerreiro Ramos, antropólogos como Darcy Ribeiro, filósofos como Adolfo Sánchez Vázquez, teatrólogos como Augusto Boal, poetas como Neruda, na moda tínhamos Zuzu Angel, músicos como Victor Jara, Mercedes Sosa, Milton Nascimento e Chico Buarque de Hollanda, pedagogos como Paulo Freire, jornalistas como Eduardo Galeano, Adelmo Genro Filho e mesmo a formação da Teologia da Libertação no campo da religião. As palavras finais de Allende “A história é nossa e a fazem os povos” (ALLENDE, 1973, tradução nossa) pareciam ainda reais mesmo em meio à repressão.

Para a junta militar, a solução para este processo crescente de consciência revolucionária só tinha uma coordenada: não bastava destruir os corpos, era necessário também destruir toda a sua cultura.

E o fizeram. Durante o governo militar Chileno, várias intervenções de limpeza ideológica queimaram livros de autores considerados subversivos. Vários jornais foram obrigados a fechar suas portas, centenas de professores, incluindo Gunder Frank, foram demitidos de seus cargos na Universidade do Chile, muitos estudantes foram duramente reprimidos.

Outro episódio que marcou a história do Chile foi quando o músico Victor Jara teve suas mãos quebradas, além de uma violação humana terrível, um atentado simbólico para mostrar que o cantor nunca mais poderia tocar violão. Depois disso, foi brutalmente assassinado com 44 tiros; sua companheira Mercedes Sosa foi exilada na Argentina. Diversos intelectuais e artistas em todos os países latinos foram brutalmente torturados, exilados ou assassinados. Sindicatos, Centros Acadêmicos e outras formas de organização política foram proibidas ou brutalmente reprimidas, aliás, foram os trabalhadores talvez os que mais sofreram com a mão pesada da ditadura. Outras leis, contra vagabundagem, reuniões, ou até

vestimentas deram cabo de tentar eliminar ainda mais a cultura de esquerda nestes países. (KLEIN, p. 129-131)

Klein lembrou o que disse o psiquiatra chileno Marco Antonio de La Parra em que diz:

“Nós estávamos confusos e angustiados, dóceis e prontos a receber ordens... as pessoas regrediram; tornaram-se mais dependentes e medrosas.” Em outras palavras, elas estavam em choque. Assim, quando os choques econômicos subiram os preços e abaixaram os salários, as ruas do Chile, da Argentina e do Uruguai permaneceram vazias e calmas. Não havia protestos por comida, não havia greves gerais, As famílias se ajustaram diminuindo as refeições diárias, alimentando seus bebês com mate (...) e acordando antes do amanhecer para caminhar durante horas até o trabalho e economizar o dinheiro da passagem de ônibus. Aqueles que morreram de desnutrição ou febre tifóide foram enterrados em silêncio. (KLEIN, 2008, p. 135)

A Escola de Chicago, em face disso, continuava defendendo de maneira intransigente que a Economia era uma ciência pura, natural, portanto, não tinha poder sobre as feições terríveis da política de Pinochet, que seu serviço a ditadura era essencialmente técnico.

Assim, ao mesmo tempo em que Friedman entusiasticamente felicitava o ‘sucesso’ da implementação de sua política econômica no Chile, Arnold Harberger (professor do departamento de economia da Escola de Chicago) chegou a declarar: “eu me sinto mais orgulhoso dos meus estudantes do que qualquer coisa que eu já tenha escrito, de fato, o grupo latino é muito maior do que minha contribuição para a literatura.” (VALDÉS, 1995, p. 156, tradução nossa). Friedman continuava a tentar de todas as maneiras se desvencilhar das acusações feitas por Wash, Letelier e diversos outros militantes pelo mundo, de que na mesma medida que o programa econômico era uma determinação da política de Pinochet, a ditadura era uma determinação para a implementação do neoliberalismo. Em suas memórias, chegou mesmo a alegar que somente dois anos após o golpe que Pinochet se voltou aos Garotos de Chicago, mesmo tendo registros vivos que mostram que “O Tijolo” tenha sido encomendado pelos militares muito antes do golpe.

A história, entretanto, não sorriu para os movimentos que tentavam demonstrar a responsabilidade de Friedman e da lógica neoliberal no golpe do Chile e nos outros da América Latina. A ascensão do neoliberalismo como política e ciência, e a continua repressão política, econômica, militar e ideológica com a esquerda, dentro ainda da lógica da Guerra Fria e da “ameaça vermelha” deu conta de separar cada vez mais a feição militar da econômica do governo chileno. Em 1976, então, Friedman é agraciado com o Nobel de Economia, marcando ainda mais forte a aparência da economia como ciência neutra. No ano

seguinte, a Anistia Internacional ganha o Nobel da Paz, por seus esforços em denunciar os crimes contra os direitos humanos nas ditaduras do mundo. Assim:

Com a concessão desses dois prêmios Nobel, o júri mais prestigiado do mundo tinha apresentado seu veredicto: o choque das câmaras de tortura deveria ser forçosamente condenado, mas os tratamentos de choque econômico deveriam ser aplaudidos – e os dois tipos de choque foram, como Letelier havia descrito com triste ironia, “inteiramente desconectados”. (KLEIN, 2008, p 145)

Estes e outros esforços do grande capital e seu controle sob a maioria dos Estados nacionais, foram gradativamente separando a ideologia da economia neoliberal e, aos poucos, conquistando mais espaço dentro do imaginário coletivo, fazendo assim, que esses dois movimentos parecessem cada vez mais fenômenos parciais, e não parte de uma totalidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Se a cidade estava sonhando", ele me disse, "então, ela estava dormindo. E eu não temo cidades que dormem, esparramadas e inconscientes ao redor de seus rios e estuários, como gatos no luar. Cidades adormecidas são criaturas domadas e inofensivas. O que eu temo", ele disse, "é o dia em que as cidades acordarão o dia em que as cidades irão se levantar."

(Sandman #51, "The Tales of Two Citys")

Nos últimos anos o Brasil e o mundo têm passado por momentos impressionantes relacionados à movimentação política. Os anos pós-crise de 2008 foram marcados por gigantescas manifestações no Egito, Estados Unidos, Turquia, Grécia, Finlândia, Irã, Espanha, Brasil, Chile e diversos outros países, levando milhões às ruas com reivindicações diversas. Independente das especificidades e feições diferenciadas de cada protesto, "no ar" uma sensação de incomodação, angústia se mostravam como resposta da população tanto aos avanços das políticas neoliberais, da desigualdade econômica e social, quanto de uma impressão de perda de legitimidade institucional do Estado como ente capaz de resolver os problemas das nações, de origem tanto econômica quanto ideológica.

Estes grandes movimentos de massa dos últimos anos, que buscam não apenas soluções imediatas a problemas econômicos urgentes, mas também formas mais democráticas de governança contrastam em muito com duas décadas de relativa apatia política. O que deu o tom destas últimas duas décadas, entretanto, foi a completa hegemonia da lógica neoliberal e seu avanço em quase todas as nações do globo, do Brasil à União Soviética, passando pelo Iraque, África do Sul, Colômbia, etc. Além disso, o atentado às Torres Gêmeas no 11 de Setembro, inaugurou uma nova era de caça terrorista, que foi providencialmente utilizada para avançar a dominação do imperialismo ianque, enquanto o povo, amedrontado, não reagia.

Este cenário evidencia a contínua relevância dos estudos de Economia Política e História Econômica, não apenas para entender qual a origem destes movimentos e das décadas de hegemonia liberal, quanto para conseguir traçar de maneira mais clara as necessidades da nação.

Foi neste período que Naomi Klein lançou seu livro intitulado Doutrina do Choque: ascensão do capitalismo do desastre. Nesta obra, a jornalista fez um mapa do desenvolvimento das políticas neoliberais durante toda a sua história, desde sua primeira experiência no Chile, até o processo de privatização da segurança nos Estados Unidos pós 11 de setembro e, conjuntamente, criou uma nova tese: toda aplicação das políticas neoliberais só se deram em períodos de choque, ou seja, momentos que por causa de alguma calamidade política, social, econômica ou natural - uma ditadura, hiperinflação, um atentado terrorista, um tsunami - a população não tinha condições de reagir ativamente às políticas que prejudicariam a capacidade de reprodução de sua própria vida. Assim, ela propõe que os "arquitetos econômicos" destes movimentos - isto é, Friedman, a Escola de Chicago e teoria econômica liberal - sejam também responsáveis pela destruição que causaram - no caso, fome, violência, desigualdade e repressão.

Embora extremamente revelador e fruto de extensa e profunda investigação jornalística, percebemos na tese limites sobre as origens deste movimento de avanço neoliberal, a quem ele servia, como ele se desenvolve e quais são seus determinantes. O presente trabalho então, tentou revestir a tese da "doutrina do choque" de teoria marxista. Tentando tratar mais rigorosamente como a "doutrina do choque" se insere dentro do conceito de ideologia e quais são as determinações econômicas que forçam as políticas neoliberais a serem aplicadas, no caso, como a lógica da política neoliberal se insere nos interesses da burguesia para a manutenção da divisão internacional do trabalho.

Assim, no decorrer do trabalho, percebemos que o avanço da ideologia neoliberal nos países latinos, em especial no Chile, não se deu de maneira autônoma, mas era antes uma necessidade dos países centrais para a garantia do aumento de lucras e da transferência de mais-valia. Também entendemos que, em situações de democracia, há pouca possibilidade de avanço desta ideologia na periferia, por isso, é necessária uma aliança entre os países centrais e a burguesia nacional e, ainda sim, movimentos coercitivos e ideológicos imensos para garantir a hegemonia dessa ideologia liberal e o silêncio do povo trabalhador neste novo cenário. Ainda assim, ao observar o caso chileno, vimos que no processo do avanço ideológico neoliberal, começa-se a criar movimentos de resistência ideológica popular, acusando a relação entre a Friedman e Pinochet e como, em uma reviravolta a resposta liberal é a tentativa (bem sucedida) de “desconexão” entre violação de direitos humanos e economia “técnica” liberal. E essa desconexão ideológica continua produzindo efeitos até hoje, com uma ciência econômica “neutra e pura” que cumpre a função de manter a desigualdade do

povo, no direito positivo e seus mecanismos de manter o povo pobre e negro marginalizado, no jornalismo “técnico” que continua reproduzindo o discurso vigente, ou na burocracia estatal, que para os pobres, é sinônimo de desamparo e violência.

É desta forma, que a violência novamente é inocentada, e o povo mais uma vez não consegue conquistar o que lhe é de direito: sua liberdade, o desenvolvimento de seu pleno potencial espiritual, o direito a uma vida digna de verdade. Mas há esperança, tanto quando o choque físico, os choques econômicos e ideológicos também se desfazem, dando novas oportunidades para homens e mulheres resgatarem seu espírito criativo e lutando, nos dando oportunidade de organizarmos novas formas de governo popular e de lutar contra aqueles que tentam de todas as formas nos negar uma sociedade realmente emancipadora.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA (CIA). **Kubark Counterintelligence Interrogation**, JULHO DE 1963. Disponível em: <www.gwu.edu/~nsarchiv>

ALLENDE, S. **Discurso Final**. 1973, Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/relembre-como-foi-o-ultimo-discurso-de-salvador-allende>>

BERMAN, M. **Aventuras no Marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BUKHARIN, N. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

CARCANHOLO, M.. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 71-98.

CONSTABLE, P; VALENZUELA, A. **A Nation of Enemies**: Chile Under Pinochet. W. W. Norton & Company; 1993

COUTINHO, C. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, E. **Hegemonia**: nova civiltà ou domínio ideológico? História & Perspectivas. Uberlândia: Univ. Federal de Uberlândia, n.05: 5-44, jul/dez 1991.

DIAS, E; BRANDÃO, N. **A Questão da Ideologia em Antonio Gramsci**. Trabalho & Educação. Uberlândia: Univ. Federal de Uberlândia, n.02: 81-98, jul/dez 2007.

DIMARTINO, M.; KONIETZKO, B. **Avatar**: the last airbender. Nickelodeon. Terceiro Livro (Fogo), episódio 15: The Boiling Rock, Part 2. 2007

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENDE, M. **A História sem Fim**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 392p.

FRANK, A. G. **Acumulação Mundial 1492-1789**. RJ: Zahar, 1977.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. RJ: Zahar, 1973, pp.25-38.

FRANK, G. **Economic Genocide in Chile**: Monetarist Theory Versus Humanity - Two Open Letters to Arnold Harberger and Milton Friedman, Nottingham, UK: Spokesman Books, 1976. disponível em: <<http://www.rrojasdatabank.info/genoc.htm>>

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIEDMAN, M; FRIEDMAN, R. **Two lucky people**: memoirs. Chicago: The Chicago University Press, 1998. xii, 660 p

GAIMAN, N. **Sandman. #51**: "A Tale of Two Cities". São Paulo, Editora Globo S/A, 1996

GALEANO, E. **Días y Noches de Amor y de Guerra**. Edição Original: Editora Laia, Barcelona, 1983. <Disponível em: <http://www.portalalba.org/biblioteca>> Acesso em: 2 de novembro 2013.

GARRETÓN, M. A.; MOULIAN, T. **La Unidad Popular y el Conflicto Político en Chile**. Santiago: LOM Ediciones Ltda, 1993.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Civilização Brasileira, 1975. 494p.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, A. **O materialismo histórico**. Editora Riunit. Roma, 1973.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

KEYNES, J. **As Consequências Econômicas da Paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In.: **Serviço Social e Sociedade**, v. 52, pp. 7-23, Ed. Cortez, S. Paulo, 1996. Acesso via <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf>

LETELIER, O. "**The Chicago Boys In Chile**", The Nation, 28 de agosto de 1976.

LUKÁCS, G. **História e Consciência Classe**. Rio de Janeiro: Elfos Ed., 1989

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social**: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Calor Nelson Coutinho. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. – (Os economistas).

MARINI, R. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARINI, R. **El Ciclo del Capital en la Economía Dependiente**. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm>. Acesso em: 15 de nov. 2013.

MARINI, R. **Las Razones del Neodesarrollismo**: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm> Acesso em: 15 de nov. 2013.

MARINI, R. **Plusvalíaextraordinaria y Acumulación de Capital**. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm>. Acesso em: 15 de nov. 2013.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b27.pdf>>

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. v. 1.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro terceiro: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. v. 4.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I - Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 1984.

NEJAMKIS, G. **Argentine military warned Brazil, Chile of 76 coup**. Reuters, BRASILIA, 21 de março de 2007, disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2007/03/21/us-argentina-brazil-coup-idUSN2121969920070321>>

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

ULLMAN, H.; WADE, J. **Shock and Awe**: Achieving Rapid Dominance (National Defense University, 1996), XXIV. disponível em: <http://www.dodccrp.org/files/Ullman_Shock.pdf>

VALDÉS, J. **Pinochet's Economists**: the Chicago School in Chile, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WASH, R. **Carta abierta de Rodolfo Walsh a la Junta Militar**. 1977. disponível em: <<http://www.tyhturismo.com/data/destinos/argentina/literatura/escritores/Walsh/rw240377.html>>

WHEDON, J. **Buffy**: the vampire slayer. UPN, 7ª temporada, episódio 05: Selfless. 2003